

**A derrota do Ocidente no Afeganistão
e o regresso dos Talibã no século XXI:**
Análise do papel dos Senhores da Guerra durante o conflito

Pedro Miguel Pardal Saraiva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
2º ciclo de estudos

Orientador: Prof. Doutor Ricardo Real Pedrosa de Sousa

setembro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Pedro Miguel Pardal Saraiva, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10522 do Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridade da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, e que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 25/09/2023

Pedro Miguel Pardal Saraiva

*It's impossible to conquer the Afghans...
Alexander the Great couldn't do it, the British couldn't do it,
we couldn't do it and the Americans won't do it... no one can.*

Igor Grigorevich
veterano da Guerra Afegã-Soviética (1979-1989)

Dedicatória

*Aos meus pais – pilares da minha formação como pessoa –
pelo apoio incondicional em todos os momentos
da minha vida académica.*

Agradecimentos

Geralmente as Dissertações apresentam uma breve secção onde se referem as pessoas que auxiliaram direta ou indiretamente o autor e que, por isso mesmo, foram essenciais para a chegada do Projeto a bom porto. Tendo em conta isto, e no que à minha diz respeito, decidi que não vou fazer diferente...

Primeiramente, quero agradecer ao Professor Doutor Ricardo Sousa pela orientação da Dissertação. Sendo este o seu terceiro ano enquanto docente na UBI, foi para mim uma honra ouvir as recomendações e críticas que gradualmente enriqueceram o trabalho final. Destaco ainda a sua disponibilidade – mesmo lecionando em duas universidades.

A todos os docentes por quem passei durante a jornada académica – especialmente à Professora Doutora Sofia Serra da Silva e ao Professor Doutor Guilherme dos Santos, cujas dicas na UC de Seminário de Acompanhamento foram uma mais-valia durante os processos de investigação e escrita. Aos professores da *Lancaster College* – sobretudo à Professora Susana – pelos conhecimentos da Língua Inglesa transmitidos ao longo dos anos. Ao Professor João pelas explicações... sem as quais a entrada na UBI não teria sido possível.

Ao tradutor Soheil Naghibi Mohammad Pour, ao jornalista Craig Whitlock e também ao investigador Romain Malejacq, cujos esclarecimentos gratifico.

A todos os familiares que sempre me motivaram a seguir os meus sonhos e cujo apoio serviu como fonte de inspiração para finalizar a Dissertação. Um beijinho à minha mãe Cidália pelo carinho e amor transmitidos em todos os momentos; um abraço ao meu pai Rui pelos valores pessoais. Um obrigado caloroso aos meus avós: Victor, Maria José e Fernando por serem quem são. E não podia faltar uma menção especial à minha avó paterna Maria Fernanda de Jesus Xistra Saraiva (*in memoriam*), que ficaria radiante ao ver-me com esta longa jornada terminada.

Aos vários amigos que conheci na UBI dos quais destaco o Tiziano, cuja oportunidade de partilhar várias conversas animadas sobre os mais variados temas foi até agora inigualável; o Francisco pela amizade leal e sincera vinda do outro lado do mundo; e a Catarina cuja energia contagiante põe toda a gente com um sorriso na cara. Das amizades de longa data destaco a do Romeu, a da Rita e a do Nuno; apesar da vida nos ter levado a destinos diferentes o sentimento nunca esteve ausente.

Agradeço também a todos os meus colegas de Sociologia e Relações Internacionais pelo seu acolhimento e presença amiga. Destaco ainda o Rodrigo devido ao seu enorme coração e apoio, sobretudo durante os primeiros meses na UBI.

Finalmente, mas não menos importante, agradeço à Universidade da Beira Interior pela oportunidade, pelos momentos e pelas pessoas que nela conheci; a sua importância para o meu crescimento e desenvolvimento pessoal não será esquecida.

Resumo

A presente Dissertação põe em evidência o papel dos Senhores da Guerra (SGs) durante a mais longa guerra americana. Com recurso ao enquadramento das teorias do conflito analisa-se a presença destes homens num país cuja incompatibilidade com o modelo governativo ocidental é a sua principal característica. Concretamente, é concedida atenção especial a quatro SGs: Ahmad Shah Massoud, Abdul Rashid Dostum, Ismail Khan e Atta Mohammad Noor. Sendo estes homens encarados como agentes relevantes das Relações Internacionais explica-se a sua sobrevivência sob os governos pró-ocidentais que caracterizaram a República Islâmica do Afeganistão. Neste sentido, com recurso à análise do seu papel multifacetado em diferentes esferas de influência da política, economia e diplomacia afegãs conclui-se que a sua autoridade e autonomia continuam bastante presentes na sociedade. Adicionalmente, e de maneira a enquadrar a derrota dos aliados e a consequente vitória dos Talibã são também considerados outros autores relevantes no conflito, entre os quais se destacam o Paquistão e as administrações americanas. Por fim, com o presente trabalho pretende-se colmatar a ausência de investigações académicas a Senhores da Guerra afegãos na literatura lusitana em comparação com a doutros contextos, entre as quais a anglo-saxónica se destaca.

Palavras-chave

Senhores da Guerra; Afeganistão; Processo de retirada; Diplomacia; Talibã; Relações Internacionais; Terrorismo

Abstract

This Dissertation highlights the role of Warlords during the longest American war. Through conflict theories' framework the main objective is to analyse the presence of these men in a country incompatible with western governance's model. In it, special attention is given to four Warlords: Ahmad Shah Massoud, Abdul Rashid Dostum, Ismail Khan and Atta Mohammad Noor. Since these men are seen as relevant agents of International Relations, its focus is on their survival under the pro-Western governments during the Islamic Republic of Afghanistan. As such, with the study of its multifaceted role in Afghan politics different spheres of influence, economy and diplomacy it's concluded that both their authority and autonomy remain constant in society. Additionally, and in order to frame the allies defeat and the consequent victory of the Taliban other relevant actors in the conflict are considered. Among these Pakistan and the American administrations stand out. Finally, the present work intends to help fill in the absence of academic investigations on Afghan Warlords in Lusitanian literature compared to other contexts, among which Anglo-Saxon takes lead.

Keywords

Warlords; Afghanistan; Withdrawal Process; Diplomacy; Taliban; International Relations; Terrorism

Índice

<i>Dedicatória</i>	vii
<i>Agradecimentos</i>	ix
<i>Resumo & palavras-chave</i>	xi
<i>Abstract & keywords</i>	xiii
<i>Índice (página atual)</i>	xv
<i>Lista de Figuras</i>	xx
<i>Lista de Tabelas</i>	xxii
<i>Lista de Acrónimos & Siglas</i>	xxiv

Introdução	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO 1 – Enquadramento teórico-conceptual	5
--	----------

1.1. O Conflito enquanto objeto de estudo das RI	8
--	---

1.2. Caracterização dos conflitos internacionais: análise das causas e dos intervenientes.....	11
---	----

CAPÍTULO 2 – Metodologia & Técnicas	17
--	-----------

2.1. Limitações	20
-----------------------	----

CAPÍTULO 3 – Análise do Afeganistão enquanto Protoestado: entre o processo de Construção do Estado e o regresso do Emirado Islâmico	21
--	-----------

3.1. A IRA como ator internacional num mundo globalizado.....	24
---	----

3.2. Ocidentalização e o papel das administrações americanas durante o conflito.....	28
---	----

3.2.1. Bush e o Contraterrorismo mundial	32
--	----

3.2.2. Obama e a estratégia de Contrainsurgência.....	34
---	----

3.2.3. Trump e as negociações de Paz.....	35
---	----

3.2.4. Biden e a retirada do Ocidente	36
---	----

3.3. Aliado e Inimigo? O caso particular do Paquistão	38
---	----

3.4. Um confronto paralelo: o narcotráfico afegão no palco internacional	43
--	----

CAPÍTULO 4 – Jogo de interesses: o tribalismo afegão no século XXI e a luta pela supremacia	47
--	-----------

4.1. O fenómeno do “Warlordismo”	50
--	----

4.1.1. Ahmad Shah Massoud	54
---------------------------------	----

4.1.2. Abdul Rashid Dostum.....	56
4.1.3. Ismail Khan.....	57
4.1.4. Atta Mohammad Noor.....	60
4.2. Influência nas Forças Armadas afegãs	63
4.3. A vitória talibã: análise da propaganda e da ofensiva	68
4.4. O retorno do IEA: começo dum novo estado-nação?	73
Considerações Finais	77
Bibliografia	81
<i>Artigos</i>	[=]
<i>Bases de Dados</i>	85
<i>Documentos Oficiais</i>	86
<i>Fórums, Essays & Think-tanks</i>	89
<i>Livros</i>	[=]
<i>Media</i>	93
<i>Memorandos</i>	94
<i>Papers</i>	95
<i>Reports</i>	96
Apêndices	99
Apêndice 1 – Breve análise estatística dos conflitos no mundo	[=]
Tabela – Número de conflitos nas regiões do mundo (por tipo), 1946-2020. [=]	
Gráfico – Evolução do número de conflitos (por região), 1946-2020	101
Apêndice 2 – Alguns dados estatísticos sobre o Afeganistão	102
Tabela – Posição da IRA em alguns Índices mundiais	[=]
Gráfico 1 – Tempo médio académico da população afegã, 1990-2019, juntamente com os da Alemanha, EUA e UK em 2020	[=]
Gráfico 2 – Crescimento populacional afegão, 1950-2020.....	103
Gráfico 3 – Processo de urbanização afegão (com a população rural em destaque), 1950-2020.....	[=]
Gráfico 4 – Pirâmide demográfica afegã, 2020	104
Apêndice 3 – Militares estrangeiros e número de conflitos no Afeganistão	105
Gráfico – Operacionais estrangeiros no Afeganistão, 2002-2021	[=]
Tabela – Tipos de conflito não estatais no Afeganistão com o nível organizacional em destaque, 1989-2019	[=]

Apêndice 4 – Transcrição e tradução dum excerto da primeira entrevista a Ismail Khan após a sua rendição aos Talibã	106
Transcrição	[=]
Tradução	107
Apêndice 5 – Ataques suicidas no Afeganistão.....	108
Tabela – Províncias afegãs ordenadas (ordem decrescente) pelo número de ataques suicidas, 2001-2019	[=]
Gráfico – Número de ataques suicidas no Afeganistão por ano, 2001-2019 ..	[=]
Apêndice 6 – Mapa do território sob influência <i>warlord</i>	109
Anexos	111
Anexo 1 – Mapa do Afeganistão com as províncias do Sul em destaque.....	[=]
Anexo 2 – O Mundo dividido em Civilizações segundo a Teoria de Samuel Huntington.....	112
Anexo 3 – Dados geográficos sobre a IRA	113
Mapa 1 – Principais estradas e rios do Afeganistão	[=]
Mapa 2 – Regiões montanhosas do Afeganistão	[=]
Mapa 3 – Tipos de vegetação no Afeganistão.....	114
Mapa 4 – Carta geológica com as zonas principais de minério de ferro estratificado	[=]
Anexo 4 – Alguns dos memorandos enviados por Rumsfeld	115
4.1. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Doug Feith - conselheiro político (2002a, 17 de abril) às 09:15h.....	[=]
4.2. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Doug Feith - conselheiro político (2002b, 25 de junho) às 12:31h	116
4.3. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para um Secretário (2002d, 21 de outubro) às 17:50h.....	117
4.4. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Steve Cambone - <i>top intelligence aide</i> (2003, 8 de setembro).....	118
Anexo 5 – Acordo de Paz entre os EUA e o IEA assinado a 29 de fevereiro de 2020 em Doha (Qatar).....	119
Anexo 6 – Gráficos sobre a temática <i>warlord</i> nos contextos académico e mediático.....	123

Gráfico 1 – Número de publicações académicas anuais com o termo ‘warlord’, 1984-2014	[=]
Gráfico 2 – Top 10 países com mais publicações académicas com o termo ‘warlord’, 1984-2014	[=]
Gráfico 3 – Países associados ao termo ‘warlord’ em artigos de jornais americanos, 2007-2012	[=]
Anexo 7 – Atores e Alianças no conflito afegão	124

Lista de Figuras

Figura 1 – Níveis de conflitualidade entre as Civilizações	9
Figura 2 – Evolução dos conflitos não estatais ao longo do tempo (por nível organizacional), 1989-2020	15
Figura 3 – Fatalidades entre os militares ocidentais no Afeganistão, 2001-2020	31
Figura 4 – Relações entre os atores políticos afegãos e paquistaneses	40
Figura 5 – Evolução do cultivo de ópio no Afeganistão em hectares, 1994-2019	44
Figura 6 – Principais rotas do tráfico afegão - Ópio & Haxixe, décadas de 60 e 70	45
Figura 7 – Principais grupos étnicos do Afeganistão com as FATA e as PATA, 1979-1989	48
Figura 8 – Projetos de oleodutos e gasodutos no Centro-sul asiático	59
Figura 9 – Mapa da Ofensiva talibã com os distritos, a “Ring-road” e suas principais vias, 31/05/2021	71

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Conflitos não estatais nas regiões do mundo (por nível organizacional) com a categoria ‘Grupos formais’ em destaque, 1989-2020	14
Tabela 2 – Algumas diferenças epistemológicas entre as metodologias quantitativa e qualitativa	18
Tabela 3 – Opinião pública de alguns países centro-asiáticos sobre as suas preferências para o estabelecimento de relações diplomáticas, 2015	26
Tabela 4 – Categorias políticas em zonas de fraca coesão estatal com o 4º quadrante em destaque	52
Tabela 5 – Comandantes do JeI em cujas mortes Ismail Khan (IK) esteve alegadamente envolvido	60

Lista de Acrónimos & Siglas

Acrónimo Sigla

AIA	Administração Interina Afegã
ANA	Exército Nacional Afegão
ANP	Polícia Nacional Afegã
ANSF	Forças de Segurança Nacional Afegãs
AOP	Oleoduto Afegão
AQ	Al-Qaeda
CIA	Agência Central de Inteligência
COIN	Contra-insurgência (estratégia militar)
EA	Emirado do Afeganistão
EUA	Estados Unidos da América
FATA	Federally Administered Tribal Areas
HIG	Hezb-e Islami Gulbuddin
HQN	Rede Haqqani
IEA	Emirado Islâmico do Afeganistão
IRA	República Islâmica do Afeganistão
IRP	República Islâmica do Paquistão
ISAF	Força Internacional de Assistência para a Segurança
ISI	Serviços de Inteligência Paquistaneses
ISIL	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
JeI	Jamiat-e-Islami
JeM	Jaish-e-Mohammed
LD	Linha de Durand
NA	Aliança do Norte / Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NRF	Frente de Resistência Nacional do Afeganistão
NSP	Programa de Solidariedade Nacional

OEF	Operation Enduring Freedom
OFS	Operation Freedom's Sentinel
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PATA	Provincially Administered Tribal Areas
PIB	Produto Interno Bruto
PRT	Equipa Provincial de Reconstrução
RI	Relações Internacionais
SG	Senhor da Guerra
SOF	Contraterrorista (estratégia militar)
TAPI	Gasoduto Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia
TISA	Administração Transitória Afegã
TTP	Tehrik-i-Taliban
UCDP	Uppsala Conflict Data Program
UK	Reino Unido
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
US-SOF	Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos

Introdução

Um dos mais recentes fenómenos Políticos que tem vindo a preocupar a comunidade internacional é o controlo da República Islâmica do Afeganistão (IRA) por parte dos Talibã. Apesar de nos diversos meios de comunicação ouvirem-se políticos, jornalistas e comentadores abordarem este tema também os académicos de várias áreas de investigação debatem o assunto, oferecendo possíveis explicações para o mesmo. Mas, independentemente das razões encontradas, o facto das forças afegãs e aliadas terem sido vencidas num curto espaço de tempo por um grupo terrorista¹ com capacidades bastante inferiores afetou seriamente a reputação do Ocidente e das suas nações, sobretudo a dos Estados Unidos da América (EUA).

Houve vários elementos que no decorrer do conflito influenciaram a forma como se conduziu e geriu a Guerra no Afeganistão (2001–2021). Entres estes: as administrações americanas, as tensões com a República Islâmica do Paquistão (IRP), a corrupção do Governo afegão e também os próprios confrontos com vários grupos terroristas ganham primazia – seja no âmbito mediático ou em contexto académico. No entanto, os Senhores da Guerra (SGs) também podem ser vistos como tendo relevância no conflito. Visando pôr em relevo este aspeto, na presente Dissertação procura-se saber **em que medida o papel dos Senhores da Guerra influenciou o conflito no Afeganistão**. Apesar de diversos elementos serem mencionados para enquadrar a retirada das forças aliadas, bem como a derrota do Governo do Afeganistão o seu foco principal é colocado na análise destes homens. Abordando-se o seu papel multifacetado no decorrer dos últimos conflitos são portanto encarados como agentes relevantes das Relações Internacionais (RI).

Com vista a **compreender e analisar o papel dos Senhores de Guerra durante o conflito afegão, principalmente na República Islâmica do Afeganistão** é necessário estudar o seu desempenho nas décadas passadas. Um aspeto que também é fundamental para entender mais aprofundadamente a vitória talibã e que também pode ser útil se o intuito for refletir sobre um possível futuro para o Emirado Islâmico do Afeganistão (IEA). Adicionalmente, investiga-se a influência destes em alguns aspetos sociopolíticos e económicos, nomeadamente: (1) *perceber de que forma os SGs foram importantes na construção da IRA*; (2) *saber qual a relevância dos SGs nas relações diplomáticas entre os EUA e os governos afegãos*; (3) *saber qual a relação dos SGs e o*

¹ Apesar dos Talibã afegãos preencherem os critérios dum grupo terrorista o mesmo não consta atualmente na lista das *Foreign Terrorist Organizations* do Departamento de Estado americano – ao contrário dos Talibã paquistaneses: *Tehrik-i-Taliban*. Pois a tomada desta decisão afetaria os seus laços diplomáticos com os EUA e os governos afegãos, dificultando as negociações de Paz.

narcotráfico; (4) *saber qual a relação existente entre os SGs e as Forças de Segurança Nacional Afegãs (ANSF)*.

Nesta investigação, portanto, é dada primazia ao estudo de grupos armados e não aos estados *per si*. Entre estes mesmos grupos, alguns terroristas como os Talibã, a Al-Qaeda (AQ), os *Tehrik-i-Taliban* (TTP) ou o *Jaish-e-Mohammed* (JeM) são abordados juntamente com os SGs. Contudo, apesar destes últimos constituírem um conjunto à parte onde os seus elementos partilham entre si algumas características, a heterogeneidade destes indivíduos torna-se patente ao investigar-se a singularidade de cada um destes homens.

Através destes elementos é possível contribuir cientificamente para as RI de diversas formas, entre as quais se destaca a ênfase colocada nos SGs afegãos enquanto membros relevantes na prática diplomática entre estados, e onde são também colocadas em evidencia algumas diferenças entre eles. Esta segunda serve também para colmatar a ausência na literatura científica de trabalhos que os abordem enquanto agentes individuais – especialmente na realidade lusa – e não apenas como uma única categoria. De forma a incluir estes aspetos na Dissertação e a dar ao leitor uma perspetiva geral acerca destes homens no Afeganistão a mesma encontra-se dividida em quatro capítulos complementares. Nestes, e de forma a complementar a investigação, recorre-se a elementos visuais sob a forma de Tabelas e Figuras (estejam estas últimas na forma de gráficos, mapas, imagens etc.) aos quais se juntam os que estão presentes nos Apêndices e Anexos.

No **Capítulo 1** são mencionados os pressupostos teóricos que fundamentam o tema em estudo; isto é, tendo em conta a informação recolhida fez-se uma triagem de alguns contributos importantes para a análise dos SGs e do seu desempenho no Sistema Internacional. Para realizar esta mesma análise aos níveis macro e micro, o estudo mais aprofundado da teoria do Conflito nas RI proporciona uma investigação consolidada aos SGs afegãos. Pois, para além de ser uma área de estudos recorrente nas investigações a SGs, é também importante para compreender o fenómeno do “warlordismo” no Afeganistão, bem como a sua relação não só com os governos nacionais mas também com outros estados. Desta forma foi possível colocar em evidencia alguns aspetos importantes que os caracterizam enquanto categoria genérica, tendo em atenção não apenas os seus interesses individuais mas procurando também estabelecer a relação destes com outros atores na cena internacional.

No caso do **Capítulo 2** são abordados os aspetos técnicos do trabalho e, por isso mesmo, tanto a justificação metodológica como a explicitação das técnicas de pesquisa são aqui abordadas. Tendo em conta que nenhuma abordagem é suficiente para dar atenção a todas as particularidades dum determinado problema, é também apresentada uma secção referente às limitações do método e técnica escolhidos. Porém, é já conveniente mencionar dois aspetos relevantes: é dada primazia a quatro SGs – apesar de haver menção a outros

quando apropriado –, nomeadamente: Ismail Khan (Khan), Abdul Rashid Dostum (Dostum), Atta Muhammad Noor (Noor) e Ahmad Shah Massoud (Massoud) ² ; relativamente ao método utilizado optou-se pelo Estudo de Caso.

No **Capítulo 3** é realizado um enquadramento da história do Afeganistão aplicado às RI; em concreto uma caracterização das suas relações diplomáticas e política externa com especial incidência na segunda metade do século XX. Destacam-se alguns elementos que o caracterizam enquanto ator no plano internacional e que fornecem até explicações para a retirada das forças aliadas. Realiza-se uma caracterização política, social e económica enfatizando-se também o papel do narcotráfico e das relações diplomáticas com a IRP. Além disto foi indispensável falar no processo de Ocidentalização e no papel que as diferentes administrações americanas tiveram no desenrolar do conflito. Acerca deste último procurou-se uma breve análise da forma como se abordou a questão afegã para os presidentes George W. Bush (2001–2009), Barack Obama (2009–2016), Donald Trump (2016–2020) e Joe Biden (2020–incumbente). Em todos estes aspetos a influência dos SGs é mencionada e contextualizada no próximo capítulo, enfatizando-se o seu papel na política externa da IRA e dos EUA.

O **Capítulo 4** dedica-se exclusivamente aos SGs afegãos e ao seu desempenho no decorrer do conflito. Isto significa que em vez dos encarar a partir do Sistema Internacional há uma inversão da perspetiva, realçando-se antes a forma como este último é encarado pelos primeiros. Assim é possível entender – entre outros aspetos – as suas ambições, motivações e interesses, sejam estes grupais ou pessoais. Realiza-se uma análise das relações destes homens com determinados grupos terroristas, alguns estados, as forças armadas (aliadas e nacionais) e também com outros atores na cena internacional. Através da exploração destes fatores o papel dos SGs neste recente conflito fica concluído. No entanto, e de forma a complementar este mesmo papel, é fornecida uma análise à perda gradual do território da IRA e consecutivamente dos domínios dos SGs. Finalmente, algumas expectativas para o futuro do atual IEA e da região centro asiática são consideradas – tendo sempre como base a informação recolhida³.

Por fim, nas **Considerações Finais** estão presentes não só as principais conclusões da Dissertação e as reflexões do próprio autor, mas também a sugestão de alguns temas e temáticas que podem ser futuramente estudados por forma a expandir a investigação aqui realizada a SGs. Um aspeto que é indispensável referir devido a este fenómeno ser um assunto vasto nas RI, não sendo por isso possível enquadrá-lo totalmente neste contexto.

² Para não haver dúvidas com o seu filho, que para além de SG também se chama Ahmad Massoud, a nomenclatura será usada da seguinte forma: *Massoud* como forma de tratamento no caso do Pai e *Ahmad Massoud* quando esta for aplicada ao filho.

³ O foco temporal da Dissertação termina no ano 2021, pois foi nesse mesmo ano que o evento sucedeu. Logo, a bibliografia não aborda acontecimentos de 2022 nem 2023.

CAPÍTULO 1

Enquadramento teórico-conceitual

How can a small Power like Afghanistan, which is like a goat between these lions, or a grain of wheat between two strong millstones of the grinding mill, stand in the midway of the stones without being ground to dust? (*Emir Abdur Rahman as cited in Gall, 2012, p. v*)

Ainda que o foco da sua investigação não tenham sido os SGs no Afeganistão a análise de Goetze (2016)⁴ infere alguns aspetos pertinentes acerca da problemática em estudo. Pois, e de forma a demonstrar que os SGs têm sido um tema cada mais recorrente nas RI enquanto problema científico, os Gráficos do Anexo 6 atribuem um carácter mensurável à presença dos mesmos nas investigações. Concretamente, é possível constatar através do Gráfico 1 que o uso do termo *warlord* no período de 1984-2014 tem sido mais recorrente seja nos títulos, palavras-chave ou resumos das mesmas, com uma subida considerável após o início da *Operation Enduring Freedom* (OEF) em 2001. Seguidamente, no Gráfico 2 é mostrado neste mesmo período que dos 10 países que mais estudos realizaram, o conjunto dos EUA e do Reino Unido (UK) destaca-se consideravelmente. Pois, tendo-se deparado com uma nova realidade em que os SGs desempenham um papel relevante é compreensível que a maior parte da informação provenha destes contextos geográficos, juntando-se também o facto de ambos terem estado na vanguarda da ‘Guerra ao Terror’. Complementarmente, no Gráfico 3 o autor com base em 1.000 artigos de jornais americanos lançados entre 2007 e 2012 constatou que o mesmo termo estava associado a 12 países. Dentre estes o 1º e 2º lugares são atribuídos ao Afeganistão e ao Paquistão com 31% e 14% dos casos, respetivamente. Para além do mais, o Iraque representa o 3º lugar com 12%; o que significa que no espaço de poucos anos a presença anglo-saxónica em contextos vastamente influenciados pelo fenómeno do “warlordismo” corrobora o aumento significativo de artigos com foco de análise em SGs a partir de 2001. Porém, a ilação principal é a de que o fenómeno em estudo aparenta ter mais proeminência no conjunto Afeganistão-Paquistão do que em outra região do mundo.

Enquanto tema de estudo das RI os SGs são objeto de análise em investigações científicas especialmente quando o assunto envolve a sua relação com estados ou com a comunidade internacional (Goetze, 2016; Marten, 2007; Wantchekon, 2004). Independentemente dos motivos e condições que favorecem a sua emergência existe um

⁴ Através duma análise dos mitos segundo o antropólogo Lévi-Strauss o autor encara as narrativas que são geradas em torno dos SGs no Sistema Internacional.

campo de investigação das RI que é várias vezes mencionado nos trabalhos que os abordam: o estudo do Conflito. No entanto, se adotarmos uma perspetiva holista e encararmos os SGs enquanto agentes no palco internacional é possível atribuir-lhes um papel abrangente, seja este no mercado negro (Chan, 1999), na economia mundial (Mukhopadhyay, 2014), no tráfico de armas e droga (Bradford, 2019; Cooper, 1999), nas relações diplomáticas (Hofmann & Schneckener, 2011) ou até mesmo nos processos de Imposição da Paz e Manutenção da Paz⁵ (Ginty, 2010).

Tendo em atenção este papel multifacetado e de forma a trabalhá-los com mais eficácia considerando os propósitos da Dissertação, o significado do próprio conceito é retirado de Malejacq (2019) onde os SGs são considerados “empreendedores políticos astutos com capacidade . . . de organizar violência e controlar território, exercendo e transformando a autoridade em diferentes esferas (ideológica, económica, militar, social e política) a diferentes níveis . . . (local, nacional e internacional)”⁶ (p. 4). Desta forma o contraste com a definição de Stanski (2009) torna-se evidente, pois nesta é enfatizada a forma como os mesmos são percebidos face há comunidade internacional, enquanto a primeira adota um ponto de vista pragmático – baseando-se nas ações e comportamentos dos SGs afegãos procura entender o que fazem e porquê. Portanto, com base nesta definição, aos SGs afegãos é-lhes não só atribuído um carácter racional com base em ações que privilegiem a sua sobrevivência, mas também um estatuto semelhante ao dos estados soberanos e doutros atores internacionais (Azami, 2021, p. 49). Adicionalmente é possível considerar a natureza do próprio SG, isto é, as suas motivações, ideias e valores e como estes afetam as suas decisões.

⁵ Tanto a Imposição da Paz como a Manutenção da Paz são conceitos pertencentes a corpo teórico das RI. Ambos caracterizam-se por ações realizadas num determinado território que visem a resolução de conflitos.

No caso do primeiro – no contexto afegão – recorreu-se sobretudo a medidas coercivas não pacíficas, isto é, a realização deste processo através do uso de forças militares por forma a retirar da liderança governativa os atores com mais influência na sociedade. Tendo em consideração as repercussões político-sociais que advêm desta forma do realizar, esta mesma é apenas utilizada em último caso, pois o recurso à força coerciva sobrepõem-se ao direito da soberania nacional e acarreta consigo mudanças estruturais profundas. Seguidamente, após os objetivos terem sido alcançados, dos níveis de violência diminuírem e também do cessar-fogo entre os agentes envolvidos inicia-se a Manutenção da Paz.

Esta, por sua vez, consiste em duas vertentes sequencias: a Tradicional caracteriza-se pela passagem do foco bélico para um securitário, ou seja, as principais funções dos militares são a vigilância do território e a dissuasão dos agentes em retomar a guerra; enquanto a Multidimensional apenas é implementada após o perigo bélico deixar de estar iminente. Nesta última a missão apresenta objetivos institucionais e nela é concedida primazia a outras dimensões para além da militar, entre as quais se destacam: a política, a social e a humanitária; por este motivo passa a haver também a presença de civis e forças de segurança no cumprimento destes. Em ambas as vertentes realizam-se incursões militares, porém, ao contrário da Imposição da Paz estas aplicam-se a nível local e têm objetivos táticos, servindo sobretudo para proteger as populações e os civis dos ataques de insurgentes.

Para um estudo aprofundado acerca de vários conceitos utilizados nas Teorias do Conflito recomendo Sousa & Oliveira (2021).

⁶ Tradução do autor. No original: “astute political entrepreneurs with a proven ability to organize violence and control territory, who exert and transform authority across different spheres (ideological, economic, military, social, and political) and at different levels of political affairs (local, national, and international).”

Visando maximizar as potencialidades deste significado conceptual e de forma a entender as relações que os SGs afegãos tiveram especialmente com o Governo da IRA e com o Sistema Internacional, o estudo do Conflito proporciona dois enquadramentos teóricos aos SGs. Ao nível macro encara-os como categoria genérica relacionando-os com estados, organizações e instituições internacionais. Enquanto que ao nível micro a atenção é colocada numa análise mais ‘próxima’ e por isso são colocadas em evidência as suas relações internas – isto é, de SG para SG, e destes para com a sociedade civil (De Guevara, 2016a, 2016b; Goetze, 2016; Goldstein & Pevehouse, 2014, pp. 63-65 e 269; Kühn, 2016; Mukhopadhyay, 2014, pp. 1-75).

Por fim, no que diz respeito ao conflito internacional e às teorias da guerra moderna, o papel dos SGs – para um entendimento mais aprofundado da atualidade – infere-se pelo título do livro lançado em 1988 por Edward Earl Rice: *Wars of the Third Kind*. Isto porque enquanto fenómeno posterior às guerras institucionais dos séculos XVIII e XIX e também às guerras totais da primeira metade do século XX; o ‘terceiro tipo’ caracteriza-se pela ausência de fronteiras fixas. Havendo um foco não em atividades militares profissionais institucionalizadas mas em práticas informais de conduta militar (Rich, 1999, p. 5), como por exemplo as táticas de guerrilha. Estando, no caso do SG, a disciplina e autoridade militares personalizadas numa única figura.

Esta forma alternativa de combate levou a que as agências secretas, sobretudo a Agência Central de Inteligência (CIA) e o *Military Intelligence Section 6* se atentassem aos SGs durante as incursões do ‘exército vermelho’ no território afegão (Peceny & Bosin, 2011). Pois, aquando das mesmas entre 1979 e 1989, os SGs eram encarados como obstáculos ao progresso das forças soviéticas. Sendo um exemplo destes refletido no epíteto ‘*Lion of Panjshir*’ atribuído a Massoud devido à sua resistência nesta província, aludida, entre outros, pelo Comandante soviético Boris Gromov quando referiu que este “podia tornar a área [da Passagem de Salang] num cemitério para as forças russas apenas ao atirar pedras.”⁷ (Comandante Boris Gromov as cited in Tomsen, 2011, p. 119).

⁷ Tradução do autor. No original: “could convert the [Salang Pass] area into a graveyard for the Russian troops by only throwing rocks.”

1.1. O Conflito enquanto objeto de estudo das RI

Uma das principais preocupações das RI é encontrar explicações para os conflitos e as razões que os despontam (de Guevara, 2016b, p. 37). Sendo estes fenómenos constantes na cena internacional a literatura científica que se pode encontrar acerca deste tema é bastante vasta. Não só se tratam de acontecimentos constantes mas também de eventos que envolvem um elevado grau de complexidade analítica devido à sua natureza multidimensional e ao seu dinamismo. Neste sentido, não há uma abordagem teórica que seja capaz de explicar e analisar todos os aspetos de todos os conflitos em todos os contextos (Al-Rawashdeh & Al-Majali, 2017). Por isto mesmo, através de diversas perspetivas e proposições teóricas que analisam fatores diferentes, visa-se encontrar padrões que auxiliem na compreensão duma realidade específica. Neste sentido, e de forma a refletir esta diversidade, recorre-se ao uso do termo ‘teorias do Conflito’ em vez de ‘teoria do Conflito’⁸.

Exemplos contrastantes desta diversidade intelectual podem ser vistos em alguns clássicos das RI como a teoria do ‘fim da História’ de Francis Fukuyama ou então no ‘confronto de Civilizações’ de Samuel Huntington. Apesar de ambos terem interpretado o mesmo fenómeno (o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas [URSS]) as suas conclusões seguiram raciocínios diferentes na interpretação dos conflitos. O primeiro enfatizou a ideia de que com a desintegração do oponente histórico do Ocidente o modelo governamental democrático seria o tipo ideal que iria marcar a longo prazo os vários estados-nação. Esta perspetiva enfatiza a premissa do neoliberalismo que defende que “a causa do conflito é a existência de governos não democráticos e que por isso a Democracia . . . é uma solução pacífica e natural aos problemas . . . do estado [resultando] no desaparecimento do conflito internacional.”⁹ (p. 3489). Consequentemente, é possível inferir que os SGs estando inerentes à situação conflituosa dum estado (Goetze, 2016) acabariam por desaparecer segundo esta perspetiva. No entanto, mesmo após duas décadas sob um regime *quasi* democrático a sua influência marcou fortemente o contexto afegão durante a IRA (Kühn, 2016).

Contrariamente Huntington (1996) apresenta uma ideia diferente; segundo a sua análise os conflitos iriam continuar a ser uma realidade constante, contudo a base ideológica e estatal destes alterar-se-ia para um plano cultural com ênfase nas Civilizações e não nos

⁸ Apesar de alguns termos – tensões, crises, guerras etc. – serem usados como sinónimos de conflitos, os mesmos adquirem um significado diferente no contexto das RI. Acerca deste aspeto recomendo Al-Rawashdeh & Al-Majali (2017), para uma clarificação dos conceitos, e também Geller & Singer (2000) pp. 31-45, no que diz respeito ao estudo das guerras.

⁹ Tradução do autor. No original: “the cause of the conflict is the existence of non-democratic governments and therefore democracy [...] means a peaceful and natural solution to the problems of the internal state and thus the disappearance of the international conflict.”

estados-nação. Isto significa que fatores como a etnia e a religião sobrepor-se-iam às ‘forças’ políticas e económicas alterando radicalmente a forma como seriam conduzidas as RI. Neste sentido, e em linha com Malejacq (2019), a ‘resistência’ dos SGs ao crescente processo de centralização do estado afegão seria explicada tendo por base a premissa que estes são o reflexo duma Civilização e não uma ‘falha’ no sistema político. Ou seja, devido ao fenómeno *warlord* ser independente do sistema – este referindo-se à democratização do Governo afegão – a centralização e a conseqüente perda de poder por parte doutros agentes influentes na sociedade apenas minaria a influência destes na esfera política e não a sua existência *per si*.

Apesar da aparente contradição com a abordagem política-ideológica – que afirma que as motivações para o conflito internacional provêm da competição entre alianças e blocos formados por estados-nação com o objetivo de adquirir poder político (Geller & Singer, 2000, pp. 46-67) – a mesma serve para realçar alguns aspetos semelhantes. Por exemplo, ao referir-se às Civilizações, Huntington num contexto holístico caracteriza-as enquanto blocos de países que formam entre si alianças (Buzan & Hansen, 2009, pp. 50-51; ver Anexo 2), sendo o principal ponto de discórdia com a abordagem a importância concedida ao poder político, no qual para o autor este se trata dum meio para as Civilizações alcançarem ‘poder civilizacional’. Adicionalmente, e devido a este encarar o Islão como um dos principais adversários do Ocidente (ver Figura 1), o Afeganistão enquanto parte duma das oito Civilizações¹⁰ adquire aqui um papel-chave. Já que através duma análise

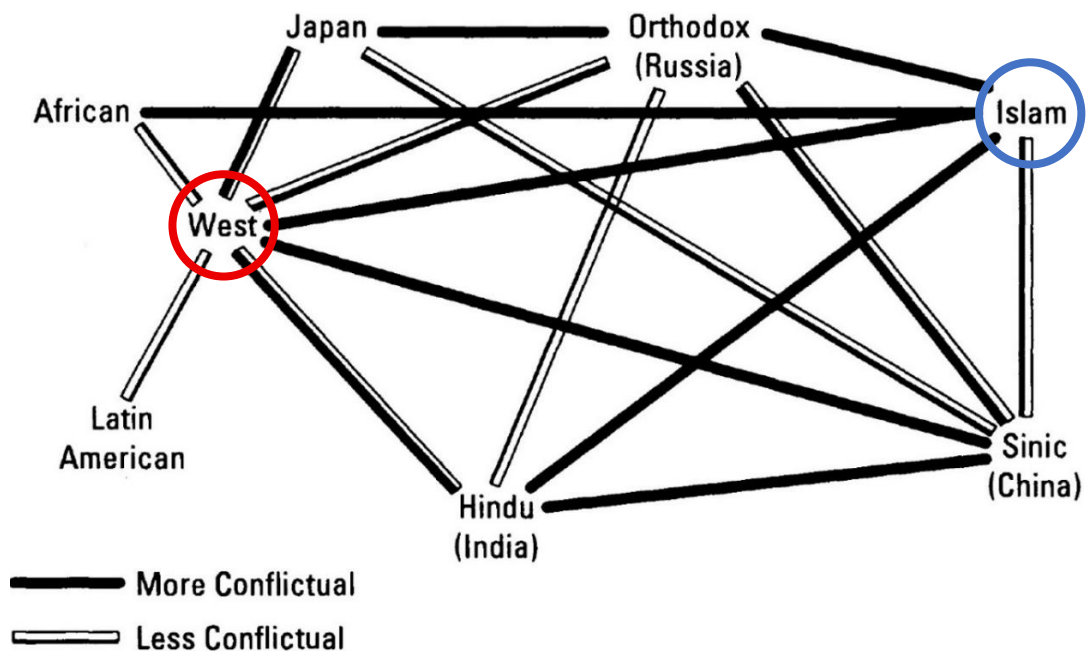


Figura 1 – Níveis de conflitualidade entre as Civilizações
 Fonte: Adaptada pelo autor, com base em Huntington (1996). Ver Anexo 2

¹⁰ Também divididas em nove – a Civilização hindu pode também envolver os países maioritariamente budistas.

'huntingtoniana' não se pode afirmar que o Afeganistão venceu em 2021 os EUA e a Europa, mas sim que os islâmicos (Talibã) ao voltarem a adquirir controlo do estado afegão derrotaram os ocidentais (forças aliadas).

De acordo com esta linha de pensamento, e tendo em consideração que as Civilizações são bastante anteriores ao fenómeno da estatização política (Huntington, 1996), as teorias do Conflito incluem também conflitos armados 'pré estatais'. Sendo assim, para além da posição competitiva onde dois ou mais atores políticos fazem valer os seus interesses opostos através do uso de 'força armada' (Galdo et al., 2021; Saima, 2019; Sousa, 2014; Sridharan, 2005, pp. 103-117), o conceito apresenta algumas semelhanças com a dimensão antropológica do Conflito caracterizada por Laura Nader, na qual a incompatibilidade dos desejos e objetivos das partes envolvidas (atores políticos ou não) atribuem às situações conflituosas um extenso período de continuidade e permanência. Um aspeto que por sua vez os distingue dos que emergem de causas instantâneas e temporais, como por exemplo as ideológicas. A questão da longevidade reforça a importância dos SGs na medida em que estes têm vindo a moldar a sociedade afegã quase desde o início da sua história (Barfield 2010; Hopkins, 2008; Vogelsang, 2002).

Apesar destes acontecimentos partilharem entre si traços comuns – dos quais um elevado grau de violência e perda de recursos humanos e materiais são os mais marcantes – as causas e os seus desenvolvimentos no tempo apresentam uma elevada variância. Tal constatação deve-se, por exemplo, à gestão dos conflitos. Isto é, através do uso da diplomacia, dos media e/ou meios militares (por exemplo), é possível tanto mingua-los como prolongá-los. No entanto, e tendo em consideração que nas últimas décadas o número de conflitos tem vindo a subir¹¹, esta predominância de situações conflituosas reforça a importância do estudo destas teorias para uma compreensão ainda melhor das RI na atualidade.

¹¹ Para um exemplo duma análise estatística tendo em conta os vários tipos de conflitos que envolvem o estado, ver o Apêndice 1

1.2. Caracterização dos conflitos internacionais: análise das causas e dos intervenientes

Tendo em conta que uma situação de conflito é sinónimo do uso da força pelos estados para resolver a disputa, vários cientistas propuseram teorias que tanto explicassem as causas dum fenómeno bélico como avaliassem a sua dimensão no contexto internacional (Nourzhanov & Saikal, 2021). Nesta medida há duas formas de caracterizar os conflitos: através das causas que os despoletam ou através dos atores intervenientes.

No que diz respeito às causas que explicam os conflitos inferem-se duas categorias analíticas: os conflitos de ideias e os conflitos de interesse (Goldstein & Pevehouse, 2014, pp. 160-189). Cada uma destas subdivide os conflitos em três aspetos fundamentais que podem contribuir para o despoletar de tensões e seguidamente para o aparecimento destes: étnico, religioso, ideológico, territorial, governamental e económico. Os três primeiros encontram-se nos conflitos de ideias e os três últimos nos conflitos de interesse. Apesar destes não serem mutuamente exclusivos e poderem até sobrepor-se várias vezes, os conflitos de ideias apresentam-se como os mais difíceis de avaliar. Tal deve-se à complexidade em medir elementos de cariz identitário, como por exemplo: tensões étnicas, fanatismo religioso ou o fundamentalismo ideológico (Amini & Arifani, 2021). Como estes elementos envolvem fatores psicológicos e emocionais, uma investigação que ponha em evidência conflitos de ideias tem de ter em atenção que os motivos que despoletam estes não se devem ao que o ‘outro tem ou não’, mas sim ao que ‘ele é ou não é’. Este último refere-se à pertença e identificação dum indivíduo a um grupo que se pode estabelecer de diversas formas, por exemplo: através da raça, ancestralidade, língua, cultura, religião ou uma combinação destas.

Apesar da Psicologia Social e a Biologia (por exemplo) serem mais adequadas para explicar ‘os sentimentos de pertença’ e a propensão de conflitos interétnicos, as RI focam-se em razões históricas relacionadas com o controlo de recursos económicos, a opressão política e as desigualdades sociais para explicarem o despoletar de conflitos (Sousa, 2016). O que faz com que os fatores étnicos *per si* sejam enfatizados devido à exposição violenta e ao conflito prolongado entre grupos¹². Por exemplo, as várias tensões entre kurdos e turcos nos anos 90 reforçou a identidade étnica dos primeiros resultando em ambições independentistas, que na eventualidade de serem realizadas envolveriam a formação dum novo estado-nação e a perda de território de quatro países: Irão, Iraque, Síria e Turquia. Na mesma década após os Talibã – maioritariamente constituídos por pashtuns – dominarem

¹² Um detalhe importante a ter em atenção é que no contexto dos conflitos étnicos o termo ‘grupo’ envolve um conjunto de indivíduos presente em mais de um país – estando estes elementos geralmente distribuídos em contextos geográficos adjacentes.

o Governo afegão, os conflitos étnicos entre o grupo maioritário e os minoritários exacerbaram-se (Barfield, 2010, pp. 6-8). Outro fator que propicia conflitos é a religião. Pois a mesma desempenha um papel-chave na definição dos valores que caracterizam um povo, dando-lhe preceitos morais e éticos assim como uma orientação espiritual-filosófica para o seu próprio entendimento do mundo (Johnson & Leslie, 2008, p. 11). Dois exemplos em contextos geográficos diferentes podem ser dados: o desmembramento da Jugoslávia – onde associadas à componente étnica estavam presentes as disputas territoriais entre cristãos brancos (maioritariamente sérvios) e muçulmanos brancos (maioritariamente bósnios); ou então em 2002 quando a minoria muçulmana em Gurajate (Índia) foi atacada por extremistas hindus. Por fim, as razões ideológicas destacam-se das outras causas devido à sua fluidez (Goldstein & Pevehouse, 2014, p. 175). Ou seja, e partindo do pressuposto que os estados seguem os seus próprios interesses, a ideologia tende a mudar consoante os interesses nacionais a longo prazo; pois ao contrário das religiões estas não consistem em aspetos cristalizados. Um exemplo clássico nas RI é a Guerra Fria onde vários países da URSS transitaram da sua ideologia comunista para uma capitalista. No caso do país em análise a transição ideológica decorreu na forma de confrontos com a URSS, e nos anos 90 com confrontos entre grupos armados.

Por outro lado, os conflitos de interesse apresentam um maior grau de simplicidade pois o seu foco de pesquisa é colocado em bens materiais (Galdo et al., 2021), o que faz com que o entendimento dos fenómenos seja mais concreto e mensurável. No caso das disputas territoriais o que está em causa é um confronto entre dois ou mais estados sobre quem detém maior influência numa determinada área geográfica – seja esta terrestre, aérea e/ou marítima – ou então de que forma se devem alterar as fronteiras dum país. A integridade territorial é um aspeto fulcral que reflete a soberania e o exercer da influência estatal, o que faz com que a ideia da perda de território seja encarada como uma perda do seu poder estatal (Sridharan, 2005). Por exemplo, quando as negociações de Paz entre Israel e o Egito se deram em 1978 houve ainda uma disputa que envolveu uma área na região fronteiriça de Taba. Esta mesma demorou 10 anos a ser resolvida, onde após várias negociações o Egito passou a deter o controlo da zona. Assim como para o povo egípcio – em que preservar o seu território é uma questão de honra nacional e praticamente não negociável na prática diplomática – outros povos diversas vezes estão dispostos a sacrificar vantagens estratégicas e financeiras pela preservação da integridade territorial do seu país. Um outro caso diz respeito à disputa de Caxemira – que envolve sobretudo a Índia e o Paquistão (Saima, 2019, p. 26; Vogelsang, 2002, pp. 231-243). Acerca dos conflitos governamentais, a origem das tensões está em quem deve deter o controlo do governo dum estado. Apesar de aparentarem ser disputas a nível interno uma análise através das RI enfatiza a particularidade destes conflitos diversas vezes serem alvo de pressões externas, onde outros

estados os usam como alavancagem para o exercer do seu poder e influência (Bell & Iliyas, 2014). Durante as guerras civis que se deram em Angola, no Afeganistão e em vários outros países em vias de desenvolvimento na segunda metade do século XX, tanto os EUA como a URSS apoiavam lados opostos – com armas, dinheiro, veículos de combate, equipamento médico etc. Procurando exercer a sua influência numa dada região através da implementação dum governo que fosse mais favorável com as suas ambições. Tal situação verificou-se no contexto afegão, sobretudo nos anos 80 e 90 quando o governo americano apoiou os *Mujahidin* – um conjunto de grupos rebeldes contra o governo pró-soviético afegão, sendo este último defendido pela URSS (Lebovic, 2019, pp. 119-121). Por fim, devido ao mercado internacional estar baseado na interdependência e no liberalismo económico, diversas vezes as trocas comerciais entre estados servem sobretudo como forma de prevenir conflitos e não o contrário (Galdo et al., 2021, pp. 2-3; Al-Rawashdeh & Al-Majali, 2017, p. 3511). Tal assunção parte do pressuposto que um conflito poder trazer mais desvantagens do que vantagens a ambos os lados devido às perdas materiais e humanas – algo que colide fortemente com a premissa que os atores internacionais procuram alcançar os seus próprios interesses através da maximização dos ganhos e a minimização dos custos. No entanto, o surgimento de tensões relacionadas com a exclusão social e a pobreza – devido à crescente disparidade de riqueza sobretudo em países em vias de desenvolvimento – pode originar revoltas violentas (Goldstein & Pevehouse, 2014, p. 186). Adicionalmente, o desenvolvimento de negócios ilícitos e a criação de economias paralelas no Sistema Internacional é uma realidade presente. Constatada, por exemplo, no tráfico de cocaína na Colômbia (no caso da América do Sul e Central) ou então no contexto asiático onde o comércio de heroína e ópio no Afeganistão¹³ está também envolvido no financiamento a SGs (Bradford, 2019).

É também possível analisar um conflito não pelas causas que o despontam mas sim pelo tipo de atores que nele intervêm. Neste sentido várias Bases de Dados têm em atenção diversos fatores quando se trata de conceptualizar e dividir os conflitos, tendo os intervenientes (estados, governos, grupos armados etc.), o número de mortes, as regiões, e também a duração bastante importância na classificação destes (Sousa, 2014, pp. 219-221). No caso concreto do *Uppsala Conflict Data Program* (UCDP) os conflitos são divididos em três tipos: estatais, não estatais e unilaterais (Davies et al., 2023b), sendo o segundo tipo o mais comum no atual contexto mundial¹⁴. Enquanto o primeiro implica que pelo menos um dos intervenientes seja uma força estatal, o segundo aplica-se quando os confrontos envolvem dois ou mais grupos armados nenhum dos quais pertencentes ao governo dum

¹³ Ver a secção 3.4.

¹⁴ Informação disponível no site do UCDP. <https://ucdp.uu.se/>

estado. O último caso é peculiar devido aos intervenientes envolverem um grupo – este estatal ou não – e a sociedade civil. Contudo, sendo os SGs encarados como um grupo autónomo, o seu posicionamento nestes aparenta estar mais próximo do tipo não estatal do que dos outros tipos. Nesta medida, foi elaborada a Tabela 1 através da *UCDP Non-State Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023a) onde a classificação dos grupos armados não estatais é realizada.

Tabela 1 – Conflitos não estatais nas regiões do mundo (por nível organizacional) com a categoria ‘Grupos formais’ em destaque, 1989-2020

Fonte: Realizada pelo autor, com recurso à *UCDP Non-State Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023a)

			Região					TOTAL
			Europa	Médio Oriente	Ásia	África	América	
<i>N = 1.356 (casos válidos)</i>								
Nível organizacional	Grupos formais	Contagem	9	186	95	274	160	724
		% do Total	0,7%	13,7%	7,0%	20,2%	11,8%	53,4%
	Grupos informais	Contagem	1	3	5	23	2	34
		% do Total	0,1%	0,2%	0,4%	1,7%	0,1%	2,5%
	Grupos informais comunais	Contagem	4	7	53	528	6	598
		% do Total	0,3%	0,5%	3,9%	38,9%	0,4%	44,1%
TOTAL	Contagem	14	196	153	825	168	1356	
	% do Total	1,0%	14,5%	11,3%	60,8%	12,4%	100,0%	

Os mais de 1.350 conflitos grupais registados desde 1989 encontram-se distribuídos por três categorias: grupos formais (1), informais (2) e informais comunais (3) (Davies et al., 2023a). Na categoria (1) estão envolvidos grupos ou fações armados caracterizados por um elevado nível organizacional. Grupos terroristas como o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL) e a Rede Haqqani (HQN), ou então organizações criminosas como o *Black Axe* e o *Eiye* (na Nigéria) são exemplos que se podem dar. Geralmente estes dispõem duma estrutura hierárquica rígida aliada a uma capacidade administrativa às vezes equiparável às dos estados. Sendo assim, e devido a este papel *quasi* estatal, ao representarem mais de metade dos conflitos não estatais, a importância destes intervenientes nas RI é indispensável para compreender o funcionamento das relações diplomáticas contemporâneas. Contrariamente a esta categoria, os que estão envolvidos na (2) não são necessariamente organizados para fins bélicos, mas detêm sobretudo objetivos políticos. Entre os constituintes destes, incluem-se afiliados a forças partidárias que em momentos pontuais usam a sua organização para o despoletar de tensões com outros partidos. Por exemplo, no caso afegão, os confrontos entre apoiantes do *Islamic Unity Party of Afghanistan* e o *National Islamic Unity Party of Afghanistan* em 1995-1998 resultaram em mais de 100 vítimas mortais. Com apenas 2,5% a se enquadrarem nesta categoria, a relevância dos mesmos parece ser reduzida – um aspeto reforçado pela Figura 2 (ver p. 15)

onde se pode constatar que 2019 foi (por agora) o último ano a verificar-se a presença destes. Finalmente, na categoria (3) encontram-se os grupos cujos membros partilham entre si os mesmos traços identitários; sejam estes referentes à mesma etnia, religião, nacionalidade, tribo ou clã, a presença de fortes laços comunitários é a sua principal característica – sendo por isso também denominados de conflitos comunais. Esta categoria de confrontos representa mais de 30% dos conflitos não estatais, o que os coloca, juntamente com os da categoria (1), como os mais predominantes deste tipo de conflitos.

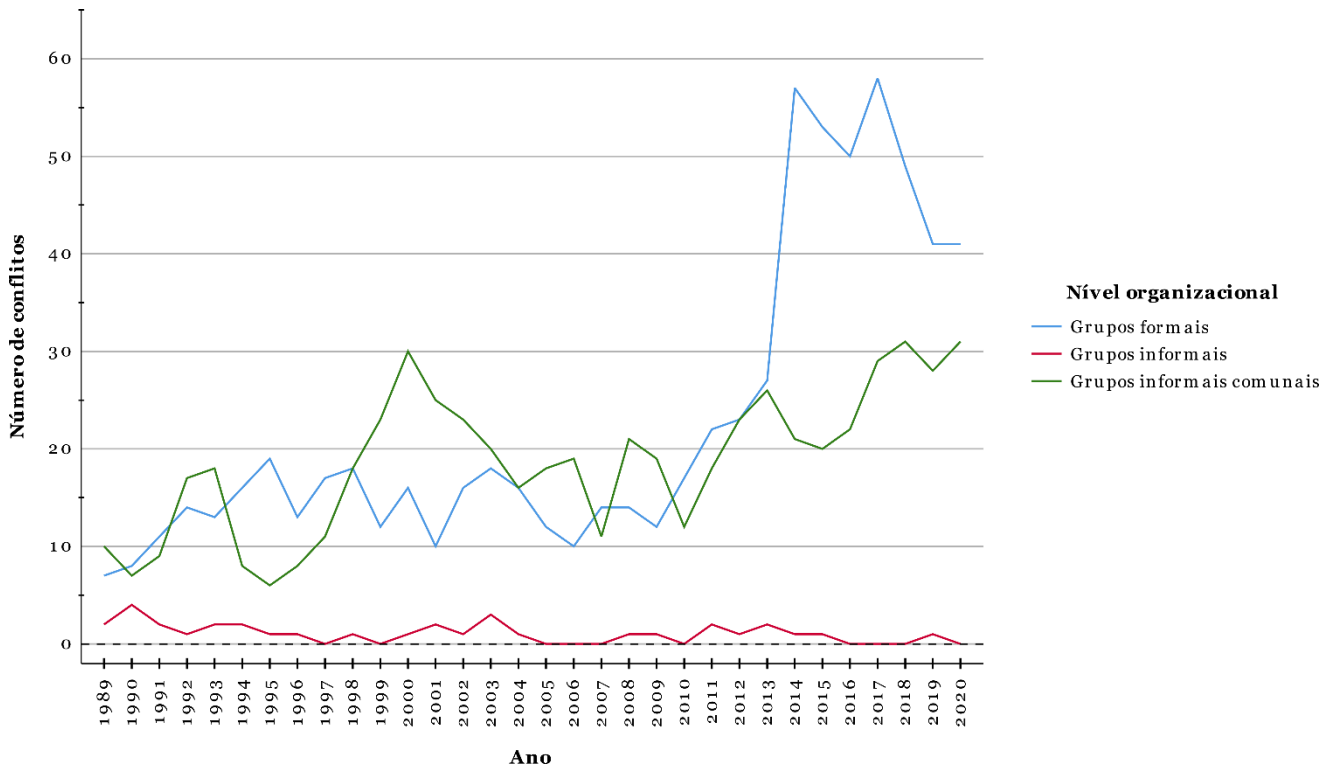


Figura 2 – Evolução dos conflitos não estatais ao longo do tempo (por nível organizacional), 1989-2020
 Fonte: Realizada pelo autor, com recurso à *UCDP Non-State Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023a)

Apesar da presença de SGs ser transversal às três categorias, a (1) ganha primazia na análise; pois apesar do fator étnico ser um dos seus principais atributos (Saima, 2019) o que mais neles se destaca é o seu sistema organizacional bastante consistente. Curiosamente, o aumento significativo dos confrontos das categorias (1) e (3) especialmente verificado a partir de 2009-2010 é um aspeto que no âmbito das RI envolve uma atenção reforçada a outros agentes para além dos estados-nação. O que corrobora a ideia de que a predominância de grupos ‘além estado’ na manutenção da violência é uma realidade cada vez mais presente. Este crescimento começou a ter maior relevância após o fim da Guerra Fria quando várias disputas pela soberania emergiram em vários pontos do globo.

No caso africano esta realidade constata-se bastante, pois neste continente registam-se mais de 60% de todos os conflitos não estatais (ver Tabela 1, p. 14). Exemplos como os de

Angola em Sousa (2016) onde se verificou a passagem de confrontos estatais para não estatais podem ser dados. Apesar de alguns motivos para o despoletar destes já terem sido acima mencionados, há ainda dois aspetos importantes que podem influenciar o seu desenrolar: a liderança e as intervenções externas (pp. 75-77). No que toca à análise do contexto afegão, e devido a ser um dos países onde houve mais intervenção externa e no qual a legitimidade carismática é um atributo para o ‘sucesso’ dos SGs, estas duas características são também importantes. Adicionalmente, o Afeganistão para além do elevado número de conflitos também é alvo duma constante atenção por parte dos investigadores (principalmente nos últimos dois anos) devido à diversidade das causas que os despontam. Pois, ao se analisarem as últimas sete décadas da história afegã constata-se que, não só as seis Causas de conflito de Goldstein & Pevehouse (2014) como também os três tipos e categorias do UCDP estão presentes (Barfield, 2010; Davies et al., 2023a, 2023b; Tomsen, 2011).

Finalmente, uma análise do Afeganistão segundo as RI pode ajudar a compreender dois aspetos fundamentais. O predomínio de grupos armados sobre forças militares estatais e também a luta destes pelo reconhecimento internacional enquanto força governativa (Bharti, 2021; Strand & Suhrke, 2021) – algo que se justifica devido à possibilidade deste país vir a ser reconhecido a longo prazo por alguns membros da comunidade internacional (Atyni & Mehsud, 2021; PressTV, 2021). O que na eventualidade de se concretizar lhes concederia legitimidade oficial na administração do território e, portanto, um papel estatal.

CAPÍTULO 2

Metodologia & Técnicas

This strong network of commitments—conceptual, theoretical, instrumental, and methodological—is a principal source of the metaphor that relates normal science to puzzle-solving. Because it provides rules that tell the practitioner of a mature specialty what both the world and his science are like, he can concentrate with assurance upon the esoteric problems that these rules and existing knowledge define for him. What then personally challenges him is how to bring the residual puzzle to a solution. (Kuhn, 1970, p. 42)

O presente trabalho rege-se pelos tramites da Ciência. Quer isto dizer que há determinadas regras a que este tem de obedecer, bem como alguns aspetos que lhe atribuem um carácter científico. Entre estes, um dos mais importantes é a justificação da abordagem metodológica, dos métodos e das técnicas usados (Khaldi, 2017).

Tendo como base os objetivos e procurando responder à pergunta de partida o processo de investigação conduziu a uma abordagem qualitativa com ênfase no Estudo de Caso. Enquanto que a técnica usada fundamenta-se essencialmente na recolha de dados preexistentes procedendo-se posteriormente à sua triangulação. Sendo esta mesma triangulação (no contexto deste trabalho) caracterizada pela combinação de vários tipos e fontes de dados secundários – o que envolveu por sua vez um processo complexo através do qual se procurou a sua maximização. Isto fez também com que o uso de relatórios, tratados, declarações, telegramas, mapas, tabelas, gráficos, livros, artigos, entrevistas etc. provenientes essencialmente de arquivos, sites governamentais, repositórios científicos e também de bases de dados envolve-se três tipos de análise: de conteúdo, documental e estatística.

Apesar da utilização tanto de dados qualitativos como quantitativos a triangulação metodológica – caracterizada pela complementaridade das metodologias quantitativa e qualitativa – não é aqui prioritária. Tal deve-se a dois motivos. Ao interesse da investigação, isto é, através da interpretação e atribuição de significados procurou-se obter uma visão holista dum fenómeno tendo em conta o seu contexto; em vez de o comparar, medir ou quantificar (Curini & Franzese, 2020; Khaldi, 2017, pp. 21-22). Adicionalmente, a importância da subjetividade humana – incluindo o julgamento do investigador nas perspetivas usadas durante a exploração, descrição e interpretação dos dados – é encarada como importante para a criação de proposições teóricas. Por outro lado, a metodologia quantitativa encara os fenómenos sociais como independentes do investigador apresentando-os como objetivamente analisáveis (Curini & Franzese, 2020, pp. 575-1079). Isto significa que o seu foco de pesquisa, os seus objetivos de investigação e também o seu

research design são úteis para analisar uma realidade externa objetiva que tende a manter-se constante no tempo e no espaço – algo que não se aplica no caso dos SGs no contexto deste trabalho. De forma a elucidar melhor as diferenças entre as abordagens metodológicas foi elaborada a Tabela 2.

Tabela 2 – Algumas diferenças epistemológicas entre as metodologias quantitativa e qualitativa
Fonte: Realizada pelo autor

ASPETOS	TIPO DE ABORDAGEM	
	QUANTITATIVA	QUALITATIVA
<i>Foco & Objetivo de investigação</i>	Quantificar ou medir os fenómenos de forma a testar hipóteses	Significado e compreensão de fenómenos
<i>Escola filosófica</i>	Positivismo	Construtivismo
<i>Características do research design</i>	Estruturado, rígido	Flexível, adaptável
<i>Análise dos dados</i>	Através de instrumentos ‘externos’: testes, inquéritos etc.	Cientista como instrumento e parte da realidade estudada

Devido ao objeto de estudo – a ação dos SGs num país – o método mais apropriado obriga a que sejam envolvidos dois aspetos fundamentais. Primeiramente, analisar um determinado evento tendo em conta a sua complexidade, evidenciando vários aspetos que o possam influenciar (Curini & Franzese, 2020). Adicionalmente, é necessário que seja possível enquadrá-lo e generalizá-lo num contexto mais amplo, especificamente nas áreas das relações entre estados, na política externa e também na diplomacia internacional. Ambos fazem parte das vantagens em enveredar por uma investigação baseada no Estudo de Caso, pois, a “principal característica dos métodos estudo de caso é o seu foco num ou mais casos mas com a ambição de entender e compreender dinâmicas gerais subjacentes”¹⁵ (p. 1133).

Além do mais, o uso de dados secundários e o recorrer a um processo de investigação qualitativo facilitou alguns aspetos relacionados com a logística, entre os quais destaco a economia, a gestão do tempo e também o acesso. Em relação ao primeiro, o uso de poucos casos de investigação equivale (geralmente) a um custo financeiro relativamente reduzido, pois como o objetivo é maximizar a informação relativa a cada caso (ou participante), uma amostra composta por um elevado número de casos tende a envolver maiores encargos financeiros. Devido aos dados já estarem trabalhados o tempo que supostamente seria

¹⁵ Tradução do autor. No original: “key characteristic of case study methods is their focus on one or few cases but with the ambition to understand and capture broader and more general underlying dynamics.”

usado na elaboração dos instrumentos de pesquisa para a recolha da informação necessária pôde ser redistribuído e aplicado noutras partes importantes: na triagem dos documentos, no planeamento da estrutura, no processo de escrita etc. Por último, apesar de praticamente todos os documentos serem de livre acesso houve necessidade de entrar em contacto com alguns dos autores para esclarecimento de dúvidas acerca dos seus trabalhos de investigação¹⁶.

¹⁶ Apenas a título de exemplo, no Anexo 1 foi necessário saber quem tinha desenhado o mapa.

2.1. Limitações

Todos os métodos e técnicas usados nas investigações científicas caracterizam-se por vantagens e limitações. No que diz respeito a estas últimas, o Estudo de Caso é sobretudo criticado quanto à falta de rigor metodológico, à subjetividade do autor e também à sua validade externa (Curini & Franzese, 2020, pp. 1012, 1097, 1125-1126 e 1134-1135). A primeira foca-se na (excessiva) flexibilidade da sistematização durante a investigação. Ou seja, devido a serem encarados como ‘métodos livres’ onde diversos aspetos duma realidade estão envolvidos, a objetividade científica nos Casos de Estudo corre um maior risco de ficar ausente face a outros métodos. Também devido a um carácter epistemológico menos formal é necessária uma maior atenção por parte do autor de forma a evitar situações *bias*. Pois, como estes métodos partem duma abordagem interpretativa baseada na atribuição e compreensão de significados (uma particularidade na qual a subjetividade é praticamente inevitável) existe maior possibilidade de enviesamento por parte do próprio investigador. Além destas, a dificuldade em generalizar os resultados – especialmente a partir dum só caso (método Caso de Estudo Singular) – para outros contextos pode conduzir a erros de análise. Esta talvez seja a maior crítica, pois a extrapolação das conclusões dum estudo face a um fenómeno particular dificilmente tem em atenção todas as dimensões que o caracterizam e explicam noutros contextos, o que faz com que estes fiquem restringidos sobretudo ao nível micro de análise.

Finalmente, ao limitar-se toda a atenção a dados preexistentes (sejam estes secundários ou documentais) e não a outras técnicas faz com que possa haver algumas desvantagens. Entre estas destaca-se sobretudo a particularidade de todas as informações poderem ter sido recolhidas dum número limitado de fontes, o que poderá conduzir a uma certa homogeneização das estratégias e procedimentos utilizados.

CAPÍTULO 3

Análise do Afeganistão enquanto Protoestado: entre o processo de Construção do Estado¹⁷ e o regresso do Emirado Islâmico

This is a country that's been at war for 40 years. People signed up with the Afghan military to make money. They fired their weapons. Did they want to die in service of the Afghan military? Remember, Afghanistan is not a conventional nation. It's really tribal. And so they were earning a paycheck – some of them didn't even get that paycheck – but they did not sign up to fight to the death, for the most part. . . . This is an old Afghan trick – they go with the winners, or at least they run away from the losers, and that's why it happened so quickly. (General Wesley Clark as cited in Berlinger et al., 2021, paras. 3-4)

Atualmente circundado por seis países¹⁸ e sem acesso ao mar, a região do Afeganistão define-se por uma história milenar tanto associada ao domínio de vários povos¹⁹ como à sua riqueza comercial, artística e cultural. Este desenvolvimento civilizacional juntamente associado às vantagens estratégicas do território atribuiu-lhe o epíteto de ‘Coração da Ásia’ (Hopkins, 2008, p. 5). Militarmente, as particularidades geográficas da sua localização no Centro-sul asiático tornam-no um excelente bastião contra potenciais invasores: sendo a maior parte deste coberta por montanhas de elevada altitude enquanto na restante predominam vastas zonas desérticas (ver Mapas 1 e 2 do Anexo 3, p. 113). Apesar do seu elevado número de rios, a maior parte da região enfrenta longos períodos de seca assim como um clima diversificado e hostil. As temperaturas são por vezes polares – sobretudo nas regiões montanhosas do Nordeste conhecidas como Hindu Kush; enquanto as altas temperaturas sentem-se a sudeste, oeste e noroeste. A IRA – território com 38 milhões de habitantes e de tamanho aproximado ao Texas (EUA) foi composta administrativamente por 34 províncias (ولایه – *wilayat* em árabe) que por sua vez foram subdivididas em aproximadamente 400 distritos.

Nas suas relações diplomáticas é sobretudo conhecido como ‘Cemitério de Impérios’ (Kühn, 2016; Münch, 2016, p. 62). Este mito desenvolvido ao longo de milénios de lutas

¹⁷ No caso da IRA o conceito de ‘Construção do Estado’ refere-se ao conjunto de ações dos países ocidentais na edificação e manutenção de instituições que assegurassem o funcionamento dum Estado democrático. No entanto, tendo em consideração que no decorrer da sua existência o país não se pode considerar uma democracia a situação política nele vivida assemelhou-se mais a um ‘Protestado’. Ou seja, uma situação intermédia em que o país congregou em si a aparência duma estrutura política weberiana juntamente com as normas, regras e valores duma sociedade tradicional.

¹⁸ Norte: *Turquemenistão* (noroeste), *Uzbequistão*, *Tajiquistão* (nordeste); Sul: *Paquistão*; Este: *China*; Oeste: *Irão*. O mapa do Afeganistão encontra-se no Anexo 1

¹⁹ Alguns dos mais conhecidos: Greco-Báctrios, Indo-Citas, Cuchanas, Hefatalitas, Samanidas, Mogois.

intensas baseia-se na resiliência do seu povo às invasões estrangeiras que permearam (e permeiam) a sua história militar – um fenómeno constante desde a sua génese (Hopkins, 2008). Contudo, a imagem do Afeganistão inconquistável e onde os impérios encontram o seu fim requer algum contexto.

Apesar da área geográfica que atualmente caracteriza o IEA ter uma longínqua história, o Afeganistão enquanto entidade política-estatal teve a sua origem no ano de 1823 sob o nome de Emirado do Afeganistão (EA), e com a liderança de Dost Mohammad Khan Barakzai. Este *Emir* – governante máximo – pertencente à dinastia Durrani, contextualiza o país como resultado do Império Durrani (1747–1823 & 1839–1842). Esta particularidade é importante no sentido em que relembra que o atual IEA descende duma longa linhagem de impérios²⁰ (e povos) que foram influenciando o território das suas fronteiras contemporâneas. Neste sentido, se ‘apenas’ tivermos em conta o período pós-1823 então de facto é possível encará-lo como inconquistável... Porém, esta particularidade não significa necessariamente que este represente o fim dos impérios, mas sim um território de difícil conquista e administração²¹. Por exemplo, apesar do império britânico ter enfrentado o EA em três guerras – 1839-1842, 1879 e 1919 – e sofrido pesadas baixas e graves derrotas, o fim do seu Império *per si* é atribuído à Segunda Guerra Mundial (Ibrahimi & Maley, 2020, pp. 13-18; Johnson, 2012, pp. 39-148 e 175-204). Num contexto diferente, a URSS também sofreu amargas derrotas entre 1979 e 1989, mas apesar da sua desintegração ter ocorrido apenas três anos depois as principais causas do colapso do ‘Império Vermelho’ são atribuídas a problemas de ordem interna (Johnson, 2012, pp. 205-247). É ainda importante notar que foi a partir da derrota dos soviéticos que o epíteto se popularizou, reforçando-se após a derrota dos EUA. Sendo assim, e apesar das dificuldades logísticas em administrar o Afeganistão ao longo da sua génese, a principal razão da instabilidade governativa deve-se aos guerreiros tribais e SGs que sempre fizeram parte do seu território (Goetze, 2016; Kühn, 2016; Müller, 2016).

Finalmente, no que toca aos conflitos internacionais, a IRA apresentou-se como um estado profundamente instável e um dos mais inseguros do mundo (ver Tabela do Apêndice 2, p. 102). Tornando-o, por isso, não só bastante propenso a situações conflituosas mas também no palco ideal para a prática da ‘grande criminalidade’ – duas situações presentes que se constataram mesmo tendo este sido alvo de ajuda externa por parte de vários países. No que aos tipos de conflito diz respeito, o país apresenta-se como um caso curioso devido aos conflitos não estatais (onde os SGs estão maioritariamente presentes) que nele surgiram

²⁰ Alguns dos mais importantes: Império persa (522-331 BCE), império macedónio (359-323 CE), o Califado Omíada (661–750 CE) e o Império mongol (1026-1368 CE).

²¹ Malejacq, 2019 as cited in Parkin (2021) numa entrevista ao *Financial Times* afirmou – referindo-se ao processo de Construção do Estado no Afeganistão – que este aparenta mais ser “a graveyard for colonialist, or neocolonialist foreign powers that aim to rule.” (para. 5)

entre 1989 e 2020 serem da primeira categoria, isto é, pertencentes à categoria dos grupos formais²² (ver Tabela do Apêndice 3).

²² Sobre as categorias dos conflitos não estatais ver pp. 14-15, para. 2

3.1. A IRA como ator internacional num mundo globalizado

A IRA enquanto estado-nação reconhecido internacionalmente teve uma existência de aproximadamente duas décadas: 2004-2021. A sua criação oficial veio substituir a Administração Interina Afegã (AIA) – 2001-2002, e a Administração Transitória Afegã (TISA) – 2002-2004. Estas contaram com o apoio logístico da Organização das Nações Unidas (ONU) na preparação dos encontros diplomáticos entre os seus líderes, em Bona (Alemanha)²³. A figura mais proeminente em ambas as entidades ‘pré-IRA’ – e também o primeiro Presidente da mesma – foi Hamid Karzai. Servindo durante dois mandatos (2004-2009 e 2009-2014) o desempenho político do mesmo trouxe algum sucesso à IRA – sobretudo na esfera económica e nas RI (Kayani & Malik, 2015, p. 45). Contudo, o mesmo também foi alvo de várias controvérsias – especialmente no que diz respeito aos crimes de fraude eleitoral, corrupção e ligação a grupos terroristas. Por exemplo, de forma a unificar o país em 2005 Karzai estabeleceu alianças políticas baseadas na compra de votos à oposição parlamentar e também no favorecimento político das elites tecnocráticas nacionais; adicionalmente a nomeação de efetivos escolhidos não pela sua competência mas pela lealdade ao seu governo contribuiu bastante para o descontentamento da sociedade civil (Lebovic, 2019, pp. 140-150). Um caso concreto acerca deste último deu-se aquando da reforma das forças policiais em 2005 quando o Presidente anulou os processos de seleção para os cargos de Chefe de Polícia das províncias “através dum comité independente onde nomeou o seu próprio pessoal para as vagas. Catorze deles tinham reprovado no exame de entrada enquanto os outros tinham sido implicados em abusos de direitos humanos e participado noutras atividades criminosas.”²⁴ (p. 141). Relativamente à relação com SGs os seus mandatos são sobretudo caracterizados por uma política de afastamento dos mesmos, tanto das instituições políticas como do território nacional (Ginty, 2010, pp. 587-589; Stanski, 2009).

De forma a marcar a sua presença no palco internacional, durante os primeiros 10 anos da IRA, as decisões de Karzai incentivaram a uma política externa ativa visando sobretudo o estabelecimento de acordos comerciais e a criação de laços diplomáticos com vários países. Entre estes destaca-se a proximidade com os EUA e outros membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). O fomento das relações com o mundo ocidental viria a ser um caminho previsível após a tomada de posse do Presidente, pois o

²³ O acordo que deu origem a estas entidades e que posteriormente contribuiu para a formação estatal da IRA foi assinado a 5 de dezembro de 2001 sob o nome de *Agreement on Provisional Arrangements in Afghanistan pending the Reestablishment of Permanent Government Institutions*. Uma das versões não oficiais do acordo pode ser consultada em <https://www.peaceagreements.org/wview/272/>

²⁴ Tradução do autor. No original: “by an independent committee and named his own personnel for the slots. Fourteen of them had failed the police entrance exam, while others had been implicated in human rights abuses and assorted criminal activities.”

papel do Ocidente na reconstrução do Afeganistão seria essencial para fazer face aos principais problemas que assolavam o país: presença de terrorismo, corrupção, tráfico de droga, violações dos direitos humanos, ausência de infraestruturas e pobreza extrema. Neste sentido, um dos principais acordos celebrados com os EUA foi o Acordo de Parceria Estratégica em meados do segundo mandato de Karzai (Gil, 2017, p. 93; Khan & Hussain, 2015, p. 99). Este mesmo acordo decidiria, entre outros aspetos securitários, a estratégia de retirada das forças armadas americanas após a situação afegã ficar estável, ao mesmo tempo que consagrou a IRA como uma importante aliada da NATO. Adicionalmente, a relação de Karzai com o governo americano já se verificava antes do 11/9, tendo este sido um visitante regular à embaixada americana (Loyn, 2021, pp. 35-36). Na Ásia, o mesmo procurou uma aproximação não só com o Centro asiático, mas sobretudo com a Índia, o Paquistão e o Irão. Pois a influência destes três países na política externa afegã trouxe diversas vantagens financeiras, estratégicas e geopolíticas²⁵.

Por outro lado, as relações externas entre o Ocidente e Karzai também tiveram algumas divergências, especialmente durante o seu segundo mandato. Entre estas destaca-se o envolvimento bélico dos EUA no Iraque (2003-2011) que conduziu a uma despreocupação da superpotência para com o governo afegão. Adicionalmente, as vítimas civis que foram responsabilizadas ao envolvimento militar americano e aliado na IRA contribuiu também para algumas tensões diplomáticas com os EUA (Ibrahimi & Maley, 2020, p. 141; Johnson et al., 2017, p. 222). Doutra perspetiva, a crescente corrupção nacional e as dificuldades nas negociações com líderes locais – tanto das províncias como dos distritos – conduziram a graves problemas na administração do território, entre os quais se destaca as dificuldades em conter os ataques perpetrados pelos Talibã (Gall, 2014, pp. 200-222). O que por sua vez afetou a reputação externa do governo afegão, transmitindo a ideia dum estado continuamente dependente da ajuda internacional. Para além do mais, a decisão da administração Karzai, no seu último ano do segundo mandato, em reconhecer a anexação da Crimeia por parte da Federação Russa²⁶ serviu adicionalmente para o incremento das tensões diplomáticas (Reuters, 2014).

No Centro asiático após os dois mandatos de Karzai, uma forma de análise do desempenho afegão no âmbito das suas relações externas é através de *referênduns* que visem compreender a sua imagem na sociedade civil. Neste sentido, a Tabela 3 (ver p. 26) mostra alguns dos resultados estatísticos acerca da população de 4 países sobre quais os

²⁵ Mais sobre este tema nas secções 3.3. e 3.4.

²⁶ Estrategicamente esta decisão pode ter advindo de três motivos complementares que são abordados no Capítulo 4

países/organizações mais e menos favoráveis para o estabelecimento de relações diplomáticas.

Tabela 3 – Opinião pública de alguns países centro-asiáticos sobre as suas preferências para o estabelecimento de relações diplomáticas, 2015

Fonte: Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 51

Kazakhstan	Kyrgyzstan	Uzbekistan	Tajikistan
<i>Top three choices</i>			
Russia	Russia	Russia	Russia
The European Union	Kazakhstan	South Korea	Kazakhstan
Kyrgyzstan	China	Kazakhstan	China
<i>Bottom three choices</i>			
United States	India	Tajikistan	Afghanistan
Iran	Iran	Iran	South Korea
Afghanistan	Afghanistan	Afghanistan	United States

Como é possível constatar juntamente com o Irão e os EUA, a IRA pode ser considerada até mesmo uma ameaça na perceção do ‘cidadão comum’²⁷. Este resultado torna-se também relevante ao equiparar a perceção desta área geográfica à do mundo ocidental no que à IRA diz respeito. Ou seja, a perceção negativa deste país que é típica no mundo ocidental é também partilhada por alguns dos países que estão mais próximos deste. Isto significa concretamente que mesmo uma elevada semelhança etnocultural e religiosa nem sempre é o fator principal que determina o estabelecimento de relações diplomáticas, pois (a título de exemplo) mesmo o Tajiquistão partilhando vários traços comuns com o seu vizinho a sul apresenta bastante relutância na cooperação com o mesmo. Algo reforçado pela opinião dum cientista político deste país, em que o mesmo afirmou que o

“Afeganistão tornou-se numa fonte de todo um complexo de desafios e ameaças tais como o extremismo religioso, terrorismo internacional, circulação ilegal de droga e armas, emigração ilegal etc. o que constitui uma ameaça genuína à segurança nacional tanto dos estados recentemente independentes como à segurança regional enquanto um todo.”²⁸ (Mirzoev, 2017 as cited in Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 52)

²⁷ Para uma análise estatística mais aprofundada das relações centro-asiáticas com a IRA recomendo a compilação estatística em Nourzhanov & Saikal (2021), com especial atenção às pp. 52, 72, 110 e 124.

²⁸ Tradução do autor. No original: “Afghanistan has turned into a source of the whole complex of challenges and threats such as religious extremism, international terrorism, illegal circulation of drugs and weapons, illegal

Independentemente da forma como o Afeganistão é atualmente visto pela comunidade internacional a atenção que lhe foi dada pelos vários estados-nação cresceu exponencialmente com o advir do século XXI (Johnson et al., 2017). Tal situação deu-se após os atentados ao *World Trade Center*, ao Pentágono e (ainda que não concretizado) ao Capitólio²⁹ em setembro de 2001. Como consequência, a presença das forças ocidentais – justificada pela primeira administração Bush com base no Art.º 51 da Carta da ONU – passou a fazer parte da realidade da região, dando início à mais longa guerra dos EUA, na qual durante 20 anos influenciaria a história do país, marcaria o fim da IRA, e culminaria no retorno do IEA (Stevens, 2021).

migration etc. which constitutes a genuine threat to national security of both individual newly independent states and regional security as a whole.”

²⁹ Da bibliografia consultada apenas Malkasian (2021) referiu o destino dos voos. Apesar de ser comumente atribuído como alvo do voo UA 93 o Capitólio, o mesmo não é confirmado, pois há também a possibilidade do objetivo poder ter sido a Casa Branca.

3.2. Ocidentalização e o papel das administrações americanas durante o conflito

Da mesma forma que no espaço de poucas semanas os Talibã retomaram o controlo do Afeganistão – governando *de facto* o seu território – também as forças ocidentais lideradas pelos EUA em pouco tempo conseguiram tomar o controlo do país em novembro de 2001, durante a OEF – iniciada na primeira semana de outubro e terminada em dezembro de 2014. Relativamente a esta operação, e através de alguns documentos oficiais é possível reparar em alguns problemas legais com a invasão. Pois a autoridade responsável por conceder legitimidade a uma intervenção militar com base no Art.º 51 da Carta da ONU é o Conselho de Segurança da ONU (United Nations, 1945, Cap. VII, Art. 51, pp. 10-11), que apenas com a Resolução 1386 (United Nations Security Council [UNSC], 2001c) em dezembro do mesmo ano lançou as bases para uma resposta militar no Afeganistão. Um aspeto reforçado pelas duas resoluções posteriores ao 11/9 não mencionarem explicitamente o apoio a uma resposta militar ao IEA (UNSC, 2001a, 2001b). Adicionalmente, a responsabilidade pelos atentados é atribuída à AQ e não aos Talibã; ainda que alegadamente os últimos tenham permitido no seu território a construção de campos de treino e infraestruturas para os primeiros, 15 dos 19 indivíduos alegadamente responsáveis pelo desvio dos voos eram sauditas e nenhum dos restantes quatro era afegão. Este pormenor acrescentado também ao facto de a AQ ter origem na Arábia Saudita e não no IEA permite questionar até que ponto os Talibã tiveram responsabilidade pelo evento, já que na esfera internacional, em termos de ataques terroristas, “apenas” a IRP sofreu ataques terroristas perpetrados pelos mesmos (Khan, 2013). Por fim, existe ainda a particularidade de que a ‘Guerra ao Terror’ foi declarada não a estados-nação *per si*, mas a organizações terroristas não estatais, o que, no caso do IEA em 2001, pode também originar algumas dúvidas face à proporcionalidade dos meios militares empregues.³⁰

Nos meses vindouros, e após as negociações em Bona, vários planos foram realizados para o envolvimento de missões lideradas pela NATO e pela ONU (Gil, 2017, pp. 89-90). Entre as quais é possível destacar a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão com o objetivo de fornecer ajuda humanitária e apoio logístico ao recente governo afegão, e a Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF) com a missão de auxiliar no treino das ANSF assim como fomentar a segurança territorial, especialmente na zona de Kabul. Em relação a esta última iniciativa os EUA viriam a desempenhar um papel fulcral,

³⁰ Não é intenção da presente Dissertação aprofundar o tema da legitimidade/ilegitimidade da OEF. Contudo, é pertinente pôr em evidência alguns argumentos críticos da sua legitimidade devido à propagação Talibã, na luta contra as forças ocidentais, ser analisada na secção 4.3. Porém, acerca deste tema recomendo Khan (2013) numa visão desfavorável à mesma e, numa perspetiva favorável Smith & Thorp (2010).

pois apesar da sua formação ter sido idealizada pela ONU os mesmos através da NATO³¹ assumiriam o comando da Missão em 2003. Esta mudança veio a ser uma das decisões tomadas a ir contra os conselhos do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, este por sua vez promotor duma estratégia ‘menos americanizada’ após o derrube da liderança talibã (Rumsfeld, 2001). No entanto, e depois da tomada de posse da AIA e do país passar por um período de relativa estabilidade devido ao processo de Imposição da Paz concretizado pela ONU e pelos EUA através da ISAF, o governo americano focou-se num outro cenário bélico: o Iraque (Lebovic, 2019, pp. 70-71).

Com a derrota do IEA não só a intervenção militar se fez sentir; pois desde a criação da IRA e durante os processos negociais que decorreram nas administrações Karzai e Ghani – esta última entre 2015 e 2021 – a influência do Ocidente e do neoliberalismo americano far-se-iam sentir na sociedade afegã, durante as duas décadas da presença aliada (Afzal, 2021; Billaud, 2012; Ibrahimimi & Maley, 2020, pp. 47-79). Esta mesma encontra-se em vários dos artigos da Constituição de 2004 – que se manteve até ao retorno do IEA – através, por exemplo, da promoção dum regime democrático (Comparative Constitutions Project, 2022, ch. I, art. 6, p. 7), das liberdades e direitos individuais como a liberdade de expressão e religiosa (ch. I, art. 2, p. 6; ch. II, art. 32, p. 10), da igualdade perante a lei (ch. II, art. 22, p. 9) e também do desenvolvimento duma economia de livre mercado (ch. I, art. 10, p. 7).

Duas medidas tomadas durante a primeira administração Karzai a respeito dos direitos das mulheres podem ser constatadas na esfera política. Nos primeiros anos do seu mandato inicial, aquando da constituição de 2004 em prol dos direitos das mulheres, estas chegaram a representar mais de 25% dos assentos do mesmo (Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 24); adicionalmente o seu apoio à criação do *Ministry of Women’s Affairs* – cuja função seria a promoção dos direitos das mulheres sobretudo no mercado de trabalho – durante a AIA concretizou-se após a implementação do seu primeiro governo na IRA (Billaud, 2012, pp. 18-19). Para além do mais a ajuda internacional militar e económica que totalizou mais de \$2 triliões (Stevens, 2021, p. 1) foi sendo investida também na construção de várias infraestruturas como escolas, hospitais e estradas. Relativamente a este ponto Ashraf Ghani, em 2003 enquanto Ministro das Finanças da TISA, delineou o Programa de Solidariedade Nacional (NSP) cujo objetivo foi a promoção do desenvolvimento das comunidades locais através do financiamento a pequenos projetos criados pelos próprios habitantes – por exemplo, construção de poços e caminhos pavimentados ou compra de geradores a *diesel* – que resolvessem alguns dos problemas das mesmas (Loyn, 2021, p. 72).

³¹ Com efeito, a implementação do processo seria mais rápida através da NATO do que pela ONU. Pois apesar de partilharem os mesmos objetivos ambas baseiam-se em diferentes filosofias. Concretamente, a NATO é uma aliança securitária e militar entre vários países europeus – com o acréscimo dos EUA, do Canadá e da Turquia – que tem como objetivo combater, se necessário, para alcançar a Paz. Enquanto a ONU é uma organização mundial composta por mais de 190 países cujo propósito é evitar a guerra promovendo a Paz.

Este projeto que se estendeu ao longo dos anos da IRA foi financiado pelo *World Bank* e cada comunidade local era supervisionada por uma Organização Não-Governamental (ONG), entre as quais a *Oxford Committee for Famine Relief* e a *Relief Internacional*³².

Também no contexto internacional os EUA lançaram iniciativas de reconstrução civis e militares que visavam também aproximar os habitantes locais das forças ocidentais. Dentre estas uma das mais influentes decorreu entre 2003 e 2013: a criação das Equipas Provinciais de Reconstrução (PRTs). Estas geralmente trabalhavam em zonas de elevado risco, o que fez com envolvessem

“uma combinação de militares, civis-diplomatas e especialistas. Lideradas pelos EUA foram compostas por 60 a 100 pessoas, um diplomata do Departamento de Estado e um oficial da USAID. Os militares providenciavam segurança, um destacamento de civis e alguns engenheiros. Trabalhavam diariamente com os governadores das províncias e outros políticos implementando vários projetos desde poços . . . a escolas”.³³ (Malkasian, 2021, pp. 97-98)

Contudo, após 20 anos de influência neoliberal – tanto do Ocidente como dos próprios governos de IRA – continuariam a ocupar os piores lugares dos *rankings* mundiais no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento (ver Tabela do Apêndice 2, p. 102). Um exemplo concreto e que refuta o ‘caráter democrático’ da IRA é o seu desempenho ao longo dos anos no *Democracy Index*. Pois no período de 2006 a 2021 a sua pontuação tem variado entre 3.06 e 0.32, colocando a IRA nos regimes autoritários de acordo com a classificação do próprio *Index* (Economist Intelligence Unit [EIU], 2022, pp. 34, 40 e 68). O que significa que a prática democrática é bastante reduzida ou inexistente.

Adicionalmente, no campo militar as baixas ocidentais foram aumentando (ver Figura 3, p. 31) juntamente com o número de ataques terroristas e vítimas civis (Aftab, 2021; Galdo et al., 2021, pp. 3-4). Como consequência, este incremento pôs em causa a estabilização do território transmitindo a ideia de que a IRA e as forças ocidentais estavam a perder o controlo da situação e que, opostamente, os grupos terroristas estavam a ganhar vantagem sobre estas. O que, tendo em consideração a ‘rápida’ derrota do IEA, contrasta fortemente com os primeiros anos após o início da OEF. Uma possível explicação para este fenómeno está relacionado com a mudança de estratégia dos Talibã e doutros grupos como o TTP e a HQN que passaram a recorrer com mais frequência a técnicas de guerrilha – armadilhas,

³² O número médio de projetos por província variou entre 270 e 1.400 com custo variado de \$8 a \$10 milhões.

³³ Tradução do autor. No original: “A combination of military personnel and civilian diplomats and development experts staffed them. US-led teams fielded 60 to 100 personnel, with a State department diplomat and USAID development officer. The US military provided security, a civil affairs detachment, and a few engineers. They would work daily with Afghan provincial governors and officials and implement a range of projects from wells [...] to schools”

emboscadas e sabotagens – e a engenhos explosivos de forma a combaterem os aliados (Johnson et al., 2017, p. 79). Relativamente a estes últimos o número de ataques bombistas suicidas subiu exponencialmente a partir de 2006, tornando este fenómeno parte da realidade afegã até 2021 (ver Gráfico do Apêndice 5). Após milhares de soldados ocidentais mortos – dos quais a maior parte americanos – o otimismo do Ocidente perante a guerra foi também diminuindo ao longo do tempo. Este constatável, por exemplo numa sondagem realizada em 2013 pelo *The Washington Post* que concluiu que 66% dos americanos acreditavam que a guerra não valia a pena (Sites, 2014, p. 33, n. *).

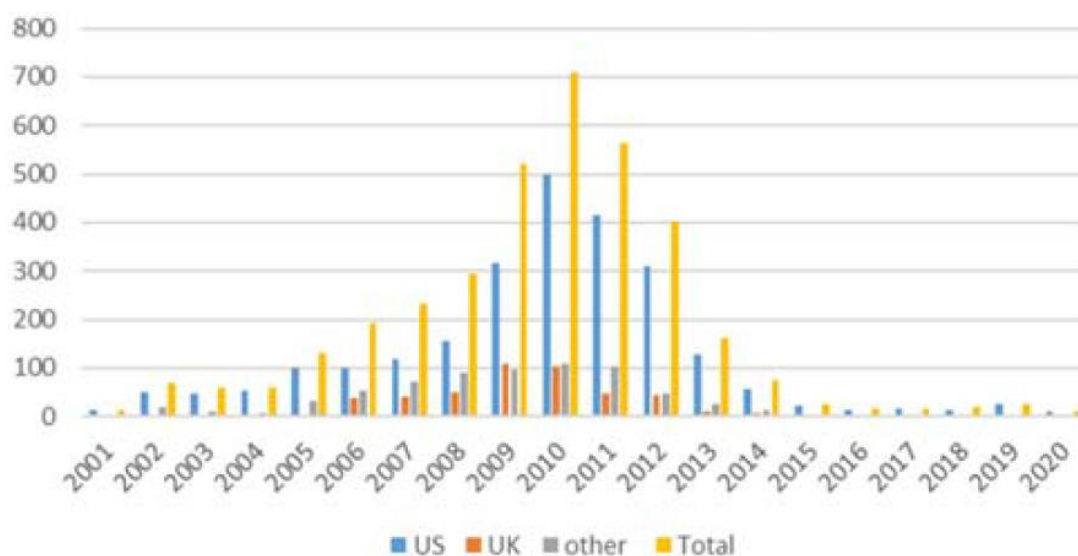


Figura 3 – Fatalidades entre os militares ocidentais no Afeganistão, 2001-2020
 Fonte: Aftab, 2021, p. 990

Em relação aos fatores que contribuíram para a vitória do grupo terrorista sob as forças aliadas Malkasian (2021) apresenta um aspeto por vezes menorizado pelos investigadores, afirmando que “os Talibã conseguiam perceber o que significava ser Afegão melhor que . . . o governo implementado pelo Ocidente. Esta capacidade não deve ser descorada enquanto uma condição que conduziu ao resultado da guerra.”³⁴ (p. 332). Uma capacidade detida também pelos SGs.

³⁴ Tradução do autor. No original: “that the Taliban could touch on what it meant to be Afghan better than [...] the Western-installed government. This capacity should not be discounted as a condition that drove the outcome of the war.”

3.2.1. Bush e o Contraterrorismo mundial

Antes do 11/9 George W. Bush não estava propriamente interessado no processo de Construção do Estado afegão (Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction [SIGAR], 2015, p. 1), mas sim nos ganhos económicos e vantagens estratégicas advindos da boa relação com o Centro asiático. Pois esta proporcionava ao governo americano vantagens adicionais face à Rússia e à China naquela região, através do acesso a vários oleodutos e recursos hídricos do Mar Cáspio (Afridi et al., 2015, p. 29; Rashid, 2001, pp. 161-162 e 172). A importância deste aspeto é constatável logo após a queda do IEA quando Robert Finn – um especialista nas redes de óleo do Cáspio – assumiu o cargo de Embaixador no território recentemente conquistado (Johnson & Leslie, 2008, p. 110). Contudo, no início da ‘Guerra ao Terror’, a principal preocupação de Bush (e dos governos ocidentais) seria a luta contra o terrorismo mundial e uma ‘guerra total’ a grupos terroristas, sobretudo à AQ e aos Talibã (Gil, 2017, pp. 88-90). Consequentemente, o aumento exponencial do investimento para a defesa devido às recentes e profundas alterações na geopolítica mundial conduziu a uma maior preocupação entre os estados ocidentais em focarem-se na segurança (Gul et al., 2022).

Durante a presença ocidental no país houve essencialmente duas estratégias envolvidas, a Contraterrorista (SOF) e a Contrainsurgência (COIN), ambas recorrentes durante as administrações Bush. A primeira encara os terroristas enquanto indivíduos ou grupos individuais sem apoio da população geral, vendo-os como uma ameaça que surge devido a problemas relacionados com o Cumprimento da Lei³⁵ e a segurança nacional (de Wijk, 2021, p. 116). Neste sentido, a solução para estes passa por localizar e eliminar elementos-chave das suas redes através de ataques precisos, diversas vezes com recurso às Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos (US-SOF). Complementarmente, a COIN aborda o fenómeno num contexto mais abrangente, sendo estes antes o resultado de problemas político-sociais concretos que se colmatados poderão evitar a emergência de insurgentes (de Wijk, 2021, p. 117). Assim sendo, desta perspetiva o processo de resolução passa por vários objetivos a longo prazo de forma a influenciar diretamente a opinião pública; por exemplo através do treino de forças de segurança, desenvolvimento de infraestruturas e da economia, ou então com a ajuda da população local capturar ou eliminar terroristas.

Um exemplo duma medida baseada na estratégia COIN e que mostra a importância da envolvimento dos EUA na IRA pode ser constatado em 2007, quando as PRTs na realização

³⁵ O Cumprimento da Lei é um processo que se enquadra na Manutenção da Paz (ver p. 6, n. 5, para. 3) e caracteriza-se por iniciativas governamentais que visam a criação (ou reestruturação) de forças de segurança (ex: Polícia) cuja principal função seja a descoberta e punição daqueles que violem as normas legais.

de pequenos projetos nas províncias de Kunar, Khost e Ghazni despenderam entre \$218 a \$387 mil, em comparação com os \$13 a \$15 mil do NSP (Malkasian, 2021, p. 98). Adicionalmente, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) financiou durante os governos de Karzai e Ghani projetos de grande envergadura nacional, como a reconstrução da “Ring road” (ver Mapa 1 do Anexo 3, p. 113) – a única autoestrada do país e que liga as suas quatro maiores cidades, perfazendo mais de 2.000 km: Kandahar, Mazar-i-Sharif, Kabul e Herat – e da Central Hidroelétrica de Kajaki, investindo \approx \$300 milhões e \$2 mil milhões respetivamente (Lebovic, 2019, pp. 167-168). Quanto às províncias em si, a realização de cada vez mais projetos fez subir exponencialmente o investimento americano – assim como a dependência dos governos afegãos do apoio internacional para o desenvolvimento do país – por exemplo, entre 2004 e 2008 na província de Kunar o valor investido anualmente pela USAID aumentou de \$2 para \$80 milhões (Malkasian, 2021, p. 99).

Durante o período de transição (2001-2004), tanto na AIA como na TISA elaboraram-se novos projetos relacionados, entre outros, com o governo, a reformulação das forças armadas afegãs e também a renovação do sistema de ensino. No Anexo 4.1. (2002a) Rumsfeld apresenta-se como crítico do envolvimento dos EUA na implementação destas, pois segundo o mesmo este seria excessivo. Esta vontade em ser ativo na reconstrução estatal pode também ser encarada como resultado do papel de ‘promotor da democracia e liberdade’ pelo qual os EUA no pós-Guerra Fria viriam a ser conhecidos (Johnson & Leslie, 2008, p. 232). Relativamente ao envio de tropas americanas para a IRA, este, apesar de crescente anualmente, representava \approx 50% das forças ocidentais em 2008 – último ano completo do segundo mandato de Bush (ver Gráfico do Apêndice 3). Contudo, é preciso mencionar dois aspetos que limitaram o envio médio de 5.000 militares/ano foram a Guerra no Iraque – sendo estes precisos para retirar Saddam Hussein do poder – e também o receio em repetir a ‘experiência’ soviética (Mukhopadhyay, 2014, pp. 28-29). Esta mudança de foco para o cenário iraquiano é retratada, por exemplo, em Rumsfeld 2002d (ver Anexo 4.3.), em que numa reunião na Sala Oval quando questionado se queria encontrar-se com o General McNeill o mesmo perguntou quem este era, ao qual Rumsfeld respondeu que é o General responsável pela situação afegã, ao qual o Presidente replicou que não precisava de se encontrar com ele.

Na realidade *warlord* as administrações Bush apoiaram os membros da Aliança do Norte (NA), visando juntamente com estes a derrota do IEA, o seu apoio político face ao governo de Karzai, e também através deles agilizar o processo de estabilização da região afegã (Gall, 2014, p. 88). Relativamente a alguns SGs, o seu envolvimento com as US-SOF e a CIA durante os mandatos dos presidentes americanos a partir de Bush foi também uma realidade durante a ‘Guerra ao Terror’ (Dorani, 2019, pp. 15-96).

3.2.2. Obama e a estratégia de Contrainsurgência

Assim como o seu antecessor, Obama continuou o desenvolvimento das forças armadas afegãs em ambos os seus mandatos, pois o apoio ao desenvolvimento das ANSF numa força de combate eficaz era encarado como uma das melhores soluções à instabilidade da IRA (Giustozzi, 2009, p. 37). Neste sentido, uma parte substancial do orçamento americano despendido no Afeganistão entre 2009 e 2016 seria usado para alcançar este objetivo, concretamente através do *Afghanistan Security Forces Fund* financiaram-se equipamentos, treinos, operações e infraestruturas militares num total aproximado de \$50 mil milhões³⁶.

Contudo, o que viria principalmente a caracterizar a primeira administração Obama seria o incremento do pessoal militar na IRA, culminando este no ano 2011 em que das forças aliadas no território os EUA representavam $\approx 70\%$ – cerca de 110.000 operacionais (ver Gráfico do Apêndice 3). Uma estratégia que mudaria no seu segundo mandato não só devido às baixas americanas e encargos financeiros com a guerra continuarem a aumentar (Khan & Hussain, 2015, p. 96), mas também devido às US-SOF em 2011 terem eliminado Osama Bin Laden – líder da AQ e alegadamente o principal responsável pelo 11/9 – cumprindo assim um dos objetivos mais importantes da guerra. Neste sentido, e poucos dias depois de Ashraf Ghani ser eleito Presidente, Obama assinaria um Acordo de Segurança Bilateral onde ficou estabelecido que a partir de 2015 o número de efetivos baixaria dos 10.000 operacionais (Gil, 2017, p. 95). Adicionalmente, foi também em 2015 que a OEF foi substituída pela *Operation Freedom's Sentinel* (OFS), passando os objetivos principais a serem concentrados sobretudo na realização de missões SOF aos restantes elementos da AQ e no desenvolvimento das ANSF (Campbell, 2015, para. 4).

No entanto, um aspeto também determinante no delinear de políticas face à questão afegã foi a influência de elementos-chave na Casa Branca: principalmente o General Stanley McChrystal – Comandante das operações no Afeganistão – e a Secretária de Estado Hillary Clinton (Gall, 2014, pp. 224-225; Gil, 2017). Com efeito, no seu primeiro mandato, a estratégia optada por Obama em relação à IRA entre 2008 e 2012 focou-se essencialmente na COIN. Como suporte à tomada desta decisão por parte do Presidente estava o documento realizado pelo próprio General – um *assessment* com 66 páginas enviado ao Secretário da

³⁶ O valor exato calculado foi de \$53.182.082.000 sendo obtido através da soma total das despesas presentes nos relatórios fiscais de 2011, p. 2; 2012, p. 2; 2013, p. 2; 2014, p. 2; 2016, p. 3; 2017, p. 1 e 2018, p. 1. Referentes ao conjunto de documentos “Justification for Overseas Contingency Operations (OCO) Afghanistan Security Forces Fund” fornecidos pelo Departamento de Defesa dos EUA e publicados pelo *Army Financial Management & Comptroller*. <https://www.asafm.army.mil/Budget-Materials/>

Se a este valor for acrescentado o total dos restantes relatórios fiscais de 2008, p. 1; 2010, p. 2; 2019, p. 3; 2020, p. 5; 2021, p. 5 e 2022, p. 5 estima-se que o investimento financeiro dos EUA nas ANSF entre 2007 e 2021 tenha sido de \$82.335.602.000

Defesa Robert Gates, onde o otimismo do mesmo face à situação juntava-se a várias assunções (McChrystal, 2009), algumas das quais não se vieram a confirmar. Entre essas destacam-se as de que: a maioria dos afegãos viam os Talibã como opressores e por isso apoiariam o governo pró-americano de Karzai (p. 1-4, paras. 4 e 6), e que também o sentimento da identidade nacional era partilhado pelos afegãos (p. 2-4, para. 5).

Apesar da decisão do Presidente Obama durante o seu segundo mandato em começar a retirar as forças aliadas marcar seriamente a sua política externa face à IRA, as tensões diplomáticas com Karzai começaram ainda antes do primeiro ser Presidente. Quando o Candidato em 2008 visitou alguns líderes locais, entre os quais se encontrava o SG Sherzai enquanto representante de Nangarhar – o único Governador a ser visitado por Obama (Mukhopadhyay, 2014, p. 196). Karzai e Sherzai eram considerados rivais, podendo este último vir a ser também um potencial Candidato à presidência do país (p. 237).

3.2.3. Trump e as negociações de Paz

A administração Trump seguiu algumas diretrizes dos últimos anos da sua antecessora como por exemplo: a continuação da retirada das forças americanas, reduzindo-a a poucos milhares em 2020 (ver Gráfico do Apêndice 3); e a fomentação das negociações com os Talibã (Dorani, 2019, pp. 197-222). Acerca desta última, apesar de Gul et al. (2022) mencionarem que inicialmente Trump não era favorável às negociações de Paz e que por isso descontinuou algumas medidas da passada administração, especialmente a *Quadrilateral Coordination Group* – conjunto da IRA, da China, da IRP e dos EUA que visavam abordar os Talibã –, os autores justificam a mudança de opinião devido às suas “idiosincrasias” (p. 5). Apesar deste aspeto ser corroborado em Dorani (2019) o mesmo acrescenta outra perspetiva, desta vez focada nos motivos estratégicos da política externa da administração Trump no Sul asiático. Onde a ameaça nuclear paquistanesa, o incremento do terrorismo no Médio Oriente e os avanços estratégicos da China na região seriam menos dificilmente controlados através do fomento das boas relações diplomáticas com o país (pp. 214-215), sobretudo quando os Talibã eram em 2020 detentores duma parte significativa do território afegão (ver p. 72, n. 67).

Apesar da morte de Osama Bin Laden – fundador e líder da AQ – durante a primeira administração Obama, a presença de grupos terroristas no mundo foi aumentando para quatro vezes desde o início da ‘Guerra ao Terror’ até ao terminar do mandato de Trump (Hoffman & Ware, 2021, p. 2). Concretamente, a instabilidade no mundo islâmico tornou-se por esta altura uma realidade incontornável na esfera internacional. Tendo apenas o contexto afegão como exemplo, diversos grupos aumentaram a sua influência: a AQ, o ISIL,

o JeM, os Talibã, o TTP e a HQN ganharam uma forte presença, sobretudo no Médio Oriente, no Centro-sul asiático e em África. Tal incremento do poder terrorista continuou a ser uma ameaça constante para a segurança dos estados; mesmo a política SOF de Trump focada em ataques estratégicos de sucesso a figuras-chave de grupos terroristas no mundo não abrandou o crescimento destes (pp. 1-2).

Finalmente, tendo em conta que as políticas da sua administração focaram-se em mais grupos do que ambos os antecessores, é interessante constatar que relativamente a SGs não houve desenvolvimentos significativos entre estes e a sua administração; excetuando algumas negociações com líderes locais (Azhar et al., 2021, p. 315). Contudo, o principal evento – e também este um aspeto que viria a caracterizar a ‘imprevisibilidade’ de Trump – seria a negociação dum acordo de Paz entre os Talibã e os EUA a 29/02/2020 na cidade de Doha (Qatar) (ver Anexo 5). Este mesmo evento deu-se sem a presença de membros da IRA – na altura sob o governo de Ashraf Ghani – e envolveu (entre outros aspetos) a retirada das forças aliadas do país até maio do ano seguinte (Al-Ahmad, 2021, p. 7; Junaid et al., 2021, p. 5). Sendo o principal resultado destas mesmas negociações o por termo à guerra por parte dos Talibã.

3.2.4. Biden e a retirada do Ocidente

Contrariamente aos seus antecessores Joseph Biden (Joe Biden) antes de se tornar o 46º Presidente dos EUA já trazia consigo uma vasta experiência política na qual a Guerra do Afeganistão foi dos assuntos que mais abordou nas passadas duas décadas (Loyn, 2021, pp. 162-168 e 190-194). Mesmo antes de ser nomeado Vice-Presidente já a sua postura estava focada numa vertente SOF, ou seja, no combate a grupos terroristas e não tanto no processo de Construção do Estado da IRA (p. 396). Tanto durante as administrações Obama como após a sua eleição em 2020 – e tendo em atenção os novos desafios que esperavam à sua administração acerca da guerra – esta mesma estratégia continuou a ser a sua preferência para a política externa americana face à IRA (Hoffman & Ware, 2021, p. 9). Logo, assim como na administração Trump, houve a intenção da continuação do processo de retirada das forças aliadas bem como a diminuição da influência ocidental no governo de Ghani. A justificação das medidas adotadas proveio das várias dificuldades logísticas e estratégicas em adotar uma abordagem de COIN, estas mesmas explicadas em Lebovic (2019, p. 149). Relativamente à sua relação com Karzai e Ghani – e assim como os seus dois últimos antecessores – as mesmas não seriam positivas; porém, ao contrário deles, e especialmente com Karzai, as tensões diplomáticas entre ambos começaram muito antes da sua presidência (Tomsen, 2011, pp. 671-672).

Alguns dos fatores geralmente apontados durante a sua administração e que contribuíram para o final da presença ocidental (e conseqüentemente o fim da IRA) são a passagem da completa retirada das tropas americanas de maio para setembro sem a realização dum acordo de Paz final, e também a inaptidão do governo de Ashraf Ghani em assumir a segurança do país (Junaid et al., 2021, p. 5). Em relação a este último, não era exetável que Ghani juntamente com a sua administração fugisse da IRA enquanto os Talibã começaram a ganhar terreno às ANSF e aos SGs (Al-Ahmad, 2021, p. 6). Adicionalmente, novos desafios apresentaram-se aos EUA na mesma altura, desviando a sua atenção do conflito: a pandemia do SARS-CoV-2, a possibilidade duma nova crise económica, a influência doutras superpotências como a Rússia e a China, e também os próprios encargos com a guerra estavam a minar a confiança da sociedade civil americana no seu governo (Stevens, 2021, p. 1).

No entanto, é preciso lembrar que a tomada das suas decisões (bem como as de todos os outros presidentes) contaram com a opinião e pressões doutras entidades: generais, estrategas, secretários, embaixadores etc. (Malkasian, 2021, pp. 459-462). Em relação aos SGs não houve também grandes desenvolvimentos diplomáticos com os mesmos, pois nos últimos anos da IRA estes estavam principalmente focados no combate militar ao terrorismo.

3.3. Aliado e Inimigo? O caso particular do Paquistão

No que diz respeito ao Afeganistão e às suas relações externas possivelmente nenhum país assume um papel tão peculiar como a IRP. Apesar duma parte substancial do território atual do Paquistão ter feito mais de 50 anos parte do EA, após a sua independência em 1947 as tensões entre ambos têm sido um fenómeno constante no Centro-sul asiático (Bahar, 2021). Contudo, nas últimas décadas, e pelo menos no campo diplomático, houve alguns ganhos no que diz respeito às relações entre eles, sobretudo a assinatura do Acordo de Paz Afegão em 1993 na cidade de Islamabad – onde para além de se estabelecer (após a derrota da URSS) a divisão dos poderes entre os futuros partidos afegãos assim como os preparativos para a formação dum governo representativo, ficou também combinado um cessar-fogo entre os dois países (UNSC, 1993, S/25435). Adicionalmente, foi também negociado em 2011 o *Afghanistan–Pakistan Transit Trade Agreement*, um acordo bilateral onde a circulação de bens entre os dois passaria a ser facilitada; um projeto que a longo prazo viria a ser interrompido devido à presença crescente do terrorismo (Gul et al., 2022, p. 10) na Linha de Durand (LD) – nome dado à fronteira entre ambos os países.

Relativamente às políticas implementadas análogas às relações paquistanó-afegãs, o governo de Pervez Musharraf (2001-2008) acatou as exigências dos EUA em auxiliar no esforço de guerra à IRA através do envio faseado de 100.000 militares até 2007 para a fronteira com o Afeganistão. Por outro lado, esta medida pode ser encarada como um ato de prevenção, pois estes militares foram deslocados da fronteira a leste para, sobretudo estabilizar as regiões adjacentes à LD (Siddique, 2011, p. 19). Tal preocupação teve em conta que “a ameaça mais iminente à segurança do Paquistão vem dos terroristas islâmicos em vez da arquirrival Índia”³⁷ (General Ashfaq Pervez Kayani as cited in Gul et al., 2022, p. 8). Neste sentido, e visando também aliviar a tensão presente na LD, o Presidente Mamnoon Hussain (2013-2018) em 2017 iniciou o processo de vedação da fronteira com recurso a unidades de patrulhamento de forma a desincentivar os ataques à IRP provenientes da IRA, um feito totalmente alcançado durante a administração do seu sucessor Arif Alvi (2018-incumbente) resultando na diminuição significativa do número de ataques: 82 em 2019 para 11 em 2020 (Basit, 2021). Contudo, para além da diminuição dos ataques, não só na segurança nacional houve desenvolvimentos; pois um feito diplomático conseguido em 2018 por Hussain foi a oficialização das *Federally Administered Tribal Areas* (FATA) e das *Provincially Administered Tribal Areas* (PATA) combinadas na província paquistanesa de *Khyber Pakhtunkhwa* – no Noroeste do país (ver Figura 7, p. 48).

³⁷ Tradução do autor. No original: “The more imminent threat to Pakistan’s security came from Islamic terrorists rather than from arch-rival India”

Estas áreas caracterizam-se por serem um dos principais focos de atividades terroristas, tanto paquistanesas como afegãs, pois após a derrota do IEA em 2001 foi sobretudo para estas zonas que vários líderes dos Talibã e doutros grupos, como por exemplo o *Hezb-e Islami Gulbuddin* (HIG) se instalaram, contribuindo para o epíteto da IRP como *safe heaven for terrorists* (Johnson, 2012, p. 15). Por este motivo, não é de admirar que as PATA e as FATA fossem zonas onde o sentimento antiocidental estivesse fortemente presente desde a OEF, colocando-as no centro da agenda dos governos afegãos e paquistaneses. Por exemplo, em 2010 um estudo realizado nas FATA obteve dados pertinentes, entre os quais: 28% da população era favorável à presença talibã na IRP, 75% acreditava que os EUA estavam na IRA enquanto inimigos da Fé Islâmica, e também que 77% apoiavam a retirada dos mesmos do país vizinho (Malkasian, 2021, p. 169). Adicionalmente, em 2007 foi reportado pela ONU que 80% dos bombistas suicidas tinham sido recrutados e treinados na IRP (Zaidi, 2008, p. 73).

Adicionalmente, tendo em consideração estes fatores não é de admirar que o nacionalismo afegão esteja bastante presente nestas zonas desde a separação destas do EA em 1893 (ver p. 77, n. 71). No entanto, para a IRP a eventualidade das FATA e das PATA se tornarem independentes ou até mesmo voltarem a ser parte integral do Afeganistão seria um erro estratégico. Pois, para além de dificultar o seu acesso a *Gilgit-Baltistan* – a maior zona das duas de Caxemira pertencentes ao Paquistão –, caso a Índia decida lançar incursões à IRP o território nacional a que esta poderia recuar seria mais reduzido, um aspeto que se agrava devido à sua capital (Islamabade) se encontrar a menos de 100 km do território indiano em Caxemira – não sendo esta distancia de ≈ 50 km devido a *Azad Kashmir*, a sua outra zona em Caxemira – estar na fronteira com a Índia. Logo, também por estes motivos, todas as administrações paquistanesas têm tido atenção à sua política externa com o Afeganistão, já que caso as tensões com este escalem a IRP ficaria cercada e sem espaço para recuar caso sofram um ataque em larga escala do país a Este (Malkasian, 2021, pp. 28-29).

Noutra perspetiva, foi sobretudo nas FATA e nas PATA que a influência da IRP no terrorismo afegão já se encontrava presente muito antes da OEF, podendo ser estas inclusive consideradas os pontos de origem dos Talibã. Pois, apesar do grupo ser geralmente associado ao Afeganistão, as suas raízes encontram-se no Paquistão (Aftab, 2021, p. 991; Zaidi, 2008). Estas mesmas raízes estenderam-se dos confrontos com os soviéticos, quando várias mulheres e crianças afegãs emigraram para o país vizinho (Begum, 2019, p. 69; De Lauri, 2021, pp. 492-494). Na IRP os rapazes frequentavam as Madrassas – escolas islâmicas – e recebiam os ensinamentos da religião muçulmana sendo por vezes endoutrinados no fundamentalismo islâmico (Gall, 2014, pp. 177-178; Zaidi, 2008, pp. 69-70 e 73). Tal origem encontra-se implícita na palavra árabe طالبان (*taliban*) que significa

estudantes. Foi com recurso a estes mesmos estudantes que os Serviços de Inteligência Paquistaneses (ISI) viram uma oportunidade para estabelecerem nos anos 90 um regime político no Afeganistão que fosse mais favorável à IRP (Zaidi, 2008, pp. 68 e 74). O que fez com que o grupo fosse também financiado, treinado, armado e recrutado pelos ISI (Aftab, 2021, pp. 991-992; Sites, 2014, p. 78; Siddique, 2011, p. 7; Peceny & Bosin, 2011, p. 607; Nourzhanov, 2021, pp. 15 e 39).

Porém, apesar da IRP ser considerada uma forte ameaça à estabilidade da IRA, as relações entre esta e o Presidente Karzai também consistiram em momentos positivos, conseguindo este último ganhos nas relações económicas e cooperação na luta contra o terrorismo (Sullivan, 2015, pp. 1-2) – entre estes destaca-se a permissão do governo paquistanês em aceitar incursões da NATO contra grupos terroristas como o TTP, no seu território. Um dos fatores que pode explicar a predisposição de ambas as partes em dialogarem está na semelhança política-ideológica que o Presidente da IRA (ainda que independente partidariamente) detinha não só com os presidentes do país vizinho, mas também com alguns dos seus partidos (Batool, 2021). Esta mesma particularidade pode-se aplicar também a Ghani; podendo ser constatada na Figura 4.

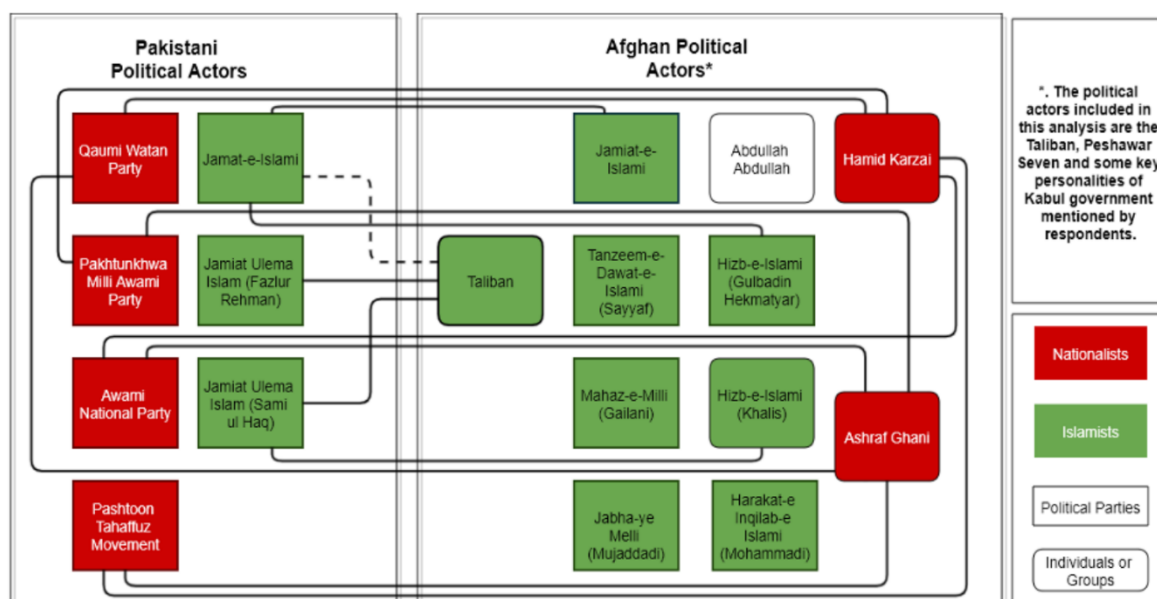


Figura 4 – Relações entre os atores políticos afegãos e paquistaneses
Fonte: Batool, 2021, p. 5

Por outro lado, ao realizar várias entrevistas com “*experts*” Bahar (2021) enfatiza o clima de tensão vivido por Karzai e, por exemplo, Mushrraf; explicando que apesar dos encontros bi, tri e quadrilaterais realizados, o primeiro estava preocupado que o último quisesse a queda do seu governo. Tal preocupação por parte de Karzai não será descabida se atentarmos que para além das ligações de Mushrraf aos Talibã (pp. 4-5), a IRP foi um dos

três países a reconhecer oficialmente o governo do país quando da liderança do IEA entre 1996 e 2001 (Vogelsang, 2002, p. 332). Posteriormente, após a tomada de posse de Ashraf Ghani e de várias negociações falhadas com os Talibã, a inimizade com o Paquistão foi crescendo o que levou Ghani a aproximar-se da Índia, pois dentre os países do Sul asiático este foi o que mais contribuiu para a reconstrução da IRA (Tariq et al., 2019, p. 72). Do ponto de vista paquistanês a aproximação entre estes dois países significou uma elevada perda da sua influência na região, o que resultou no aumento das tensões em Caxemira, dificultou ainda mais o acesso aos recursos hídricos da zona e incrementou também as tensões na fronteira a leste (Khan & Hussain, 2015, p. 100; Sridharan, 2005; Tariq et al., 2019). Para além do mais, considerando que a IRP é rival dos EUA, a influência ocidental juntamente com a indiana na região compromete bastante a sua situação geoestratégica. De forma a colmatar estes problemas o país tem procurado estabelecer relações com a sua vizinha a norte: a China, sendo esta um fator de intimidação às ameaças ocidental e indiana (Azhar et al., 2021, pp. 315-319; Tariq et al., 2019, pp. 74-75). Neste sentido, iniciativas como o *China–Pakistan Economic Corridor* têm feito parte das relações paquistanó-sínicas, resultando em ganhos económicos. Adicionalmente, para vantagem do país em questão, o investimento chinês durante a guerra foi bastante superior neste do que na IRA (Azhar et al., 2021, p. 320), tendo sido apenas em 2020 nele investidos \approx \$140 milhões, em comparação aos \$4,4 milhões no país vizinho (Wishnick, 2021, p. 2).

Também durante o conflito a IRP foi alvo da atenção ocidental não só devido à elevada presença do terrorismo, mas também à importância do mesmo para a estabilização da situação afegã, dois aspetos que estiveram presentes nas políticas externas dos quatro presidentes americanos. Entre estas, apenas a título de exemplo, tendo em conta que a instabilidade em ambos os países estava relacionada com os mesmos grupos terroristas (ou semelhantes), a partir da primeira administração Obama foi elaborada uma nova estratégia de ação, em que os dois países passaram a ser encarados como um único teatro de guerra devido ao aumento exponencial de atentados terroristas suicidas (Gul et al., 2022, p. 4; ver Tabela do Apêndice 5). No entanto, já antes da implementação da IRA que se esperava que o Paquistão fosse decisivo para a Construção do Estado afegão (Rumsfeld, 2001), porém o que não era de esperar sobretudo nos primeiros anos do confronto seria o seu duplo papel enquanto aliado e inimigo dos EUA e da IRA durante o conflito (Gall, 2014). Este erro de julgamento por parte do governo americano encontra-se implícito num memorando enviado por Rumsfeld, 2002b (ver Anexo 4.2.) onde o mesmo sugere a transferência de dinheiro para o Paquistão de forma a aliciar este para o combate ao terrorismo. Porém, apesar do elevado investimento e ajuda externa à IRP e de alguns momentos importantes nas relações diplomáticas – como a morte de Bin Laden pelas US-SOF no seu território – alguns anos teriam de passar até a gradual atenção dos EUA ao Paquistão enquanto

sanctuary para terroristas fazer parte da política externa americana. Uma mudança que foi gradualmente acontecendo e que é possível constatar através de documentos secretos desclassificados, realizados, entre outros, por embaixadores como Eikenberry (2009a) e Neumann (2006a); militares das US-SOF como Pardo-Maurer (2002); generais como McCaffrey (2006); e também pelo Secretário de Defesa Rumsfeld, 2002a (ver Anexo 4.1.) e 2002b (ver Anexo 4.2.). Um pormenor relevante que pode resumir este aspeto característico da IRP – e que viria a estar presente ao longo de todo o conflito – é constatado num relatório elaborado pelo General McCaffrey anexado a um *mail* enviado por Rumsfeld a outro General americano (McCaffrey, 2006). Nele, apesar de McCaffrey realizar corretamente uma breve análise da situação paquistanesa, o mesmo continuou a duvidar que o Presidente Musharraf estivesse envolvido num ‘jogo duplo’ (p. 8). Contrariamente, um aspeto não negligenciado em alguns destes documentos seriam as menções indiretas a SGs através da NA, o seu papel importante no processo de Construção do Estado afegão assim como nas suas relações com o Paquistão.

Finalmente, um pormenor que autores como Mukhopadhyay (2014) tiveram em consideração – e que reforça ainda mais a importância do Paquistão – é que as zonas onde os Talibã mais realizaram ataques na IRA tendiam a decorrer no Sudeste deste, ou seja, ao longo da LD (pp. 364-365). Neste sentido, foi pertinente averiguar se ao longo do conflito estas zonas tiveram um grau mais elevado de violência face a outras, ou se apenas se trata dum fenómeno em 2007 e 2008 relacionado a este grupo em específico (p. 365). Para isto realizou-se uma análise estatística baseada no CPOST-DSAT³⁸ que mostra efetivamente que durante o conflito, e tendo em conta todos os grupos registados, houve tendência para as províncias afegãs adjacentes e próximas ao Paquistão serem mais propensas a ataques terroristas suicidas³⁹ (ver Tabela do Apêndice 5).

³⁸ *Chicago Project on Security and Threats - Database on Suicide Attacks*

³⁹ O porquê de ter escolhido o número de ataques terroristas suicidas como critério teve em conta que, o aumento considerável destes foi um dos fatores decisivos que levou o Presidente Obama em encarar a IRA e a IRP como um único cenário de guerra.

3.4. Um confronto paralelo: o narcotráfico afegão no palco internacional

Apesar de ter assumido um papel menos relevante na divulgação mediática acerca da IRA, o narcotráfico afegão veio a tornar-se a segunda frente de combate do Ocidente durante a ‘Guerra ao Terror’. Pois, para além da elevada presença do terrorismo, as práticas da ‘grande criminalidade’ no país cingiam-se sobretudo ao tráfico de heroína e ópio, uma atividade pelo qual o Afeganistão era já reconhecido mundialmente há várias décadas – muito antes do 11/9 (Bradford, 2019). Fazendo esta atividade parte da realidade afegã há bastante tempo, o desempenho da IRA no que diz respeito ao comércio de narcóticos – e outras atividades ilícitas relacionadas com este – viria a ser resumida pelo General McCaffrey (2006) quando este escreveu que “a única coisa que funciona bem no Afeganistão é a gigante, sofisticada indústria da droga, concretamente as do ópio, heroína e haxixe. Que irá consumir o país.”⁴⁰ (p. 7). De facto, o crescente volume do tráfico afegão nos últimos 5 anos tem desempenhado uma parte significativa da economia do país, pois em termos estatísticos – e de forma a compreender a dimensão deste negócio – o Afeganistão representa $\approx 80\%$ do tráfico de ópio mundial, ou seja $\approx 1/4$ do seu Produto Interno Bruto (PIB) (Berenguer-López, 2018, p. 202). Apesar de autores como Bradford (2019, p. 2) afirmarem que o volume corresponde a $\approx 4\%$ do PIB, estes não incluem algumas variáveis-chave para o cálculo dum valor mais exato. Se se tiverem em conta a soma das receitas da produção ilegal dos opiáceos, do transporte e exportação então a percentagem é muito superior, variando entre 20% a 32%, o que equivale a \$4.1. e \$6.6. mil milhões respetivamente (Ibrahimi & Maley, 2020, p. 105). Para além do mais, se a estes números forem adicionados os ganhos do comércio legal de droga é possível constatar que em vários anos da IRA os lucros correspondem a mais de 50% do PIB; o que faz com que devido à elevada presença de drogas tanto na economia como na sociedade afegãs, alguns autores a equipararam a um ‘narco-estado’ (Berenguer-López, 2018; Mansfield, 2019; McCaffrey, 2006, pp. 6-8; Pain et al., 2021, p. 39).

Sendo assim, é compreensível que a corrupção na IRA esteja bastante ligada a esta atividade, pois os lucros obtidos com as receitas do narcotráfico são superiores a qualquer outra atividade económica e/ou comercial do país (National Statistics and Information Authority [NSIA] & United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], 2021). De forma a fazer frente a este problema foram sendo criadas leis e instituições nacionais que se dedicaram exclusivamente a acabar com o mesmo (ou pelo menos a abrandá-lo...) como por

⁴⁰ Tradução do autor. No original: “The only thing that works well in Afghanistan is the giant, sophisticated opium-heroin-hashish drug industry. It will consume the country.”

exemplo a *Vertical Prosecution Task Force* e o *Central Narcotics Court* (Neumann, 2005, No. 13, para. 5), a estas adicionam-se várias iniciativas de cooperação com vários países ocidentais, sobretudo o UK. Todo este conjunto ao longo de aproximadamente 20 anos resultou em tantas iniciativas que às vezes se torna difícil analisar o que cada uma fez, onde, como e quando⁴¹. Porém, a presença deste negócio no Afeganistão continuou a fazer parte da sua realidade, apresentando uma tendência crescente para os próximos anos. Este crescimento do narcotráfico encontra-se representado na Figura 5, onde apenas se tem em conta o cultivo de ópio em número de hectares.

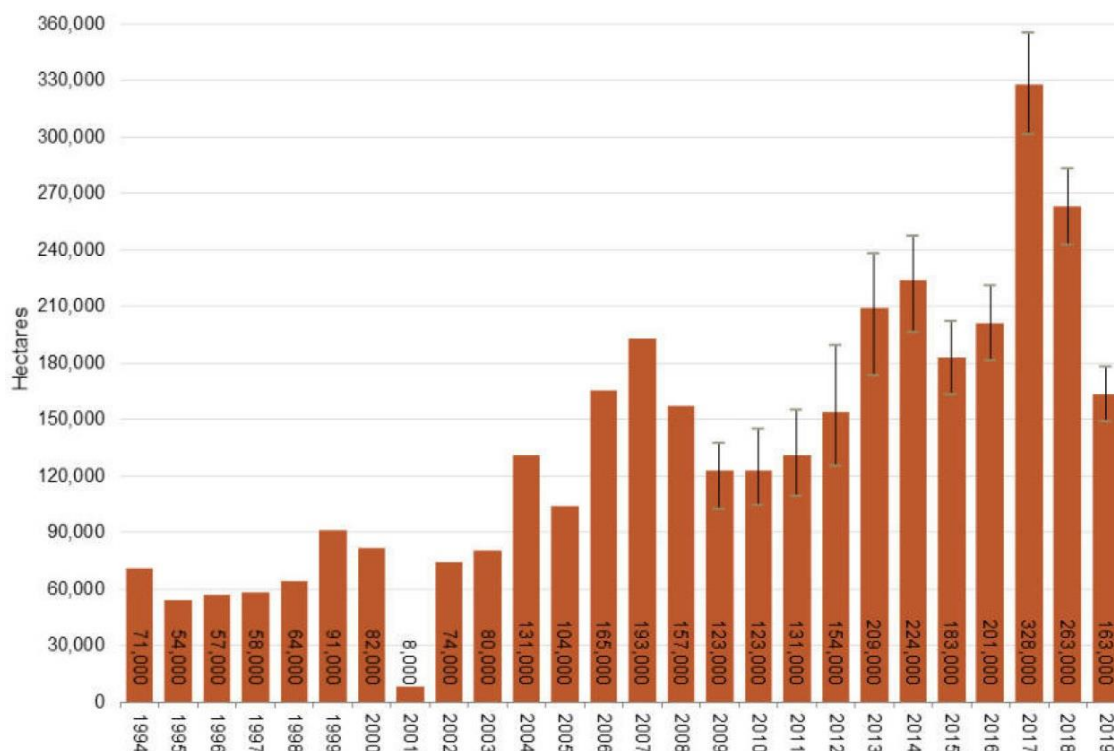


Figura 5 – Evolução do cultivo de ópio no Afeganistão em hectares, 1994-2019
Fonte: NSIA & UNODC, 2021, p. 7

Uma possível explicação para o contínuo sucesso do negócio mesmo com várias medidas aplicadas é encontrada na própria sociedade civil afegã. Ou seja, como a maioria da população se encontra em zonas rurais (ver Gráfico 3 do Apêndice 2, p. 103) e vive sobretudo à base da agricultura de subsistência e do comércio local, a plantação de determinadas plantas das quais é possível obter droga é mais provável. Adicionalmente, há outros dois aspetos presentes: por vezes as próprias condições geográficas e climatéricas do país permitem que o solo – $\approx 10\%$ – seja ideal para a plantação de papoilas e canabíaceas;

⁴¹ Este problema acerca do elevado número é evidenciado em Pain et al. (2021), p. 19 e reforçado pela n. 9 da mesma página.

e destruição total do maior número de plantações possível, o que consideravelmente afetou o negócio (Stepanova, 2012, pp. 7 e 9-10).

No entanto, antes do grupo ter implementado o que se passou a considerar o mais eficaz banimento de droga da história afegã – reduzindo de 82.000 ha em 2000 para 8.000 ha em 2001 os campos de ópio – a ONU já lhes tinha enviado requerimentos por forma a combaterem o narcotráfico (Mansfield, 2019). Adicionalmente, apesar de a curto prazo as medidas terem mostrado resultados bastante positivos, poderia haver repercussões a médio-longo prazo. Entre estas encontra-se a descentralização da plantação no Sudoeste afegão (onde se encontra o principal foco da produção) para as províncias do Norte, Sul e Este; juntamente com o incremento da pobreza devido ao narcotráfico ser das atividades que mais permite à população afegã subsistir (p. 334).

Por fim, a problemática do narcotráfico é também relevante no sentido em que entre os atores que beneficiam com o narcotráfico alguns são SGs (Berenguer-López, 2018, p. 177; Mansfield, 2019, p. 333). Um aspeto que pode ser observado em NSIA & UNODC (2021) que mostra que no Sudoeste afegão os Talibã auferiam 58% dos lucros deste negócio e que ‘pessoas poderosas’ auferiam 15% dos mesmos⁴² (p. 40).

⁴² É indispensável mencionar que ‘pessoas poderosas’ é uma categoria genérica que denota pessoas com bastante influência. Neste sentido, como no próprio estudo é mencionado que esta pode ser aplicada a vários tipos de agentes, mencionar qualquer valor destes 15% de lucro como atribuído efetivamente a SGs será especulativo. Adicionalmente, é também mencionado que todas as categorias são ambíguas, o que significa que estes homens podem-se (ou não) encontrar também em qualquer uma delas: ‘Talibã’: ‘Anti governo’ (10%), ‘Outros’ (8%), ‘Polícia’ (6%), Políticos (3%).

Para mais informações acerca deste tópico e do estudo da NSIA & UNODC (2021) ver pp. 61-62, para. 2, bem como a n. 55

CAPÍTULO 4

Jogo de interesses: o tribalismo afegão no século XXI e a luta pela supremacia

When I first got the job in 2006 . . . Sherzai was governor. . . . I asked him what he needs in terms of construction. . . . He said, "I need 5 schools, 5 colleges, 5 dams and 5 highways." I said well how come? He said "well I need to the highways so the farmers can deliver their food, the schools so kids gets educated here and don't go to Pakistan madrassas, dams for irrigation and electricity." I said, well okay, but why 5? He said "I got this tribe, this tribe, this tribe, this tribe, and one for everybody else." I thought that was the funniest thing I ever heard and now I think it is now one of the smartest thing I ever heard but we weren't prepared to work through that system. We weren't prepared to build up governors and people who weren't behold to the central government and people who would probably take 20% for personal use or for their extended families and friends. (Embaixador Richard Boucher as cited in SIGAR, 2015, p. 6)

No contexto afegão, uma das principais razões para a sua profunda instabilidade deve-se ao caráter profundamente multiétnico e tribal onde predomina a competição entre clãs, tribos e famílias (Malejacq, 2019), sendo cada um destes agentes representado por um líder. Esta característica inerente à sua sociedade não foi negligenciada aquando das negociações em Bona⁴³, pois no acordo é várias vezes mencionada a importância das *Loya Jirga* – reuniões de chefes e líderes tribais – para a formação dum governo no país (Ibrahimi & Maley, 2020, p. 37). Foi através duma destas que Karzai foi aceite pelos chefes como figura estatal máxima da IRA, e também onde viria a ser mais respeitado como líder tribal do que como político pelos afegãos (Batool, 2021, p. 4). Esta particularidade é característica comum em sociedades onde as relações tribais se impõem às relações políticas, conferindo aos ‘chefes de família’ legitimidade e autoridade num determinado contexto geográfico. Um aspeto que por sua vez desvaloriza o modelo burocrático weberiano característico dos países ocidentais e onde este é antes substituído pelas legitimidades tradicional e carismática.

A partir desta perspetiva, decisões que Karzai tomou relativamente ao âmbito internacional podem ter tido por base razões étnico-tribais e não políticas. Por exemplo, como foi mencionado anteriormente o mesmo não condenou em 2014 a anexação da Crimeia por parte da Federação Russa o que desagradou as potências ocidentais (ver p. 25, para. 2). Pois, assim como na península da Crimeia a maioria da população é etnicamente russa, também os habitantes das províncias fronteiriças da IRP com o Afeganistão – sobretudo os de *Khyber Pakhtunkhwa* no Nordeste – pertencem ao maior grupo étnico

⁴³ Ver p. 24, n. 23

afegão: os pashtuns. Sendo o sentimento identitário nestas bastante forte, na eventualidade deste condenar o *referendum* e a consequente anexação Karzai enquanto líder tribal afetaria as relações com os pashtuns já que desvalorizava os membros pertencentes a estas fora do território nacional. Adicionalmente, se a popularidade do mesmo na sociedade civil no seu último ano enquanto Presidente era baixa, então gerar tensões com mais de 40% da população da IRA afetaria a sua honra enquanto chefe. Por isso, houve três vantagens em não condenar o *referendum*: fomentar o sentimento de união com os pashtuns no Sul asiático, mostrar autonomia nas suas decisões enquanto chefe dum estado soberano independente das pressões ocidentais, e por fim não perder a sua honra perante os anciãos.

Tendo em consideração que o aspeto étnico adquire uma importância fundamental na compreensão do funcionamento da sociedade afegã, a Figura 7 mostra os principais grupos étnicos da região juntamente com as PATA e as FATA. Pois, se o objetivo é perceber como funcionam as relações externas bem como o porquê das decisões estatais, então encarar as instituições políticas tendo por base uma análise meramente politico-burocrática poderá tornar-se limitativo (Münch, 2016, p. 47). Para além do mais, este aspeto tem estado presente nas investigações das RI a SGs desde que estas tiveram o seu início na segunda década do século XX aplicando-se à realidade chinesa, concretamente a homens que

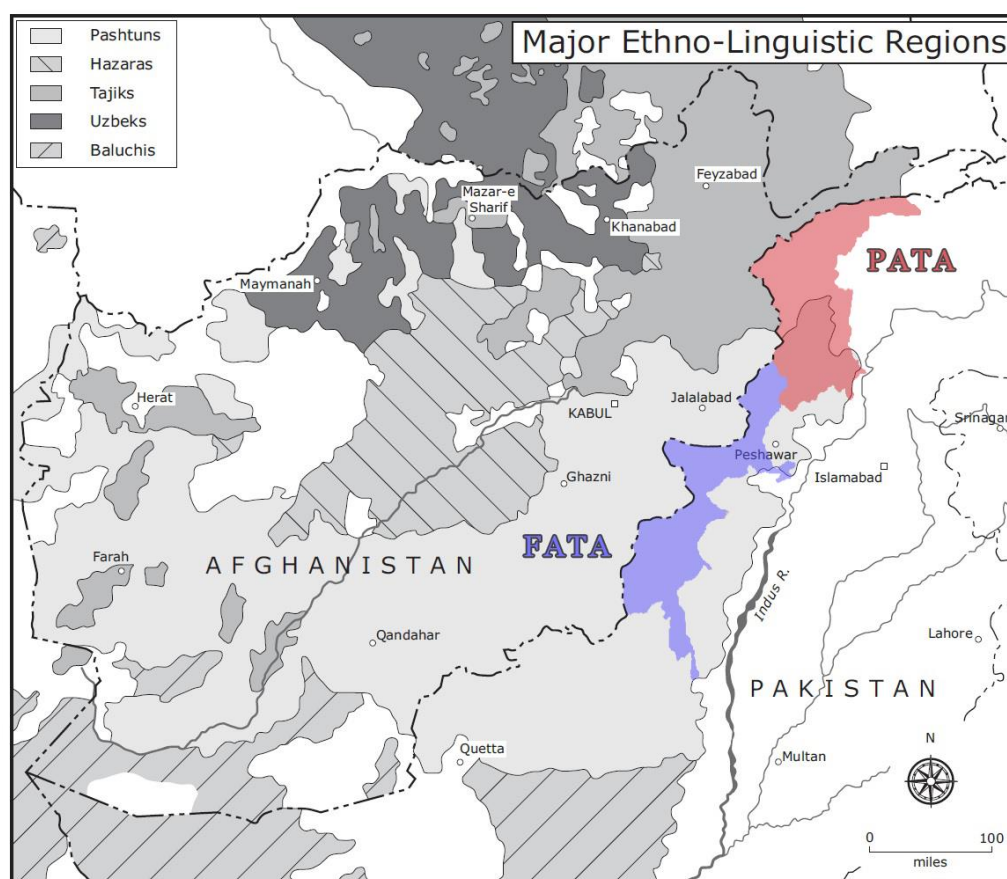


Figura 7 – Principais grupos étnicos do Afeganistão com as FATA e as PATA, 1979-1989
Fonte: Adaptada pelo autor, com recurso ao mapa em Johnson, 2012, p. xxi

detinham poder regional e cuja existência era uma ameaça à autoridade estatal⁴⁴ (Rich, 1999). Contudo, apesar do uso do termo estar atualmente associado a países comumente apelidados de ‘estados falhados’, sobretudo na África Subsariana, no Sudeste e Centro asiáticos (Marten, 2007; McCormick & Fritz, 2009), esta mudança da sua aplicabilidade apenas se deu em contexto geográfico, continuando a usar-se em realidades onde as tensões étnicas se acrescentam às instabilidades económica e política enquanto fatores que minam a formação dum governo central coeso.

Neste sentido, dentre as ilações de McChrystal (2009) a correta gerência do caráter multiétnico da IRA apresenta-se como uma das mais importantes formas de lhe conceder estabilidade (p. 2-4, para. 3). Adicionalmente, esta preocupação com base na coesão nacional (ou seja, na partilha duma identidade comum pelos seus habitantes) foi também considerada antes do 11/9 pelo *Six plus Two Group*⁴⁵, em 1999. Todavia, ao contrário do General este considerou que a coesão proviria não duma intervenção militar, mas sim da forma como os partidos políticos talibã alcançariam este mesmo objetivo (UNSC, 1999, A/S4/174 & S/1999/812, Art. 1-2, p. 3). Porém, a ideia de estabilidade numa sociedade multiétnica com raízes profundamente tribais apresenta-se como um desafio titânico à Construção do Estado. Por este motivo, a ideia de estado na IRA deve ser vista como o reflexo duma entidade monolítica que depende da influência doutros agentes dominantes para o seu ‘funcionamento’, e não como um único ator autónomo no âmbito internacional. Pois a dependência das suas instituições de atores ‘além estado’ faz com que a gestão dos seus governos seja caracterizada por uma rede complexa de influências, na qual os SGs são peças da sua engrenagem.

De forma a visualizar esta complexidade dos agentes influentes na IRA assim como as interrelações entre estes a investigação de Bell & Iliyas (2014) torna-se fundamental. O Anexo 7 retrata a rede de influências desenvolvida por estes, onde é possível constatar as ligações entre os principais agentes que mais influenciaram a política afegã. Entre estes os SGs Khan, Dostum e Noor apresentam-se como figuras-chave com influência, por exemplo nos governos de Karzai, nas políticas de Ghani, e na Sociedade Islâmica. Sendo a sua relevância para a resolução da instabilidade afegã brevemente justificada e classificada como “alta”, segundo os próprios autores (p. 6).

⁴⁴ Apesar da presença de SGs ter caracterizado a realidade sínica aquando da instabilidade territorial após a queda da dinastia manchu em 1911, várias razões levaram a que a China se apresente hoje como uma potência mundial estruturada e praticamente unificada sob o mesmo regime estatal.

⁴⁵ Iniciativa do então Presidente uzbeque Islam Karimov. Tratou-se duma coligação informal entre os seis países fronteiriços do IEA com o acréscimo da Federação Russa e dos EUA entre 1997 e 2001. Em 19 de julho de 1999 foi assinada uma declaração entre os seus membros intitulada *Tashkent Declaration on Fundamental Principles for a Peaceful Settlement of the Conflict in Afghanistan*. Uma cópia (em língua inglesa) da mesma encontra-se anexada a uma carta datada de 20 de julho de 1999 por Alisher Vohidov – na altura Embaixador do Uzbequistão na ONU – endereçada ao Secretário-Geral (UNSC, 1999, A/S4/174 & S/1999/812).

4.1. O fenómeno do “Warlordismo”

Relembrando que a realidade *warlord* encontra-se presente desde a fundação do Afeganistão e que estes homens proliferaram com o enfraquecimento estatal, então é pertinente questionar o porquê do recorrer a estes pelos aliados durante a OEF e a OFS assim como a sua presença nos governos de Karzai e Ghani. Para elucidar recorre-se aos dois modelos de análise presentes em Ibrahimi & Maley (2020): o primeiro, de facto, relaciona-se com a disrupção estatal, em que o SG de forma coerciva usa os seus meios em oposição ao estado e à sociedade de forma a obter recursos e influência, visando assegurar o seu poder e autoridade. Porém, o segundo encara-o como líder de regiões específicas, onde a sua legitimidade é assegurada através do seu carisma e papel enquanto chefe militar duma força de combate, capaz de gerir o monopólio da violência por forma a controlar território (p. 30).

Seguindo os pressupostos teóricos do segundo modelo é compreensível que os SGs se tornassem os principais aliados internos dos EUA durante a guerra ao IEA, pois a relação entre as forças ocidentais e estes durante o conflito centrou-se em operações militares conjuntas por forma a retirar os Talibã da liderança do Afeganistão⁴⁶ (Azami, 2021; Ginty, 2010). Isto porque entre 1996 e 2001 as forças talibã estavam a combater os rebeldes liderados pelos SGs da NA, uma vez que ao contrário da situação atual os Talibã não detinham o controlo de todo o território afegão. Este foco de resistência teve como principal bastião de defesa as montanhas do Hindu Kush (ver Mapa 3 do Anexo 3, p. 114). Da perspetiva *warlord* estes homens perceberam que, aliando o seu conhecimento local ao apoio das US-SOF, ser-lhes-ia possível reconquistarem os seus domínios perdidos para os Talibã em meados dos anos 90 (Ozdemir, 2018); o que acabaram por conseguir em menos de dois meses⁴⁷. Um mapa desta área reconquistada pela NA pode ser consultado no Apêndice 6. No entanto, apesar das vantagens militares terem aproximado os aliados e SGs no início das incursões, o aprofundamento das mesmas deu-se ao longo das décadas vindouras durante os processos de Imposição da Paz e Manutenção da Paz, com o recorrer a estes últimos como meio de negociação entre a população afegã e os ocidentais: sobretudo militares, diplomatas e civis (Pecený & Bosin, 2011). Para além do mais, tendo os SGs um elevado número de seguidores leais não devido exclusivamente ao uso da força coerciva, mas também enquanto defensores dos interesses de grupos minoritários é possível

⁴⁶ Concretamente, logo nos primeiros dias depois do início da OEF as primeiras equipas da CIA e das US-SOF seriam colocadas em Panjshir; trabalhando juntamente com as forças da NA, vários SGs – entre os quais Khan, Dostum e Noor – aproveitariam os ataques aéreos a posições estratégicas talibã por forma a expandirem os seus domínios.

⁴⁷ Convém mencionar que em troca do seu apoio foram-lhes realizados diversos pagamentos; rondando o valor médio destes a cada SG as centenas de milhares de dólares americanos, concretamente \$200 mil (Dietl, 2004, p. 45).

compreender que através da sua influência estes pudessem ser um importante ativo no atenuar das tensões étnicas.

Não obstante, o papel disruptivo do primeiro modelo continuava a ser um problema para a Construção do Estado da IRA havendo riscos para a mesma caso a integração dos SGs não corresse da melhor forma. Todavia, o otimismo ocidental no apoio à implementação de SGs em instituições governamentais começado no governo de Karzai (Marten, 2007) pode ser justificado através da investigação de Rich (1999). Nesta, o mesmo identifica três perspetivas divergentes dos encarar: (1) enquanto fenómeno temporário que vai desaparecendo à medida que o estado é construído e o governo central vai tendo cada vez mais influência nas regiões operadas por SGs; (2) a realidade *warlord*, numa forma ainda não compreendida, marca uma rutura radical com o estado-nação ‘vestefaliano’ e por isso os SGs têm de ser colocados em quarentena do Sistema Internacional até se encontrar uma solução baseada nas autoridades regionais ou na comunidade internacional; (3) os SGs marcam uma tendência a longo prazo do Sistema Internacional que mais cedo ou mais tarde se iria caracterizar pela anarquia ‘hobbesiana’. Dentre estas tem sido a (1) a marcar o pensamento ocidental, pois o papel deste na reconstrução de estados e instituições viria a caracterizar a sua política externa no pós-Guerra Fria – incluindo na IRA (p. 12). Por conseguinte, encarando os SGs como um fenómeno temporário da realidade afegã seria de esperar que os apoios económicos e militares concedidos à IRA no decorrer dos processos de reconstrução e democratização acabassem por minar as bases do “warlordismo”. Adicionalmente, Karzai e Ghani foram implementado estratégias de forma a diminuir a influência *warlord*. Por exemplo, Khan foi nomeado em dezembro de 2004 *Minister of Power and Water* – cuja função seria restabelecer a energia em áreas devastadas durante a operação americana (Marten, 2007, p. 57). Apesar da sua experiência política se restringir sobretudo a Herat, este exerceu o cargo ministerial até 2013. Esta decisão de Karzai pode ser encarada como uma forma de diminuir a influência provincial dos SGs, concentrando-os no governo central em Kabul ao mesmo tempo que reduzia a sua influência em províncias estratégicas. Porém, é interessante constatar que o que coagiu Khan a aceitar o cargo e a deixar a sua região de nascença foi a forma como o Presidente afegão aproveitou um conflito no verão desse mesmo ano com o seu rival regional Amanullah Khan, no qual as ANSF intervieram tornando a situação mais favorável a este último (Peceny & Bosin, 2011, pp. 610-614).

Todavia, independentemente dos esforços do Ocidente e das administrações afegãs a eventualidade destes homens se ‘estatizarem’ e deixarem a sua reputação *warlord* não se verificou, permanecendo o fenómeno como parte intrínseca da sociedade afegã. Neste sentido, a sua presença em instituições e cargos políticos tem de ser encarada não como um sinal do seu enfraquecimento, mas sim da sua adaptação ao contexto político-estatal

característico da IRA. O que contesta a efemeridade do fenómeno da perspectiva (1) e atribui um erro de julgamento aos países ocidentais. Dado que, sobrevivendo às tentativas de centralização estatal, estes conseguiam manter o seu papel enquanto líderes influentes ao mesmo tempo que faziam parte da esfera política do país.

Para entendermos como o conseguiram fazer, recorre-se à dependência que a IRA tinha de vários agentes para a sua capacidade de extrair recursos e gerar (bem como gerir) mecanismos de produção de riqueza, sendo sobretudo esta proveniente da ajuda externa e de SGs. No caso dos recursos militares e económicos serem maioritariamente provenientes do apoio internacional – uma das particularidades principais dos estados falhados que são geralmente caracterizados por um baixo nível de desenvolvimento (ver Apêndice 2) –, internamente estes dependiam também da relação que Karzai e Ghani estabeleciam com estes homens, por exemplo no que diz respeito ao cobrar de impostos nas províncias – uma das principais fontes de rendimento estatal. Devido a estes fatores, o que esteve presente no país desde o seu início até ao seu fim foi uma constante competição pelos recursos e pela disputa pelo poder na IRA. Contudo, no que diz respeito aos SGs e às suas relações com o estado afegão, Malejacq (2019) criou várias categorias analíticas de forma a compreender os eventuais cenários que levam à sobrevivência ou derrota destes últimos. Presentes na Tabela 4 estão representados os quatro quadrantes destas mesmas. Estes, por sua vez, têm por base uma análise materialista, ou seja, em que a influência política depende do controlo de recursos externos e internos como armas, droga, dinheiro, informação, redes de patrocínio, posições institucionais e milícias pessoais. Que concedem ao agente o aumento da autonomia, a abertura de novas oportunidades, o desenvolvimento de estratégias e também o afastamento de constrangimentos (pp. 28-34).

Tabela 4 – Categorias políticas em zonas de fraca coesão estatal com o 4º quadrante em destaque

Fonte: Adaptada pelo autor, com recurso à Tabela 1 em Malejacq, 2019, p. 29

		RECURSOS DOS SGs	
		BAIXOS	ALTOS
RECURSOS ESTATAIS	BAIXOS	<p>1º</p> <p>Autoridade Fragmentada (Sul do Afeganistão – anos 90)</p>	<p>2º</p> <p>Autoridade Regional (Norte do Afeganistão – anos 90)</p>
	ALTOS	<p>3º</p> <p>Autoridade Consolidada (Projetada para a IRA)</p>	<p>4º</p> <p>Autoridade Paralela (Durante a IRA)</p>
		DERROTA	SOBREVIVÊNCIA

Relativamente ao 1º quadrante – Autoridade Fragmentada – tanto o estado como os SGs detêm poucos recursos. No caso do primeiro esta situação reflete-se na incapacidade do mesmo em exercer controlo territorial para além da Kabul; enquanto no dos últimos implica que nenhum destes homens tenha mais poder sobre outros, não podendo por isso impor os seus domínios sobre um vasto território. O retrato desta situação deu-se especialmente nos anos 90 no Sul do país antes da criação dos Talibã, onde o poder estava fragmentado por vários ‘pequenos SGs’. O 3º quadrante – Autoridade Consolidada – diz respeito ao cenário projetado pela comunidade internacional face ao Afeganistão, traduzindo-se no controlo de vários recursos pelo estado e pouca (ou nenhuma) influência doutros agentes. Teoricamente, esta categoria traduz-se num estado consolidado, capaz de exercer a sua soberania e autoridade em toda a sua extensão territorial; pois detém em si os recursos e capacidades suficientes não só para evitar cooperar com SGs, mas também minar a sua existência. Porém, o que se constatou na IRA (e se constata na história do Afeganistão) é a resiliência destes perante a ameaça da centralização do poder – representadas neste modelo teórico pelo 2º e 4º quadrantes, que contextualizam a sua sobrevivência aos invés da sua derrota.

Concretamente, no 2º quadrante – Autoridade Regional – estes homens agem como um estado, ou seja, aproveitando a falta de coesão estatal e dispondo de vários recursos são considerados governadores dum vasto território, fornecendo bens e serviços à população que nele habita; eventualmente construindo escolas, clínicas, estradas ou qualquer outro tipo de infraestrutura. Este cenário deu-se sobretudo nos anos 90 quando as províncias do Norte, Oeste e Este estavam claramente divididas por SGs influentes como Khan no Oeste, Dostum a Norte e Massoud no Hindu Kush, Sendo as suas ‘capitais’ Herat, Shaburghan e Bazarak, respetivamente (ver Apêndice 6). Por fim, o 4º quadrante – Autoridade Paralela – foi o cenário que mais esteve presente durante a IRA, em que juntamente com o governo central os SGs administraram o território nacional. Tendo em conta que ambos são atores poderosos os SGs renegociaram a sua posição face ao novo contexto político, Concretamente, tornaram-se políticos, diplomatas, empreendedores ou mesmo parte importante do topo da hierarquia estatal. Quanto a este último aspeto Dostum, por exemplo, obteve o 4º lugar nas eleições presidenciais de 2004 e o 1º lugar nas eleições parlamentares em ambas as Câmaras – *Wolesi Jirga* e *Mesherano Jirga* através do partido *Junbish-i-Milli Islami Afghanistan*, fundado pelo próprio. Adicionalmente foi aquele que chegou mais longe na hierarquia política, exercendo o cargo de Vice-Presidente entre 2014 e 2020 (Ozdemir, 2018, p. 19).

Por fim, apesar dos recursos militares e económicos serem fatores determinantes do exercício do poder, não foram nestes tipos que os SGs desempenharam um papel crucial – ao contrário dos países e organizações/instituições ocidentais. Pois, Malejacq (2019)

elabora sobre o que estava na base da resiliência *warlord* face ao governo central; quando menciona que apesar dos

“SGs em alguns casos parecerem financeiramente pobres (relativamente ao estado), mantêm-se importantes forasteiros (beneficiando por isso de apoio externo) tendo quase sempre recursos simbólicos e sociais para reforçarem o seu controlo e legitimidade locais. Têm a capacidade de mudar as bases do poder e alcançar reinos de autoridade que estão além do estado formal (ex: comercial, espiritual . . .). Isto por sua vez explica porque é que as elites estatais se lhes opõem ao mesmo tempo que os usam para ter acesso e controlo sobre estes mesmos reinos . . . de autoridade. Os SGs reinventam-se . . . e ao fazê-lo impedem a consolidação duma burocracia weberiana.”^{48 49} (p. 33)

Neste sentido, exemplos concretos das suas capacidades e da sua metamorfose política são dados nas seguintes subsecções e secções, de forma a perceber o seu desempenho antes e durante o conflito.

4.1.1. Ahmad Shah Massoud

Apesar de Massoud ter sido assassinado pelos membros da AQ a 9 de setembro de 2001 – não desempenhando obviamente um papel direto na OEF – o mesmo estabeleceu as primeiras ligações entre a CIA e as forças antissoviéticas compostas pelos *Mujahidin* no Afeganistão, durante os anos 70 e 80 (Peceny & Bosin, 2011, pp. 608-609; Williams, 2008). Aquando do início da OEF apenas o território pertencente à sua milícia não se encontrava sob o domínio do IEA (ver Apêndice 6), servindo como porto seguro para outros SGs, entre os quais: Dostum, Khan, Noor e Sherzai. Para além da sua competência como líder militar e da sua experiência no combate aos Talibã, o *Lion of Panjshir* conseguiu alguma estabilidade entre as tribos sunitas e xiitas do Norte afegão contra os Talibã e os soviéticos,

⁴⁸ Tradução do autor. No original: “warlords might in some cases seem financially poor (relative to the state), they remain valuable to outsiders (and thus benefit from external support) and almost always maintain enough social and symbolic resources to bolster their local legitimacy and control. They have the capacity to shift their bases of power and switch to realms of authority that may be beyond the ostensible grasp of the formal state (e.g., commercial, spiritual [...]). This in turn explains why state elites may oppose them while at the same time using them to gain access and control in these [...] realms of authority. Warlords reinvent [...] and in doing so prevent the consolidation of a Weberian bureaucracy.”

⁴⁹ O autor menciona que em comparação ao estado os SGs têm pouco capital financeiro, explicando que o centro da sua influência encontra-se nos recursos não materiais. Apesar dos números referentes aos ganhos dos mesmos no decorrer de todo o Capítulo 4 corroborarem este aspeto, é preciso lembrar que a IRA foi um dos países mais pobres do mundo (ver Tabela do Apêndice 2, p. 102) e por tanto uma quantia de alguns milhares de dólares americanos pode ser encarada como uma “fortuna” para o ‘cidadão médio’ afegão quando cambiada para ‘afegânis’ (moeda nacional).

institucionalizando esta mesma em 1984 no *Supervisory Council of the North* (Barfield, 2010, p. 246). Adicionalmente, a importância deste Concelho não se limitou às fronteiras afegãs, servindo os seus domínios como campos de treino militar para as forças pró-islâmicas no Tajiquistão aquando da sua guerra civil entre 1992 e 1997 (Johnson, 2012, p. 233; Kayani & Malik, 2015, p. 51). Este aspeto revela a importância estratégica que os estados do Centro asiático concediam a SGs, pois aquando da instabilidade política e do aumento do fundamentalismo islâmico posteriores à queda da URSS em 1991 nestes países, várias negociações foram realizadas com Massoud em Duxambe onde se discutia o acolhimento de refugiados no Hindu Kush, assim como o combate às forças terroristas compostas sobretudo pelos Talibã e pela AQ (Siddique, 2011, pp. 41-42). A criação da NA foi também uma iniciativa do mesmo sob o nome oficial de Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão, em 1996.

Enquanto agente diplomático é relevante mencionar que contribuiu para o apoio da Índia ao Afeganistão, especialmente em meados de 2001 quando viajou secretamente a Nova Deli onde negociou com sucesso o apoio desta à NA – através de alimentos e cuidados médicos. Dentre todos os SGs é o que é menos alvo de acusações de violação dos direitos humanos (Sites, 2014). Este pormenor deve-se à particularidade do mesmo ter procurado unificar os grupos étnicos – incluindo os pashtuns – sobretudo através do seu carisma e liderança e não tanto com uso da coerção (Rich, 1999, p. 8); um pormenor constatável na sua popularidade entre as várias étnias que compunham a IRA, nos monumentos construídos em sua honra, da criação em 2012 dum feriado nacional próprio (9/9) e também pelo seu retrato se encontrar presente tanto em instituições estatais como em pequenas ruas populares (Gall, 2012; Malejacq, 2019, pp. 128-160). Possivelmente o seu encontro diplomático mais marcante foi também em 2001, quando num discurso ao Parlamento Europeu mencionou que a sua ‘rede de inteligência’ tinha descoberto que um ataque em larga escala contra os EUA estava iminente (Sites, 2014, p. 42). Foi também uma figura proeminente que avisou a comunidade internacional face ao papel influente da IRP no apoio aos Talibã. Este envolvimento dos EUA com o Paquistão fazia com que por vezes recusasse a ajuda externa ocidental, pois era costume a CIA enviar recursos às milícias de Massoud através dos ISI (Gall, 2014).

Porém, foi com os recursos da CIA que Massoud conseguiu negociar e trazer de volta ao país em 2001 o General Dostum, que em 1997 tinha-se refugiado na Turquia após a perda dos seus domínios no Norte perante a ofensiva talibã (Sites, 2014, p. 41). Tendo em consideração o clima de inimizade que havia entre estes, verificável por exemplo através das

incursões realizadas aos territórios um do outro ⁵⁰, é notável que esta negociação diplomática entre os dois SGs sirva como exemplo de como por vezes estes homens terminam e começam alianças quando são confrontados com um inimigo maior (os Talibã neste caso).

4.1.2. Abdul Rashid Dostum

Sendo conhecido como parte da resistência afegã e como líder da milícia uzbeque presente na província de Jawzjan, ao General Dostum, contrariamente a Massoud, são atribuídas várias acusações de violações de direitos humanos, sobretudo após a expulsão dos Talibã. Por exemplo, em 2003 sob o pretexto de pertencerem ao partido político tajik *Jamiat-e-Islami* (JeI) – liderado pelo arquirrival Noor – combatentes leais a este expulsaram 180 famílias pasthuns de 4 vilas em Pir Naqshi, na província de Samangan. Sendo acusados de violarem algumas das mulheres e de realizarem pilhagens às suas casas (Azami, 2021, p. 60). Adicionalmente, no que diz respeito à sua lealdade o mesmo mudou várias vezes de posição, sendo aliado da URSS, do governo comunista de Najibullah, dos *Mujahidin*, da NA e dos EUA (Radnitz, 2004, pp. 528-529).

Uma característica que está presente nas acusações é o fator étnico, pois o alvo destas são etnias que o mesmo não representa – todos os que não são uzbeques ou turquemenos. Tal é possível de constatar em Ozdemir (2018) onde é mencionado que o mesmo tinha perpetrado crimes de guerra contra outras etnias (p. 19) ao passo que a sua popularidade entre as ‘suas’ minorias é corroborada por exemplo nos resultados das eleições de 2004 em que obteve ≈ 10% dos votos, uma percentagem que corresponde sensivelmente à totalidade da minoria uzbeque na IRA, obtendo maioria na maior parte das províncias onde estas estão presentes (ver Apêndice 6). No entanto, é curioso constatar que antes de ter perdido os seus domínios no Norte nos anos 90, o seu ‘protoestado’ era o mais próspero do Afeganistão. Conhecido pelo atenuar das tensões étnicas, pelo fomento dos direitos humanos e pela sua permissão às 1.800 estudantes da Universidade de Mazar-i-Sharif andarem sem burca, com saltos altos e saia (Rashid, 2001, p. 57; Williams, 2008, p. 2).

Enquanto administrador, Dostum imprimia a sua própria moeda e criou inclusive uma companhia aérea – *Balkh Airlines* (Johnson & Leslie, 2008, pp. 162-163; Loyn, 2021, p. 68; Vogelsang, 2001, p. 232). Além disso o mesmo fez uso dos combustíveis fósseis na região para o fomento da mesma, através de trocas comerciais com o Centro asiático e também com a Turquia e a Rússia – um aspeto que seria espetável tendo em conta que o

⁵⁰ Uma das mais importantes deu-se em 1994 após Massoud ter atacado os reinos de Dostum fazendo com que este retaliasse com ataques a Kabul – nesse ano sob o domínio de Massoud (Williams, 2008, p. 2).

mesmo começou a sua carreira militar como segurança nos poços de gás. Porém, apesar do mesmo apresentar uma governação focada num regime secular e liberal em comparação a Massoud, Khan e Noor, é preciso ter em conta que de forma a aliciar o General a aliar-se aos EUA em outubro de 2001 foi-lhe efetuado um pagamento de \$1 milhão (McCormick & Fritz, 2009, p. 110, n. 10).

Porém, e apesar da sua associação à criminalidade, o que permitia a Dostum manter-se influente enquanto Governador no Norte da IRA assim como figura importante nos governos de Karzai e Ghani não era necessariamente a sua brutalidade, mas sim o sentimento de união que este fomentou ao longo de décadas entre os uzbeques e os turquemenos. Pois, através da projeção da sua imagem enquanto líder étnico carismático rapidamente conseguia direcionar o destino dos votos do eleitorado destas minorias. Neste sentido, o mesmo aquando das eleições de 2009 e 2014 foi uma figura-chave para a vitória de Karzai e Ghani⁵¹, respetivamente (Malejacq, 2019, pp. 93-127). Um dos famosos casos que revelam esta influência diz respeito a novembro de 2016 quando foi acusado alegadamente de ordenar aos seus guardas que raptassem, espancassem e violassem com armas o seu rival Ahmad Ishchi. Sendo colocado sob investigação enquanto alguns dos seus guardas foram sentenciados a 5 anos de prisão, o Vice-Presidente acabou por em maio de 2017 viajar para a Turquia. Durante a investigação, em julho de 2018 outro dos seus guardas, Nizamuddin Qaisari foi preso juntamente com alguns dos seus homens, sendo vítimas (alegadamente) de abusos por parte das forças governamentais de Ghani. Vários protestos violentos seguiram-se nas províncias do Norte exigindo a libertação de Qaisari assim como o retorno de Dostum à IRA. Sob constante pressão o Presidente permitiu que o Vice-Presidente voltasse, sendo recebido por uma delegação no aeroporto Kabul e de forma triunfante por uzbeques e turquemenos a 7 de agosto de 2018 (pp. 124-125).

4.1.3. Ismail Khan

Relativamente a Khan, e da mesma forma que Dostum, o estatuto de Governador das províncias ocidentais do Afeganistão (ver Apêndice 6) também se deu antes da incursão das tropas americanas. No entanto, para consolidar esta posição, o mesmo percebeu que a maneira mais eficaz que tinha para adquirir legitimidade seria através do fomento da economia (Lieven, 2021, p.17). Focando-se na reconstrução destas após as confrontações com as forças do IEA, o mesmo promoveu o seu crescimento através do fomento do

⁵¹ Apesar de Ghani em 2009 ter afirmado que os SGs são uma criação das políticas de Bush e das fraquezas de Karzai (Mukhopadhyay, 2014, pp. 3-4, n. 3) acabou por nomear Dostum como Vice-Presidente (Sites, 2014, pp. 76-77), tornando-o o segundo homem mais poderoso da IRA.

comércio local, da construção de escolas, clínicas, tribunais e também da formação de comités responsáveis por diversas áreas governamentais como a Cultura, a Saúde, a Justiça e a Educação (Giustozzi, 2006). Além disso, enquanto figura influente em Herat, Khan foi indispensável não só para a estabilização da província mas para o desenvolvimento económico da região (Dietl, 2004). Desde os anos 80 que o mesmo veio a estabelecer laços diplomáticos com o Irão visando o aumento das trocas comerciais entre ambos os países, tornando Herat numa das mais prósperas cidades durante a AIA e a TISA (Malejacq, 2019, pp. 63-92). Entre as suas várias iniciativas destaca-se a rede de estradas que foi construída no período de 2001 a 2004 (antes da sua nomeação para *Minister of Power and Water*) entre a província afegã e a cidade iraniana de Meshed. Chegaram a registar-se nelas a passagem diária de 100 a 400 camiões que transportavam mercadorias variadas para os mercados locais afegãos: desde bens alimentares a carros; nelas circulariam também vários transportes da ONU com ajuda humanitária. Adicionalmente, no mesmo período, chegaram também a passar pela capital provinciana diariamente 500 carros com destino ao Paquistão vindos do Dubai. Os ganhos comerciais que Khan lucrou para seu uso pessoal com este negócio variaram entre \$60 e \$80 mil anuais (Dietl, 2004, p. 52).

Para além do mais, iniciativas de desenvolvimento como, por exemplo, a reconstrução e remodelação duma escola em Herat pelo valor de \$25 mil nos primeiros anos da IRA transmitiriam aos países ocidentais a imagem dum Governador liberal, cujo papel para a estabilidade da região seria importante (Malejacq, 2019, p. 63-92). Ainda relativamente à educação, sob o domínio de Khan, e apenas em Herat, 45.000 crianças das quais metade eram meninas frequentavam a escola regularmente, sendo o mesmo responsável pela expansão da Universidade da cidade para 450 estudantes e 30 docentes (Malejacq, 2019, p. 67). Estas também afastariam imagem belicosa tradicional que o Ocidente tinha para com outros SGs, encarando-o como uma mais-valia no Oeste afegão. Esta mesma reputação pode ser constatada por um diplomata ocidental que em 2011 (durante o segundo governo de Karzai) afirmou que “Ismail Khan construiu escolas com os lucros dos direitos aduaneiros, que deveriam ter sido construídas por Kabul”⁵² (p. 79).

Quanto à promoção da sua imagem junto da sociedade civil o mesmo edificou um museu em Herat dedicado a si mesmo e às suas incursões contra os soviéticos durante os anos 80, desempenhou também um papel ativo nos meios mediáticos locais e assim como Massoud focou-se na união entre as várias etnias presentes no Afeganistão – constatável por exemplo através dos seus discursos (p. 90). Em relação a este último aspeto, Khan procurou esta mesma união através da Fé Islâmica, pois era comum a praticamente todos

⁵² Tradução do autor. No original: “Ismail Khan built schools with custom revenues but it should have been built by Kabul”

os habitantes da IRA. Contudo, ao contrário de Dostum, Massoud e Noor, este antes da formação da IRA não se considerava um homem religioso. No entanto, o mesmo mudaria a sua posição relativamente à sua fé (ou falta da mesma) também como forma de ganhar influência sobre o seu rival e SG pashtum Mawlawi Khodadad (Mukhopadhyay, 2014, pp. 267-268) – importante clérigo cuja influência rivalizaria com a de Khan durante a IRA.

Porém, o seu desempenho enquanto Governador já advinha dos anos 90 quando a sua habilidade diplomática com o Centro-sul asiático lhe conseguiu, por exemplo, em novembro de 1993 um acordo comercial cooperativo com Muhammetnazar Gapurow – na altura Presidente do Turquemenistão – em Asgabat; concretamente através do acesso a recursos como petróleo e combustível em troca do acesso à estrada que conduzia ao Paquistão (via Herat) (Malejacq, 2019, pp. 69-70). Adicionalmente, os seus esforços no âmbito internacional com várias ONGs entre as quais a *Médecins du Monde* e a *Danish Afghanistan Committee* demarcaram-no como a figura mais influente no Oeste da IRA⁵³. É também importante mencionar que dentre os maiores projetos para o desenvolvimento da IRA como o Gasoduto Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia (TAPI) e o Oleoduto Afegão (AOP) presentes na Figura 8, Khan e outros SGs foram relevantes nas reuniões de planeamento do projeto TAPI⁵⁴ (Rashid, 2001, p. 159; Siddique, 2011, p. 67).

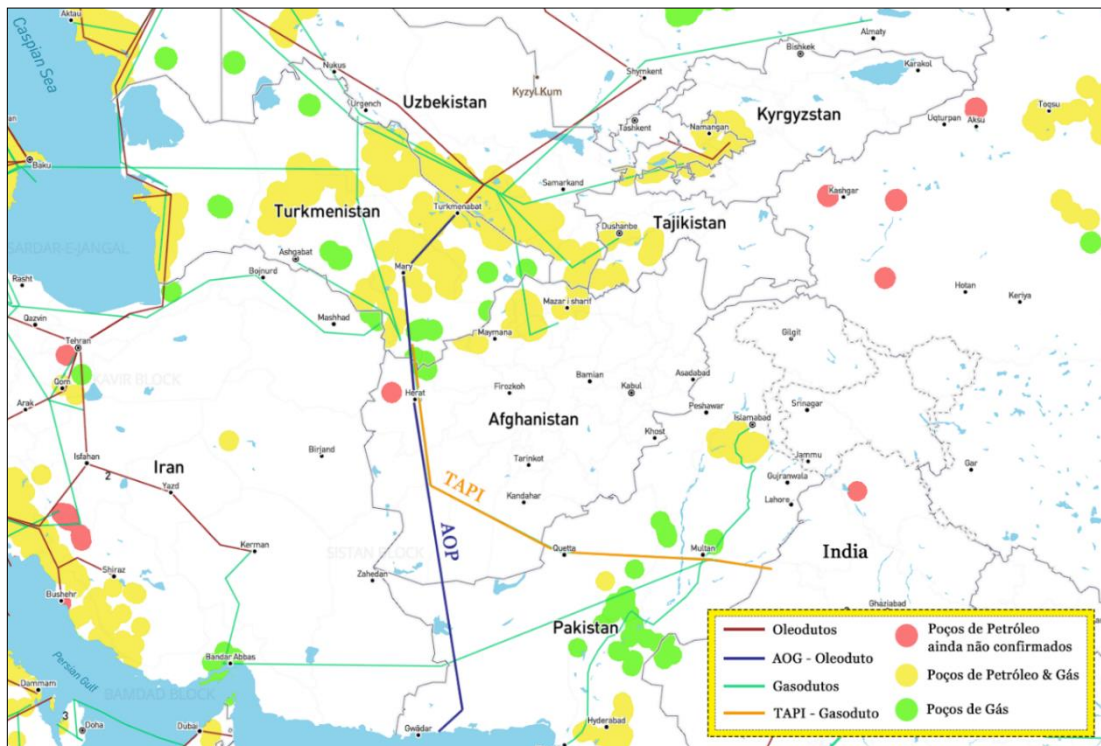


Figura 8 – Projetos de oleodutos e gasodutos no Centro-sul asiático

Fonte: Realizada pelo autor, com recurso ao *World Oil Map 2021*. <https://www.oilmap.xyz/>

⁵³ Uma pequena amostra das várias ONGs e o que cada uma fazia na IRA com Khan pode ser encontrada em Malejacq (2019), p. 170, para. 2

⁵⁴ Ao contrário do AOP cujos planos foram abandonados em 2002, o TAPI é um projeto que ainda está em desenvolvimento, porém, devido ao retorno do IEA em 2021 o mesmo encontra-se parado.

Devido a estes resultados é compreensível que seja um dos que melhor soube desempenhar papéis que lhe permitiram usufruir das vantagens das ligações aos governos centrais, à influência ocidental na IRA, ao Irão e também a outros SGs. A passagem da sua influência enquanto líder militar com força aérea (Johnson, 2012, p. 253) para um Governador legitimado pode ser constatada na mudança do epíteto de *'Lion of Herat'* para *'Amir of Herat'* pela população local. No entanto, assim como os outros SGs, enquanto era encarado como *'peacelord'* era também considerado um líder autoritário que em diversas situações fez uso de violência para afastar a oposição, desviar recursos destinados a Kabul e também participar no tráfico de armas com o Irão e o Turquemenistão (Dietl, 2004; Giustozzi, 2006). Um exemplo concreto pode ser constatado, por exemplo, na esfera política em que como membro fundador do partido JeI em 1972 o mesmo é acusado de estar envolvido na morte de várias entidades do partido ao longo das décadas, cuja lista se encontra na Tabela 5.

Tabela 5 – Comandantes do JeI em cujas mortes Ismail Khan (IK) esteve alegadamente envolvido
Fonte: Giustozzi, 2006, p. 9

Name of commander	Area of activity	Fate	Ismail Khan's involvement
Kamal Gulbagaz	Enjil	ambushed by Mir Ali Khan Jamju	allegedly instigated by IK
Ali Khan	Enjil	killed by Ghaffar Tufan	allegedly instigated by IK
Saifullah Afzali	Herat province	killed in Iran	allegedly organised by IK
Fazel Ahmad Ghorq	Ghuryan	assassinated	allegedly ordered by IK
Ghulam Farouq	Ghuryan	killed by Awlya	allegedly instigated by IK
Awlya	Ghuryan	assassinated	allegedly ordered by IK
Ghaffar Tufan	Enjil	killed by Shir Agha	allegedly instigated by IK
Latif Karim	Zendajan	killed by a relative in big massacre	allegedly instigated by IK
Sher Ahmad	Zendajan	killed during Zendajan battle, allegedly shot from behind	allegedly on instigation of IK
Sayyed Ahmad	Guzara	killed while praying at mosque	allegedly jointly organised by IK and Daoud's militia

4.1.4. Atta Mohammad Noor

Para além de financiado pela CIA aquando do início da OEF assim como os outros SGs, concretamente no valor de \$250 mil (Tomsen, 2011, p. 598), Noor também foi um ativo dos aliados e dos governos da IRA no colmatar duma das principais dificuldades que os ocidentais tinham no desenvolvimento do país: garantir a sua influência para além dos

meios urbanos – um aspeto que se torna fulcral tendo em conta que entre os anos 2000 e 2020 \approx 80% e 75% respetivamente da sua população residia em zonas de âmbito rural (ver Gráfico 3 do Apêndice 2, p. 103). Neste sentido, o aproveitamento da ajuda internacional militar da ISAF, da NATO, dos EUA e do UK foi algo que também serviu para consolidar a sua influência no Norte do país, fazendo por vezes uso das mesmas de forma a ganhar vantagem sobre o seu arquirrival: Dostum (Gall, 2012, p. 51; Ozdemir, 2018, p. 20). Apesar de ser menos influente que Dostum no Norte, Karzai acabou por nomeá-lo em 2004 Governador da província de Balkh – uma decisão na qual a inimizade do Presidente para com Dostum deva ter tido influência, pois duma perspetiva étnica, e mesmo Noor sendo tajiq, este contribuiria menos para as tensões com os pashtuns. Relativamente à sua importância para a Ocidentalização da IRA, dos quatro SGs o mesmo acabou por ser o único que foi importante para a elaboração dum relatório que visava a estabilização do país através da habilidade governativa local destes homens (Peake et al., 2004, p. 62).

Um aspeto que, no caso deste, pode ser constatado no combate ao narcotráfico, mencionado num *working paper* que em Balkh o decréscimo da produção de droga deveu-se ao seu Governador (Pain et al., 2021, p. 38). O tráfico de droga é também parte importante das tensões entre Dostum e Noor, pois Balkh e Jowzjan são duas das províncias nórdicas onde prolifera o comércio de droga (Marten, 2007, p. 58), sendo este a mais rentável fonte de lucro da economia afegã (ver secção 3.4.). Porém, e no que diz respeito ao ópio, é preciso ter em conta que a distribuição regional do cultivo de ópio em 2019 ‘apenas’ atribui 10% do mesmo às províncias do Norte (NSIA & UNODC, 2021, p. 8) e que de 2018 para 2019 Balkh teve uma redução de 22% a 10% – ainda que Jawzjan tenha tido um crescimento superior a 40% (p. 13). O que estatisticamente corroboraria a eficácia de Noor durante o seu período de governação – 2004 a 2018 – já que segundo a análise longitudinal de 2006 a 2019 (p. 53) houve vários anos em que a província se encontrava livre do cultivo de ópio: 2007 a 2012 e 2014 – mesmo com as subidas anuais de 2015 (204 ha), 2016 (2.085 ha) e 2017 (12.116 ha) este passou novamente a decrescer anualmente: de 8.532 ha em 2018 para 7.042 ha em 2019 – não fosse a particularidade de no mesmo relatório estar inferido que alguns dos resultados dificilmente dão uma análise exata da realidade. Pois, em algumas ocasiões, a maior parte dos entrevistados não respondia ou não sabia responder às questões. Por exemplo, entre a população rural, visando saber quem lucra com o tráfico e cultivo de ópio⁵⁵ apenas 14% de todos os inquiridos responderam, sendo que no Sudoeste – a região onde a maior parte deste prolifera – apenas 42% decidiram responder (p. 40). Por este motivo, a investigação de Mukhopadhyay (2014) complementa os dados da NSIA &

⁵⁵ Bastante importante para saber que parte dos lucros são destinados a que atores. O que permitiria saber (partindo do pressuposto que os 10% da distribuição atribuídos às 5 províncias do Norte são exatos ou aproximados) que percentagem deste se destinava a SGs.

UNODC (2021) com entrevistas realizadas a jornalistas e recorrendo a autores que trabalham extensivamente o narcotráfico afegão como por exemplo Adam Pain e David Mansfield (pp. 141-143 e 148). Mostrando de forma empírica e mais precisa que de facto Noor teve um papel importante na redução do tráfico e do cultivo em Balkh.

Na vertente económica, o mesmo empreendeu alguns projetos juntamente com investidores internacionais no pavimento de estradas de forma a fomentar a circulação entre as zonas rurais e urbanas; em 2010 mandou acrescentar uma pista ao aeroporto de Mazar-i-Sharif no valor de \$30 milhões e no mesmo ano começaram as construções duma ferrovia que ligava a capital provinciana ao Uzbequistão, no valor de \$165 milhões (p. 144). Apesar dos habitantes de Balkh considerarem que no âmbito geral a situação não tinha mudado muito, os resultados de Noor até 2008 podem ser mensurados: 40 escolas com um total de 700 professores formados num instituto local, 49 cursos de literacia atendidos por 1.000 mulheres, uma estrada com 22 km entre os distritos de Balkh e Dowlatabad, 200 km de estrada entre várias vilas na província, 100 escavações para poços de água, 35 vilas com acesso a eletricidade – com mais 35 (na altura) em desenvolvimento – e 5 clínicas médicas (p. 146).

Por fim, no âmbito cultural e da diplomacia internacional⁵⁶ Noor, com o apoio de alguns comerciantes locais, angariou um orçamento de \$500 mil para a reabilitação do *ex-libris* da capital provinciana: O Santuário de Hazrat, também conhecido por Mesquita Azul, realizando nela visitas com dignatários importantes, entre os quais se destaca o na altura Secretário-Geral da ONU Ban Ki Moon (p. 133) em 2009.

⁵⁶ Apesar de Khan ser possivelmente o SG mais ocidentalizado, uma curiosidade acerca de Noor é que nos seus encontros diplomáticos o mesmo costuma utilizar vestimentas tipicamente ocidentais, ao contrário de outros SGs. A fotografia presente em Mukhopadhyay (2014, p. 76) serve como exemplo destas mesmas.

4.2. Influência nas Forças Armadas afegãs

Como já foi mencionado, um dos principais objetivos da presença aliada na IRA foi o desenvolvimento das suas forças armadas e de segurança, tendo sido nestas investidos milhares de milhões de dólares americanos (Schroden, 2021; ver p. 34, n. 36). Apesar de Rumsfeld (2002c) reconhecer que a resolução dos principais problemas da instabilidade afegã passava pelo desenvolvimento das ANSF – através do seu financiamento e da sua instrução – o mesmo afirmou também que o que mais contribuiria para a estabilização do país seria o fortalecimento das instituições governamentais de Karzai financiadas pela comunidade internacional. Pois, na sua visão seria necessário que o Presidente transmitisse ao povo afegão a imagem dum líder capaz, através da estabilização das províncias do território minando gradualmente a autoridade política regional dos SGs (p. 1, para. 1). Adicionalmente, o Secretário de Defesa apercebeu-se também que caso o problema afegão fosse encarado duma forma meramente securitária então o que iria acontecer eventualmente (e que acabou de facto por suceder) seria o aumento considerável das forças armadas ocidentais (ver Gráfico do Apêndice 3).

Este tema das ANSF continuou a ser analisado por Rumsfeld (2005) e pelo Embaixador Eikenberry (2009a, 2009b) onde ambos colocam em evidencia vários problemas relacionados com o treino das forças armadas. Por exemplo, relativamente à Polícia Nacional Afegã (ANP) apenas 3.900 policia dos 34.000 completaram o curso básico de 8 semanas (a 1ª fase da formação) – onde ainda não estavam incluídos o treino de condução e armas (Rumsfeld, 2005, p. 11-L-0559/OSD/47520). Adicionalmente, dois telegramas marcados como NODIS ARIES⁵⁷ foram enviados da embaixada americana em Kabul por Eikenberry à Secretária de Estado Hilary Clinton – que juntamente com McChrystal e Gates apoiava o aumento de mais tropas americanas. Neles é possível inferir que a situação na IRA se estava a deteriorar. Apesar dum dos argumentos principais para o incremento de mais homens na IRA ser a formação das ANSF (McChrystal, 2009) Eikenberry (2009a) afirma que o treinamento das mesmas é sobretudo realizado pelas forças da NATO e da ISAF devido à pouca disposição do governo de Karzai nos processos de recrutamento e treinamento (p. 2). Adicionalmente, menciona que as forças das ANSF – sobretudo as da ANP que por terem uma relação mais próxima com a sociedade civil em zonas de atrito correm mais riscos – recebem poucos benefícios por parte do governo

⁵⁷ NODIS ARIES é uma forma de classificação de documentos secretos americanos. Divide-se em duas partes: a primeira “NODIS” é a abreviatura de “no distribution” o que significa que o documento pode apenas ser consultado pelo recetor do mesmo – neste caso a Secretária de Estado Hilary Clinton – e não por outras agências do governo americano; a segunda “ARIES” é uma palavra gerada aleatoriamente para identificar um documento ou um conjunto de documentos “NODIS”, neste caso a troca de informação entre o Embaixador Eikenberry e a Secretária de Estado Hilary Clinton.

afegão, o que por sua vez as torna pouco aliciantes para os jovens do país (p. 2-3). Este aspeto é repetidamente mencionado em (2009b) onde é possível inferir que a estratégia COIN apenas pode ser conseguida através da vontade governamental e dumhas ANSF eficientes e leais ao governo de Kabul, e não com o aumento de tropas estrangeiras. O mesmo fundamenta o argumento com a estatística de que apesar do aumento de 30.000 militares americanos de 2008 para 2009 os eventos de violência e instabilidade na IRA continuavam a aumentar (p. 2).

De forma a colmatar os baixos incentivos dos governos de Karzai e Ghani o financiamento, treino e o equipamento dos membros das ANSF eram maioritariamente realizados e fornecidos pelos EUA e seus aliados durante a sua presença no país (Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 40). Por exemplo, dados do Pentágono – a entidade principalmente responsável pelo pagamento dos salários às forças afegãs – revelam o crescimento exponencial do investimento total nas ANSF: de \$2.75 mil milhões em 2009, para \$9.2 mil milhões em 2010 passando a \$11.6 mil milhões em 2011 (Tomsen, 2011, p. 658). Adicionalmente, no contexto europeu a criação da *Northern Distribution Network* em 2009 permitiu que recursos provindos deste continente alcançassem a IRA por via do Centro asiático, beneficiando não apenas as ANSF mas também aumentando entre 2008 e 2016 em 370% o comércio do país com os seus vizinhos do Norte (Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 85). Em média é estimado que o apoio às ANSF por parte dos aliados variasse entre \$5 e \$7 mil milhões anuais. No entanto, apesar do investimento governamental ser substancialmente inferior: \$300 a \$400 milhões – cobrindo menos de 10% do custo das mesmas – estes valores equivaliam a $\approx 2\%$ do seu PIB e a $\frac{1}{4}$ das suas receitas (Schroden, 2021, pp. 21, 24) – o que em termos percentuais é superior a vários países do Ocidente. Neste sentido, com todo o investimento logístico, financeiro, tecnológico e material⁵⁸ ao longo de quase duas décadas “os afegãos queriam saber porque é que . . . estavam a demorar na preparação das . . . ANSF de forma que estas tomassem a responsabilidade no seu país.”⁵⁹ (Dorani, 2019, p. 82). De forma a esclarecer este questionamento por parte da sociedade é preciso explicar e fundamentar tanto a forma como as ANSF foram criadas assim como os vários problemas que foram emergindo nestas: a criminalidade, o facciosismo étnico, a iliteracia, o consumo de droga, o recebimento e/ou envio de salários às famílias e por fim o fenómeno dos soldados-fantasma⁶⁰.

⁵⁸ Um exemplo das contribuições ocidentais militares às ANSF pelos países ocidentais reflete-se nas 174 aeronaves que compunham em 2020 a totalidade da sua Força Aérea: 23 C-208, 10 AC-208, 4 C-130, 25 A-29, 54 MD-530, 24 Mi-17 e 43 UH-60A+ (Schroden, 2021, p. 22)

⁵⁹ Tradução do autor. No original: “The Afghans wanted to ascertain why [...] were slow in building [...] (ANSF) so that they took responsibility in their country.”

⁶⁰ A criminalidade e os soldados-fantasma são abordados na secção 4.3.

Inicialmente, as forças armadas da IRA foram bastante influenciadas pelos SGs, sendo estas compostas por vários elementos das suas milícias pessoais – que maioritariamente constituíam a NA – aquando da derrota do IEA em 2001 (Ateş, 2014; Lebovic, 2019, p. 169). Este fenómeno é compreensível tendo em conta que (como já foi mencionado) Khan, Dostum e Noor eram bastante conceituados enquanto líderes militares. Por exemplo, estima-se que Dostum ao longo da sua carreira desde os anos 80 até 2009 tenha comandado 120.000 homens (McCormick & Fritz, 2009, p. 85) adicionalmente a sua nomeação para Ministro da Defesa em 2004 juntamente com a de Noor para um cargo no Ministério de Defesa de forma a aconselharem Karzai relativamente a matérias de segurança comprova o seu papel nas ANSF (Radnitz 2004, p. 529; Williams, 2008). Um aspeto que pode ainda ser reforçado com recurso a Giustozzi (2009) onde é mencionado que 4 comandantes de batalhões eram leais ao General Dostum (p. 39). Relativamente a Khan, o mesmo interferia regularmente nos concursos de seleção das ANSF, mesmo após 2018 quando detinha menos influência política (Malejacq, 2019, p. 89).

Neste sentido, tendo em atenção o contexto tribal da IRA, a lealdade para com os governos de Kabul seria difícil tendo em conta que a influência dos SGs fazia com que os militares sobrepusessem a coesão tribal à coesão nacional. Um aspeto que é reforçado pelos gráficos em Giustozzi & Quentin (2014, p. 36) em que se verifica que na constituição do maior ramo das ANSF – o Exército Nacional Afegão (ANA), e com maior ênfase na sua classe de oficiais – os tajiks encontravam-se sobre representados: constituindo 55% a 40% dos oficiais e 41% a 32% de todos os seus constituintes entre 2004 e 2012. Este grupo étnico representa $\approx \frac{1}{4}$ da população afegã e localiza-se essencialmente no Norte predominantemente dominado pelos SGs (ver Apêndice 6; ver Figura 7, p. 48). Este favorecimento tajik não seria de admirar tendo em conta que a maior parte dos SGs influentes afegãos – para além de Khan, Noor e Massoud – pertencia a esta etnia: Burhanuddin Rabbani; Bismillah Khan Mohammadi; Mohammed Daud Daud e Mohammad Qasim Fahim podem ser dados como exemplo. Como contraponto, é também constatável nos gráficos que no mesmo intervalo de tempo a maioria dos elementos das ANA foram pashtuns e que a partir de 2008 passaram também a compor a maioria dos seus oficiais. Este pormenor faz com que de facto após 2008 as ANSF retratassem a diversidade étnica da IRA limitando por isso em certa medida a influência *warlord* no exército nacional. Apesar deste argumento ser válido em termos estatísticos, uma investigação mais aprofundada infere a possibilidade de que a maior parte destes pashtuns provinham das zonas do Norte, um aspeto corroborado pela dificuldade no recrutamento dos pashtuns nas províncias a Sul (Ateş, 2014, p. 182; Eikenberry, 2009a, p. 2; Loyn, 2021, p. 364; Whitlock, 2021, p. 19); ou seja, tendiam a provir das zonas sob influência *warlord*.

Porém, não apenas no ANA este faccionalismo estava presente, pois durante a OEF e a OFS vários relatos de operacionais aliados que acompanharam a ANP revelam quem detinha verdadeiramente influência na Polícia afegã. Dentre estes, o Major Robert Rodock enquanto intermediário entre os militares dos EUA e as forças das ANP “diz que funcionavam mais como uma milícia privada servindo como músculo para um SG ou chefe tribal. Tendo-lhes de ensinar conceitos básicos do serviço público e do Cumprimento da Lei.”⁶¹ (Whitlock, 2021, pp. 223-224). Um pormenor que é possível inferir destes relatos diz respeito às sensibilidades culturais, concretamente como se encarou uma das mais importantes tradições afegãs, que estava no centro das tensões entre os operacionais do ANA e da ANP. Enquanto os membros da última tendiam a ser destacados para zonas próximas à da sua comunidade e família os da primeira eram diversas vezes colocados longe do seu local de origem (Ateş, 2014). Num país com uma tradição milenar em que o homem tem de estar perto dos seus e onde o seu respeito é sobretudo medido pelo número de filhos – o que por sua vez explica as altas taxas de natalidade nos Gráficos 2 e 4 do Apêndice 2 (ver pp. 103-104) – então a vulnerabilidade familiar aumentaria conforme o aumento da distância da sua colocação. Uma situação que se agravou devido à falta na IRA dum serviço bancário eficiente, a partir do qual vários militares tinham dificuldade em enviar fundos às suas famílias, assim como receberem no período combinado ou até não receberem de todo os seus salários (p. 185). Apesar de parcialmente colmatado pela possibilidade das transferências eletrónicas e outros meios permitidos pelos desenvolvimentos ocidentais, o facto da maioria da população não ter acesso a eletricidade fazia com que a resolução deste problema fosse praticamente impossível.

Adicionalmente, e o principal dilema que tornava o treinamento das ANSF um pesadelo logístico eram os elevados níveis de iliteracia dos seus elementos (Azhar et al., 2021, p. 322; Rumsfeld, 2005). Números relativos aos recrutas do ANA encontram-se em Giustozzi (2009) onde se constata que 90% eram iletrados enquanto dos restantes a maioria não tinha concluído o ensino primário (p. 37). Alargando a análise à totalidade das ANSF Whitlock (2021) corrobora esta realidade através do Coronel Jack Kem – responsável americano pelo treinamento destas entre 2009 e 2011 – que “estimou que apenas 2% a 5% dos recrutas afegãos conseguia ler ao nível do 3º ano apesar dos esforços pelos EUA em matricular milhões de crianças afegãs na escola ao longo da década passada”⁶² (p. 219). Esta realidade da escolaridade na IRA pode ser constatada no Gráfico 1 do Apêndice 2 (ver p. 102), onde é mostrado que mesmo com o investimento externo na educação o ‘aluno afegão’

⁶¹ Tradução do autor. No original: “said they functioned more like a private militia serving as muscle for a warlord or tribal chief. He had to teach them basic concepts of public service and law enforcement”.

⁶² Tradução do autor. No original: “estimated that only 2 to 5 percent of Afghan recruits could read at a third-grade level despite efforts by the United States to enroll millions of Afghan children in school over the previous decade”

passou a frequentar em média apenas mais dois anos o tempo letivo, ou seja do 2º ano em 2002 para o 4º ano em 2019⁶³. Por este motivo, a complexidade burocrática juntamente com os processos de aprendizagem de condução, manutenção e operacionalização de equipamento militar de alta tecnologia; assim como a adaptação a um contexto militar ocidental por parte dos afegãos, tornavam a sua instrução bastante exigente para os instrutores aliados (Whitlock, 2021, pp. 218-225). Um outro aspeto que também marcava profundamente as ANSF foi o consumo de droga – um negócio bastante importante para a economia da IRA (ver secção 3.4.). Por exemplo, apenas no ano de 2013 é mencionado que 4 em 10 recrutas das ANP testaram positivo ao consumo de droga (Sites, 2014, p. 69).

Se a estes problemas juntarmos a ligação do ANA e da ANP aos crimes de corrupção e de várias violações dos direitos humanos (abordadas na próxima secção) então é possível perceber a visão pejorativa das ANSF tanto na IRA como na comunidade internacional. No entanto, dentre os vários ramos das Forças Armadas é possível encontrar uma exceção à regra. Concretamente o Corpo de Comandos do Exército Nacional Afegão era composto pela elite dos militares afegãos. Criado em 2007 os membros eram treinados pessoalmente por instrutores das US-SOF, recebendo um treino mais rigoroso e mais duradouro (vários anos) em comparação ao dos recrutas do ANA e da ANP. Sendo por isso um programa de recrutamento meritocrático, ou seja, elaborado de forma que apenas os mais aptos, dedicados e leais homens pudessem aceder ao treino (Malkasian, 2021, p. 388). Neste sentido, aquando das contraofensivas talibãs de 2015 e 2016 em Kunduz, Nangarhar e Kunar, os Comandos recuperaram rapidamente algumas das vilas e aldeias tomadas enquanto havia membros do ANA e da ANP que desertavam (pp. 400 e 412). A relevância dos Comandos tornou-se tão significativa que o Professor Theo Farrel da Universidade de Wollongong aponta a derrota dos Comandos como um dos principais motivos para a derrota dos aliados. Um fator que o mesmo justifica com a gradual exaustão e perda de motivação dos mesmos devido a comporem apenas 7% das ANSF mas realizarem 80% da luta contra os Talibã (Brown, 2021, para. 7).

Por fim, é também preciso mencionar que o receio de Eikenberry (2009a, p. 3, para. 2) de que as forças da NATO e da ISAF sofreriam o maior número de baixas até ao final da guerra não se verificou. Pois as estatísticas mais recentes acerca das ANSF apontam para mais de 60.000 militares e policias mortos aos quais se somam mais de 130.000 feridos (Malkasian, 2021, p. 450; Whitlock, 2021, p. 219). Sendo números muito superiores aos das baixas ocidentais (ver Figura 3, p. 31).

⁶³ De forma a comparar o tempo médio de escolaridade da IRA com países desenvolvidos, é também colocada a média do tempo académico dos alunos americanos, britânicos e alemães em 2020: 13,4, 13,2 e 14,2 anos, respetivamente.

4.3. A vitória talibã: análise da propaganda e da ofensiva

Um aspeto importante que contribuiu para as vitórias talibã de 1996 e 2021 relacionou-se com o fenómeno do “warlordismo”. Pois, após a retirada da URSS do Afeganistão, os primeiros anos da década de 90 ficaram marcados pela anarquia e por confrontos entre ‘pequenos SGs’ tendo estes e as suas milícias perpetrado vários crimes, como extorsão e violações de mulheres e crianças (Al-Ahmad, 2021, p. 8). Foi neste cenário violento que a sociedade civil viu nos Talibã uma alternativa a várias décadas de clima bélico sob influência de SGs, líderes tribais, comandantes locais e uma invasão externa – tanto nos meios urbanos como rurais (Lieven, 2021). Concretamente, esta situação refere-se ao 1º quadrante da Tabela 4 (ver p. 52) quando sobretudo nas províncias do Sul nem o estado nem os SGs detinham meios suficientes para exercer a sua autoridade e domínio. A ênfase colocada no Sul do país é corroborada pela particularidade de não haver segundo a perspectiva do investigador Antonio Giustozzi nenhum SG pashtum merecedor do título de *state-builder* (p. 17). Durante a IRA, reminiscências desta época podem ser constatadas nas acusações de crimes contra a população perpetrados pelas ANA e pela ANP, sendo por vezes a sua conduta classificada pelos cidadãos como pior que a dos SGs dos anos 90 (Johnson et al., 2017, p. 255). Entre estes destacam-se a aceitação de subornos, desvio de fundos, roubo, extorsão, violações sexuais, tráfico de droga e armas, assim como ligações ao terrorismo (Al-Ahmad, 2021; Schroden, 2021). Adicionalmente, a corrupção estava bastante envolvida no seio das ANSF, havendo relatos no ANA de que as vagas para oficiais podiam ser compradas por \$5 mil no Ministério da Defesa, que 1/3 dos oficiais tinham relações familiares ou de amizade com generais ou políticos, que os oficiais mas graduados usavam os helicópteros para propósitos comerciais enquanto os militares menos graduados vendiam material no mercado negro – o que resultou em défices nas linhas da frente (Ateş, 2014, p. 180).

Por estes motivos, a propaganda talibã facilmente ressoava com o ressentimento dos cidadãos quando o tema das mesmas dizia respeito às ANSF. Apesar deste ser apenas um dos seus aspetos propagandísticos, o mesmo contribuiu para a eficácia do grupo em recrutar membros para as suas forças. Algo que pode ser constatado no total dos seus elementos: 200.000, entre os quais 60.000 combatentes + 90.000 membros de milícias locais + 50.000 apoiantes (Schroden, 2021). O que contrasta bastante com a média das estimativas comumente aceites de 60.000 a 80.000, sobretudo com a dos EUA de 2014 – cujo número de combatentes era de ‘apenas’ 20.000 membros (pp. 20-21). Caracterizando-se por uma linguagem simples e com ênfase colocada na filosofia *Pashtunwali*⁶⁴, em apelos à memória

⁶⁴ Código de conduta pré-islâmico usado desde aproximadamente 1000 BCE no Afeganistão que permite sobretudo aos Pashtuns existirem enquanto grupo e manterem a sua estrutura tribal.

histórica da identidade pashtum e também à retórica religiosa, os Talibã foram ao longo das décadas conseguindo cada vez mais apoiantes para a *Jihad* (Johnson et al. 2017; Johnson & Waheed, 2011; Bahar, 2020). Juntamente com vários grupos como por exemplo a HQN, o HIG ou o TTP os mesmos diversificaram os meios propagandísticos passando da divulgação sobretudo oral antes do 11/9 para o uso predominante da internet: através da divulgação *bluetooth* de vídeos e ficheiros áudio, da militância em sites e em redes sociais como o *Twitter* – onde pelo menos até ao final de 2021 tinham uma conta oficial – e também pelo uso recorrente a *DVDs* e *CDs* (Bahar, 2020; Johnson et al. 2017, p. 281). Esta associação dos meios tecnológicos ao uso de meios mais físicos e tradicionais como revistas, cartazes, poesia, cânticos (*taranas*), cartas noturnas entre outros, permitiu-lhes uma vitória rápida sobre as forças aliadas, o desertar de elementos das ANSF e, mais importante, a preferência destes pela sociedade civil às forças militares, aos governos de Kabul, aos aliados e também aos SGs.

Para além do mais, no início de maio até aos meados de agosto de 2021, ou seja no decorrer da ofensiva, os Talibã intensificaram a prática comum de divulgarem vídeos que mostravam postos policiais e militares conquistados, a apropriação de veículos militares e armamento ocidental, assim como a rendição de vários oponentes – por vezes realizada de forma pacífica através da negociação. Como resultado, estes fatores refletiam a sua coesão grupal ao mesmo tempo que desmoralizavam os seus oponentes – incluindo os SGs, que ao longo da campanha foram desmobilizando as suas forças das ANSF.

Contrariamente às ‘baixas’ estimativas das forças talibã comumente utilizadas, a situação oposta verificava-se nas ‘altas’ estimativas das ANSF. Diversas vezes o número total dos seus elementos nos últimos anos da IRA é atribuído o valor de 350.000 operacionais (Nourzhanov & Saikal, 2021, p. 40). Porém, a investigação de Schroden (2021) conclui que o número das mesmas ronda os 180.000 sendo que 96.000 destes diziam respeito às ANA (p. 21) – o ramo das ANSF teoricamente mais responsável pela luta contra o terrorismo. Um dos motivos que explica os números inflacionados diz respeito aos soldados-fantasma, uma forma de corrupção militar em que os comandantes registam nomes de indivíduos que não fazem parte do corpo militar; ficando com o salário dos mesmos ou então transferindo os fundos (ou parte destes) para agentes influentes como SGs, entidades governamentais ou até mesmo os próprios Talibã (Malkasian, 2021, p. 390). Complementarmente, um motivo que explica o ‘baixo’ número diz respeito ao desertar dos militares, sendo este um fenómeno presente desde a fundação da IRA que severamente afetou as ANSF. Várias razões (incluindo as já mencionadas) contribuíram para esta, entre as quais: baixos/nenhuns pagamentos ou atrasos, poucas condições nas instalações, condições de vida austeras,

poucas dispensas, intimidação pelos insurgentes e, mais importante, a carência duma liderança forte⁶⁵ (Schroden, 2021, p. 24).

Opostamente, os Talibã apresentam-se como um grupo bastante mais coeso que as ANSF. Apesar de por vezes haver tensões entre os seus comandantes, o mesmo tem propósitos claros e objetivos concretos: expulsar os ‘infiéis e apostatas’: as forças aliadas, os governos ocidentalizados da IRA e os SGs que consideram traidores à *Pashtunwali* – e implementar a *Sharia* sobre uma vertente principalmente sunita da religião islâmica. Adicionalmente, apesar dos seus fundos serem substancialmente mais baixos que os das ANSF os mesmos apresentam mais fontes de rendimento, que lhes conferem anualmente um orçamento entre os \$300 e \$1.600 milhões. Pois, ao contrário das ANSF que auferem ≈ 90% dos seus rendimentos de organizações internacionais e os restantes do apoio governamental, os Talibã auferem das taxas cobradas pelo contrabando de droga – especialmente opiáceos, haxixe e metanfetaminas cristalizada –; pelo uso do seu território para fins agrícolas/industriais ou construção de infraestruturas; extorsão, resgates e doações privadas – incluindo de criptomonedas (Wolf, 2021) – e também da IRP (ver secção 3.3.). No entanto, nos últimos anos o seu financiamento tem provindo principalmente da mineração ilegal: pedras preciosas, talco e minerais raros, a partir do qual lucram por ano ≈ \$400 milhões (Schroden, 2021, p. 21). Acerca desta última fonte de rendimento o recente foco do grupo neste negócio não seria de surpreender, tendo em conta que ao contrário do Uzbequistão e do Turquemenistão o Afeganistão não aufere consideravelmente de combustíveis fósseis (ver Figura 8, p. 59). Porém, no seu subsolo existem depósitos minerais que lhe atribuem bastante valor em termos de riqueza geológica – especialmente em minério de ferro estratificado (ver Mapa 4 do Anexo 3, p. 114) usado por exemplo como matéria-prima no fabrico de aço. O valor total desta riqueza é estimado entre \$1 e \$3 triliões (Dorani, 2019, p. 187). Por fim, é também necessário mencionar que a estes se acrescentam os recursos bélicos conseguidos com os ataques a postos das ANSF; acumulando no seu inventário

“veículos blindados, aparelhos de visão noturna, armas ocidentais, designadores laser e outras óticas avançadas. E enquanto os Talibã têm usado *drones* comerciais na vigilância aérea há anos, apenas recentemente os têm usado como arma nos ataques contras as posições das ANSF”⁶⁶ (Schroden, 2021, p. 21).

⁶⁵ Relativamente aos Comandos, talvez o que mais contribuiu para o seu elevado desempenho tenha sido o reduzido número dos mesmos, o que em termos de logística torna-se mais acessível para instruir.

⁶⁶ Tradução do autor. No original: “armored vehicles, night-vision devices, Western rifles, laser designators, and advanced optics. And while the Taliban have been using commercial drones to conduct aerial surveillance for years, they have only recently begun routinely weaponizing them for attacks against ANDSF positions.”

Portanto, tendo em consideração estes fatores, os resultados mostram que empiricamente tenhamos dum lado umas ANSF substancialmente mais fracas, menos numerosas e mais desmotivadas onde predominam vários problemas estruturais que afetam significativamente o seu desempenho, e do outro tenhamos um grupo coeso que apesar de menos tecnológico é mais numeroso que o previsto, menos dispendioso e mais motivado para combater e morrer pelas suas causas. Por estes motivos não será de admirar que a ofensiva talibã não durasse muito tempo, desenrolando-se entre os dias 01/05/2021 e 18/08/2021. Sendo que, no final do primeiro mês já era possível ter uma ideia relativamente à sua estratégia para reconquistar a IRA.

A Figura 9 alusiva ao dia 31/05, atendendo ao território talibã (a cinzento-claro) e aos territórios em disputa (a verde-claro), revela que os mesmos começaram por tomar controlo da maior parte das zonas rurais. Circundaram os centros urbanos usando posteriormente a tática de atrito de forma a exaurirem os adversários. Enquanto isto concentraram-se também em tomar controlo do acesso a importantes postos fronteiriços (círculos azuis), dificultando desta forma o reabastecimento dos inimigos e qualquer ajuda provinda dos países vizinhos. Porém, o principal ponto estratégico (elipse vermelha) foi a tomada dos

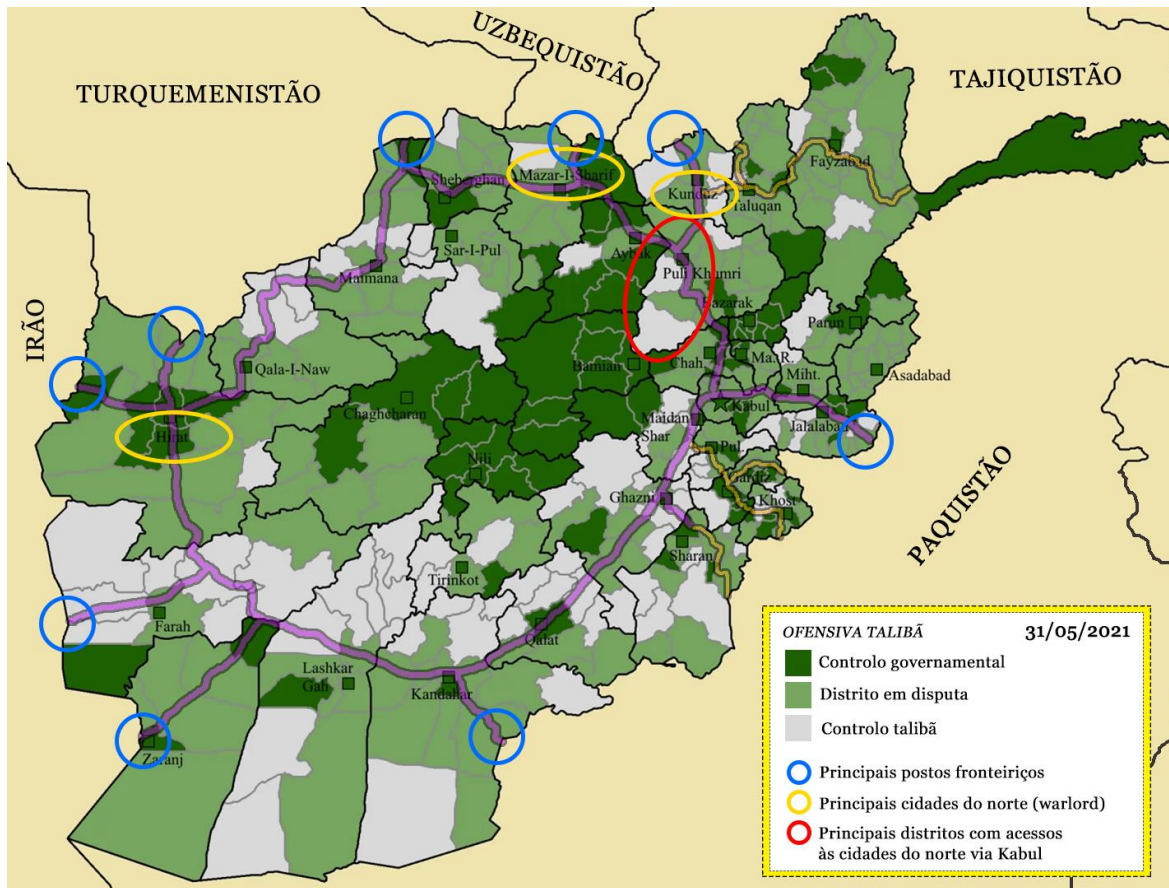


Figura 9 – Mapa da Ofensiva talibã com os distritos, a “Ring-road” e suas principais vias, 31/05/2021
 Fonte: Desenhada pelo autor, com recurso ao vídeo de *EmperorTigerstar*, min. 0:28.
<https://www.youtube.com/watch?v=Y9N6L5mT9W8>

distritos ocidentais da província de Baghlan, pois os mesmos concedem acesso às principais estradas que conectam Kabul às principais cidades do Norte, na altura maioritariamente sob influência *warlord* (elipses amarelas) – um objetivo que já tinham conseguido antes do começo da operação nas estradas a Sudeste do país em Farah. Contudo, após o controlo de Kabul e o consequente fim oficial da IRA no dia 15/08, não foi nos três dias seguintes que os mesmos conseguiram tomar controlo da totalidade do território da IRA. Pois, para além de alguns distritos no Centro do país, a única província que se encontrava totalmente fora dos seus domínios era Panjshir. Tendo esta um importante valor simbólico na luta contra os Talibã, a resistência dos restantes ex membros da NA desenrolou-se nas suas montanhas, adiando a total implantação territorial do IEA até 06/09 (Cole & Klippenstein, 2021). A influência *warlord* nestas melícias anti talibã continua a ser o aspeto mais importante das mesmas, pois o principal responsável pela liderança destas é Ahmad Massoud, filho do *Lion of Panjshir*, que posteriormente à queda da IRA entrou em negociações com o ex Vice-Presidente do país Amrullah Saleh e fundou a Frente de Resistência Nacional do Afeganistão (NRF) – a única organização anti talibã afegã que até ao final de 2021 continuava a luta no IEA (Stepanova, 2021, p. 5; Wishnick, 2021, p. 4).

Por fim, um último aspeto a considerar – e que reforça a crítica à administração Biden pela não criação dum acordo de Paz final (ver p. 37) – é a relevância do tratado assinado em Doha em 2020⁶⁷. Pois no mesmo é mencionado que os EUA reduziriam as suas forças para 8.600 operacionais até 135 dias depois da assinatura do tratado (algo que efetivamente fizeram segundo o Gráfico do Apêndice 3) sendo que as restantes juntamente com as aliadas (NATO, ISAF...) retirariam completamente até 9,5 meses após esses 135 dias (ver Anexo 5, p. 120). Este pormenor é importante porque o final deste prazo deu-se no dia 01/05/2021, ou seja, quando os Talibã iniciaram a sua ofensiva. Adicionalmente, e entre vários pontos, ficou estipulado que o grupo não conduziria mais ataques ou ações que pusessem em causa a segurança dos operacionais americanos bem como a das outras forças ocidentais (ver p. 121). Como ato de boa-fé realizou-se uma troca de prisioneiros: 5.000 do IEA por 1.000 da IRA e dos aliados (ver p. 120). Apesar dos parâmetros do contrato terem sido cumpridos, o para. F da 1ª parte (ver p. 121) infere o porquê dos Talibã planearem a ofensiva para este dia, já que “os EUA e seus aliados se iriam abster da ameaça ou uso de força contra a integridade territorial ou independência política do Afeganistão ou interferirem nos seus assuntos domésticos.” (ver p. 121). Foi neste clima de ‘segurança’ caracterizado pela certeza de que não sofreriam retaliações caso não atacassem ocidentais que os mesmos mudaram o foco das suas incursões inteiramente para a luta contra as ANSF e contra os SGs.

⁶⁷ Independentemente da vontade ou não dos aliados assinarem um contrato com os Talibã os mesmos eram um ator importante a considerar se o intuito era a estabilidade da IRA, pois os mesmos em 2020 detinham 25% do território do país.

4.4. O retorno do IEA: começo dum novo estado-nação?

A importância dos Talibã enquanto agente influente no país é inferida no excerto duma entrevista realizada a Khan após a sua rendição e consequente perda de Herat (ver Apêndice 4). Tendo em conta que o mesmo foi preso alguns anos pelo grupo décadas antes e que as suas relações diplomáticas definem-se geralmente pela inimizade, o mesmo justifica a sua decisão com base no extenso período bélico que caracterizou as últimas décadas da história afegã. Na mesma, o SG refere-se aos Talibã como “brothers” (ver p. 107, para. 1) e apela à união nacional entre os vários grupos que compõem o país.

Neste sentido, é pertinente questionar o porquê dos Talibã terem estado dispostos a negociar com Khan durante a ofensiva (Al Jazeera, 2021). Uma possível explicação deve-se à influência que o mesmo detém no Oeste afegão, pois o seu apoio facilitaria o domínio do IEA nesta região, especialmente através da aceitação (ou pelo menos da tolerância) por parte dos habitantes – estes mais leais ao ‘Governador’⁶⁸ que ao governo de Kabul (que aquando da tomada de Herat governaria apenas *de facto* a IRA mais 3 dias...). Da perspetiva de Khan o mesmo poderia continuar a exercer esta mesma influência, colocar um ponto final num período bélico que durava há mais de meio século e focar-se em criar soluções para resolver problemas concretos como a pobreza e o desemprego; ao mesmo tempo que deixaria de ser perçecionado pelos Talibã como um agente ocidental ao criticar a dependência que o país tinha dos “estrangeiros” (ver Apêndice 4, p. 107, para. 5). Seguidamente a Herat, uns dias depois, Mazar-i-Sharif e as provinciais do Norte foram também tomadas pelo grupo, o que obrigou Dostum e Noor a refugiarem-se no Uzbequistão. Porém, ao contrário do Khan, os mesmos não se mostraram recetivos do IEA e fundaram uma aliança política sob o nome de *Supreme Council of National Resistance of the Islamic Republic of Afghanistan* – em oposição ao atual regime talibã. Se incluirmos a iniciativa militar NRF de Ahmad Massoud, então o que temos são três perspetivas diferentes entre os SGs relativamente à mesma questão: o retorno do IEA. O que por sua vez mostra a heterogeneidade destes face aos mesmos desafios.

Apesar do IEA não ter sido reconhecido (até final de 2021) por nenhum estado-nação os mesmos têm procurado através da via diplomática uma aproximação com os seus vizinhos, especialmente o Irão e o Paquistão (Atyni & Mehsud, 2021; PressTV, 2021). Dos pontos de vista iraniano e paquistanês é de todo importante que a situação se estabilize o mais rapidamente possível, pois tendo em consideração a consequente crise humanitária é espectável que milhões de afegãos deixem o país no primeiro semestre de 2022. Uma

⁶⁸ Curiosamente, para se referir a Khan o tradutor Sueil disse-me que ele não era reconhecido na IRA como SG mas sim como ‘Governador’ (استاندار). O que por sua vez reforça o seu papel já discutido (ver subsecção 4.1.3.) de *Amir* de Herat.

amostra desta deu-se até final de 2021 quando no Irão já tinham sido contabilizados 300.000 refugiados afegãos (PressTV, 2021, para. 11). Relativamente à sua política interna e tendo em conta meramente fatores étnicos, há dois pontos de partida que podem ser tomados. Caso esta se mantenha inalterável do seu domínio entre 1996 e 2001 então antecipa-se que para além da cimentação do chauvinismo pashtum seja enfatizada sobretudo a hostilização da minoria hazara, pois juntamente com os SGs esta fez parte dos principais inimigos internos do IEA entre 1996 e 2001. Contudo, caso haja uma abordagem mais focada na união nacional – partilhada por Khan – então é possível considerar que no IEA haja um foco maior na construção duma nação cimentada pela partilha da religião islâmica – caracterizada por tensões menores entre os fiéis da vertente sunita e xiita. Relativamente aos EUA, Biden foi rapidamente confrontado para efetivar a nomeação dos Talibã como um grupo terrorista (Cole & Klippenstein, 2021, para. 11), porém, como já foi visto, a tomada desta decisão poderá trazer repercussões ao invés de benefícios (ver p. 1, n. 1).

Por fim, é pertinente mencionar que relativamente à guerra mais longa da história americana, Rumsfeld em 2003 num telegrama enviado ao seu *aide* Steve Cambone já tinha dúvidas sobre “quem os maus da fita eram” (ver Anexo 4.4.). Uma realidade que se mantinha também após 10 meses do começo da OFS, constatável na entrevista realizada ao Embaixador Richard Boucher (SIGAR, 2015, p. 1). Porém, no contexto da presente Dissertação e relativamente ao Afeganistão a sua observação mais interessante foi a de que

“o único tempo em que este país . . . funcionava propriamente foi quando era uma piscina flutuante de tribos e SGs presidida por alguém que tivesse alguma iminência; que fosse capaz de centralizá-los de forma que não combatessem muito entre eles. Eu penso que esta ideia de que fomos a pensar que isto se tornaria um governo estatal como os EUA ou algo parecido estava simplesmente errada, e foi o que nos condenou a 15 anos de guerra em vez de 2 ou 3.”⁶⁹ (p. 2)

Curiosamente, no excerto da entrevista à TJ News, quando foi pedido o comentário a Khan sobre muitas pessoas não gostarem dos Talibã (ver Apêndice 4, p. 107, para. 4) o mesmo disse que “o mundo não é honesto relativamente ao Afeganistão, e se esta honestidade mundial existisse não teríamos nesta situação após 20 anos de presença externa no

⁶⁹ Tradução do autor. No original: “The only time this country [Afghanistan] has worked properly was when it was a floating pool of tribes and warlords presided over by someone who had a certain eminence who was able to centralize them to the extent that they didn't fight each other too much. I think this idea that we went in with that this was going to become a state government like a U.S. state or something like that was just wrong and is what condemned us to 15 years of war instead of 2 or 3.”

Afeganistão”⁷⁰ (para. 5). Neste sentido, uma interpretação dos comentários do Embaixador e do SG infere um aspeto essencial que não foi suficientemente considerado no que diz respeito à questão afegã: a incompatibilidade do modelo governativo ocidental neste contexto deve-se às profundas diferenças socio-históricas que estão na base do atual IEA. Que se traduzem, por exemplo na valorização das legitimidades carismática e tradicional ao invés da racional; na lealdade tribal e religiosa, ao invés da cor política; e na maior importância concedida ao coletivo ao invés do indivíduo (Barfield, 2010). Ou seja, uma realidade em que é preciso considerar outros agentes *ultra* aparato político, e com estes exercer a diplomacia nacional e internacional – agentes como os SGs.

⁷⁰ Tradução do autor. No original: “the world has no honesty towards Afghanistan, and if this honesty from the world existed towards Afghanistan, we would not be in this situation after 20 years of foreign presence in Afghanistan”.

Considerações finais

Um aspeto transversal à política internacional moderna é que a estabilidade de qualquer governo assenta na monopolização da violência num dado território. Sendo o estado símbolo da autoridade máxima não há sobre ele qualquer poder ou instituição, seja esta secular ou não. Neste sentido, a única maneira duma entidade assim funcionar – para além do controlo tirânico – é através da habilidade deste mesmo estado em persuadir a maioria dos cidadãos da sua competência, e de que tanto as suas administrações como instituições trabalham coletivamente para o bem da maioria da população que nele habita.

A esta habilidade o sociólogo Max Weber denominou de ‘Legitimação’; explicando que no momento que a confiança estatal se erode a estabilidade governamental iria viver uma situação de crise. Foi neste clima caracterizado pela crise de legitimidade que a IRA se encontrou. A sua dependência de vários agentes para a gestão das suas instituições, a ausência duma autoridade central onde o poder residisse inequivocamente, e as lealdades ‘além estado’ partilhadas pela sociedade civil minaram as suas bases tecnocratas ocidentais. Fazendo os SGs parte destes mesmos agentes, estes homens contribuíram para a crise de legitimação que viria a definir os governos de Karzai e Ghani. Concentrando em si poder institucional e não institucional os mesmos aliaram a sua legitimidade tradicional e carismática à legitimidade burocrática que a proximidade com as instituições governamentais lhes permitiu; desta forma adaptando-se a uma realidade caracterizada por um modelo governativo que pouco tinha a haver com a sociedade afegã. Adicionalmente, à incompatibilidade deste modelo no Afeganistão, acrescenta-se a particularidade de que as próprias fronteiras atuais do país são vistas pelos seus habitantes como legado da colonização europeia dos séculos XVIII e XIX (Hopkins, 2008, pp. 11-12)⁷¹.

Apesar destas características transmitirem uma ideia pessimista face à Ocidentalização do atual IEA, a ausência dum estado-nação não deve ser encarada como um problema no contexto afegão assim como a sua democratização. Pois as mesmas não invalidam que possa haver relações diplomáticas com o IEA, mas sim que o propósito dessas mesmas não seja colocado nestes objetivos. Ou seja, é indispensável perceber que a implementação duma cultura estatal equiparável à das democracias ocidentais não será uma solução viável num país cuja noção de *statehood* não esteja enraizada na sua história, já que “clãs e tribos locais têm sido tradicionalmente os decisores importantes. . . . De acordo

⁷¹ Talvez o melhor exemplo desta seja a própria DL, cuja criação está maioritariamente associada ao diplomata anglo-indiano Sir Henry Mortimer Durand em 1893. Com objetivo principal de demarcar o limite da esfera de influências do Império Britânico no Centro-sul asiático, concretamente a noroeste.

com este argumento, focar-nos na instabilidade estatal é um erro, porque as sociedades e economias podem funcionar na ausência de estados”⁷² (Marten, 2007, p. 42).

Adicionalmente, já que durante a IRA um dos principais intuitos do processo de Ocidentalização foi a coesão nacional do país, então dum ponto de vista estratégico a realização de incursões militares compostas por várias dezenas de milhares de operacionais (ver Gráfico do Apêndice 3) foi um movimento arriscado. Pois, em vez desta mesma hipotética coesão advir da lealdade da sociedade civil para com o Governo central resultou antes da sensação de ameaça externa devido à presença das mesmas. Um aspeto que foi bastante explorado pelos Talibã e que no final contribuiu para lhes conceder legitimidade superior a todos os outros agentes – estatais e não estatais – envolvidos na IRA.

Relativamente ao papel dos SGs, apesar dos mesmos fazerem parte dum contexto caracterizado pela elevada instabilidade estatal, é preciso considerar que, e dum ponto de vista pragmático, estes mesmos poderão ser importantes enquanto intermediários entre os Talibã e os diplomatas ocidentais, por forma a amenizar a situação no IEA. Porém, esta situação apenas se concretizará caso a comunidade internacional encare o grupo como o agente principal responsável pelo território afegão, estando o ‘bem-estar’ da sua população inevitavelmente dependente deste. Pois, caso a principal intenção do Ocidente seja a expulsão dos Talibã e um retorno dum aparato estatal semelhante à IRA então os SGs serão úteis enquanto alavancagem dos interesses doutros países. Contudo, dois aspetos fundamentais que procurei explorar nesta investigação e que influenciam bastante estas duas visões foram: a autonomia dos SGs enquanto agentes que priorizam os seus próprios interesses e ambições; e também como os estados são uma mais-valia para a sua influência. Por estes motivos, é essencial saber o que pretendem relativamente ao IEA a longo prazo⁷³ e também como os países adjacentes a este poderão ter um papel ainda mais relevante para estes homens. Já que, dada a perda de influência dos EUA e do UK no Centro-sul asiático estes mesmos países poderão vir-lhes a ser mais úteis.

Apesar de reconhecer que os SGs ao contrário de 2001 não terem nenhum domínio no IEA, o que mina bastante a sua influência regional, não é por isso que terão menos relevância nele. Uma vez que há aspetos a considerar em futuras investigações que não foram foco na presente Dissertação: os SGs pashtuns e os SGs pró talibã. Pois, como ficou explicito houve um foco inteiramente colocado nos SGs anti talibã e pertencentes a minorias étnicas da IRA. Assim sendo, investigações que enfatizem estes últimos juntamente com

⁷² Tradução do autor. No original: “Local clans or tribes have traditionally been the important decisionmakers. [...] According to this argument, focusing on state breakdown is a mistake, because societies and economies can function in the absence of states [...]”

⁷³ Apesar de na secção 4.4. mencionar-se sucintamente a visão destes face ao IEA, a mesma apenas a encara como reação à rápida vitória talibã e consequentemente à perda dos seus domínios. Por este motivo, a médio-longo prazo recomenda-se uma reavaliação às suas intenções.

outras que visem perceber os interesses geoestratégicos do IEA a médio-longo prazo seriam um complemento significativo de forma a compreender melhor não só a presente situação vivida no Centro-sul asiático, mas também delinear hipotéticos futuros para o mesmo.

Adicionalmente, há também várias temáticas que podem ser aprofundadamente exploradas. Por exemplo, acerca dos quatro SGs trabalhados não foram mencionados mais aspetos concretos acerca dos mesmos devido às intenções do presente trabalho centrarem-se numa análise geral a cada um deles, e não numa investigação minuciosa (ver **Introdução**). Neste sentido, será também uma mais-valia em futuros projetos abordar cada um deles especificamente e, preferencialmente, com mais dados mensuráveis: os ganhos com os seus negócios (lícitos ou não...); as medidas concretas das suas políticas e que resultados concretos estas obtiveram; quantos homens lideram; que encontros diplomáticos tiveram, com que atores e o que neles negociaram; qual a relação destes com a IRP e os outros países adjacentes ao IEA; como lidaram com cada uma das administrações americanas e também – no âmbito nacional – com as de Karzai e Ghani...

Por fim, e a título pessoal, a realização desta Dissertação permitiu-me sair da zona de conforto. Nela sobrepuja a necessidade de explorar um acontecimento recente ao invés de trabalhar um dos meus temas prediletos das RI. Pois, não tendo eu até ao final de 2021 o mesmo interesse e conhecimento acerca do Afeganistão decidi explorar um evento que há dois anos estava no centro da mediatização internacional. No início da investigação os SGs afegãos ainda estavam longe de ser o meu foco de trabalho, porém, à medida que ia investigando, estes homens assumiam uma presença crescente no conflito, o que me levou a atentar principalmente neles. Um foco reforçado também pela sua pouca presença na literatura nacional – incluindo noutras Dissertações. Acredito também que com o presente trabalho, a longo prazo, esta temática vá ganhando contornos cada vez menos exóticos estando gradualmente mais presente nos trabalhos nacionais acerca das RI.

Bibliografia

Artigos (44 referências)

1. AFRIDI, M. K., YOUSAFI, M., & AHMAD, M. (2015). Power Interest And Rivalry of Major Powers (United States, Russia And China) In Central Asia. *FWU Journal of Social Sciences*, 1(2), 25–36. http://www.sbbwu.edu.pk/journal/special_issue/Special_Issue_Winter_2015-16.pdf
2. AFTAB, L. (2021). Implication of Taliban’s Recent Relationship with Neighboring Countries and Its Impact on the Current Peace Process. *International Journal of Law and Political Sciences*, 15(12), 990–993. <https://publications.waset.org/10012343/implication-of-talibans-recent-relationship-with-neighboring-countries-and-its-impact-on-the-current-peace-process>
3. AFZAL, O. M. (2021). The US State-Building Failure in Afghanistan. *European Scientific Journal*, 17(33), 27–42. <https://doi.org/10.19044/esj.2021.v17n33p27>
4. AL-RAWASHDEH, M. S., & AL-MAJALI, S. A. (2017). The phenomenon of International Conflict in International Relations. *International Journal of Social Sciences and Humanities Invention*, 4(5), 3488–3502. <https://doi.org/10.18535/ijsshi/v4i5.05>
5. AMINI, M., & ARIFANI, D. (2021). The Taliban & Afghanistan: Conflict & Peace in International Law Perspective. *International Journal of Law Reconstruction*, 5(2), 306–316. <http://dx.doi.org/10.26532/ijlr.v5i2.17704>
6. ATEŞ, B. (2014). Afghan National Army Challenge with Attrition: A Comparative Analysis. *Journal of Security Strategies*, 10(19), 167–194. <https://dergipark.org.tr/en/pub/guvenlikstrjtj/issue/7524/99149>
7. AZAMI, A. S. (2021). Warlords, the United States, and the state of anarchy in Afghanistan. *Central European Journal of Politics*, 7(1), 46–75. https://doi.org/10.24132/cejop_2021_1
8. AZHAR, M. M., WARIS, M., SHAN, A. S., BASIT, A., & RAFIQUE, Z.-H. (2021). US-Taliban Peace Talks: Challenges and Opportunities. *Humanities & Social Sciences Reviews*, 9(2), 314–324. <https://doi.org/10.18510/hssr.2021.9231>

9. BAHAR, H. M. (2020). Social media and disinformation in war propaganda: how Afghan government and the Taliban use Twitter. *Media Asia*, 47(1–2), 34–46. <https://doi.org/10.1080/01296612.2020.1822634>
10. BAHAR, H. M. (2021). Afghanistan and Pakistan Relations: What Issues Matter. *Kardan Journal of Social Sciences and Humanities*, 4(1), 1–18. <https://doi.org/10.31841/kjssh.2021.1>
11. BEGUM, I. (2019). Afghanistan: A Tribal Confederation to Modern State Social responses to Modernity. *Journal of the Pakistan Historical Society*, 67(3), 39–55. <https://www.phs.com.pk/index.php/phs/article/view/38>
12. BERENGUER-LÓPEZ, F. (2018). The blunders in the western cross-cutting policies in Afghanistan: The opium economy as a case of study. *UNISCI Journal*, 47, 177–208. <https://doi.org/10.31439/UNISCI-8>
13. BILLAUD, J. (2012). The Making of Modern Afghanistan: Reconstruction, Transnational Governance and Gender Politics in the New Islamic Republic. *Anthropology of the Middle East*, 7(1), 18–37. <https://doi.org/10.3167/ame.2012.070103>
14. De LAURI, A., & SUHRKE, A. (2021). Armed governance: the case of the CIA-supported Afghan militias. *Small Wars and Insurgencies*, 32(3), 490–508. <https://doi.org/10.1080/09592318.2020.1777618>
15. DIETL, G. (2004). War, Peace and the Warlords: The Case of Ismail Khan of Herat in Afghanistan. *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, 3(2 & 3), 41–66. <https://dergipark.org.tr/en/pub/alternatives/issue/1714/21008>
16. GALDO, V., ACEVEDO, G. L., & RAMA, M. (2021). Conflict and the composition of economic activity in Afghanistan. *IZA Journal of Development and Migration*, 12(10), 1–23. <https://doi.org/10.2478/izajodm-2021-0010>
17. GIL, G. (2017). The Obama Administration's State-Building in Afghanistan. *TEKA of Political Science and International Relations*, 12(2), 85–103. <https://journals.umcs.pl/teka/article/view/7855/5613>
18. GINTY, R. M. (2010). Warlords and the liberal peace: state-building in Afghanistan. *Conflict, Security and Development*, 10(4), 577–598. <https://doi.org/10.1080/14678802.2010.500548>

19. GIUSTOZZI, A. (2009). The Afghan National Army: Unwarranted Hope? *RUSI Journal*, 154(6), 36–42. <https://doi.org/10.1080/03071840903532882>
20. GUL, A., IMRAN, S., KHAN, A., HASHMI, J. H., FAROOQ, H., HAIDER, S. A., & KHAN, M. (2022). Rethinking US-Taliban War in Afghanistan and Its Impact on Pakistan [Special issue]. *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, 25(2), 1–14. <https://www.abacademies.org/articles/rethinking-ustaliban-war-in-afghanistan-and-its-impact-on-pakistan.pdf>
21. HOFFMAN, B., & WARE, J. (2021). Terrorism and Counterterrorism Challenges for the Biden Administration. *CTC Sentinel*, 14(1), 1–12. <https://ctc.usma.edu/afghanistans-security-forces-versus-the-taliban-a-net-assessment/>
22. HOFMANN, C., & SCHNECKENER, U. (2011). Engaging non-state armed actors in state- and peace-building: options and strategies. *International Review of the Red Cross*, 93(883), 603–621. <https://doi.org/10.1017/S1816383112000148>
23. JOHNSON, T. H., & WAHEED, A. (2011). Analyzing Taliban taranas (chants): an effective Afghan propaganda artifact. *Small Wars and Insurgencies*, 22(1), 3–31. <https://doi.org/10.1080/09592318.2011.546572>
24. KAYANI, S. A., & MALIK, S. ur R. (2015). Afghanistan and Central Asian States (Turkmenistan, Uzbekistan and Tajikistan): Post 2014. *FWU Journal of Social Sciences*, 1(2), 44–56. http://www.sbbwu.edu.pk/journal/special_issue/Special_Issue_Winter_2015-16.pdf
25. KHALDI, K. (2017). Quantitative, Qualitative or Mixed Research: Which Research Paradigm to Use? *Journal of Educational and Social Research*, 7(2), 15–24. <https://doi.org/10.5901/jesr.2017.v7n2p15>
26. KHAN, M. A., & HUSSAIN, S. (2015). Withdrawal of US led-troops from Afghanistan: implications for Pakistan. *FWU Journal of Social Sciences*, 1(2), 96–103. http://www.sbbwu.edu.pk/journal/special_issue/Special_Issue_Winter_2015-16.pdf
27. LIEVEN, A. (2021). An Afghan Tragedy: The Pashtuns, the Taliban and the State. *Survival*, 63(3), 7–36. <https://doi.org/10.1080/00396338.2021.1930403>

28. MANSFIELD, D. (2019). On the Frontiers of Development: Illicit Poppy and the Transformation of the Deserts of Southwest Afghanistan. *Journal of Illicit Economies and Development*, 1(3), 330–345. <https://doi.org/10.31389/jied.46>
29. MARTEN, K. (2007). Warlordism in Comparative Perspective. *International Security*, 31(3), 41–73. <https://doi.org/10.1162/isec.2007.31.3.41>
30. McCORMICK, G. H., & FRITZ, L. (2009). The Logic of Warlord Politics. *Third World Quarterly*, 30(1), 81–112. <https://doi.org/10.1080/01436590802622391>
31. OZDEMIR, E. (2018). Deteriorating Proximity between Liberal Peacebuilding and Counterinsurgency: Warlordism and Corruption in Afghanistan. *Interventions*, 21(2), 188–218. <https://doi.org/10.1080/1369801X.2018.1487321>
32. PECENY, M., & BOSIN, Y. (2011). Winning with warlords in Afghanistan. *Small Wars and Insurgencies*, 22(4), 603–618. <https://doi.org/10.1080/09592318.2011.599166>
33. RADNITZ, S. (2004). Working with the Warlords: Designing an ethnofederal system for Afghanistan. *Regional and Federal Studies*, 14(4), 513–537. <https://doi.org/10.1080/1359756042000315478>
34. SAIMA, T. (2019). Geopolitics of International Relations, Ethnic Polarization and Internal Conflict. *SocioEconomic Challenges*, 3(4), 25–38. [https://doi.org/10.21272/sec.3\(4\).25-38.2019](https://doi.org/10.21272/sec.3(4).25-38.2019)
35. SCHRODEN, J. (2021). Afghanistan’s Security Forces Versus the Taliban: A Net Assessment. *CTC Sentinel*, 14(1), 20–29. <https://ctc.usma.edu/afghanistans-security-forces-versus-the-taliban-a-net-assessment/>
36. SOUSA, R. R. P. (2016). Greed, grievance, leadership and external interventions in the initiation and intensification of the civil war in Angola. *JANUS.NET e-Journal of International Relations*, 7(1), 73–95. https://www.researchgate.net/publication/303766846_Greed_grievance_leadership_and_external_interventions_in_the_initiation_and_intensification_of_the_civil_war_in_Angola

37. SRIDHARAN, E. (2005). International Relations Theory and the India–Pakistan Conflict. *India Review*, 4(2), 103–[1]. <https://doi.org/10.1080/14736480500225582>
38. STANSKI, K. (2009). “So these folks are aggressive”: An orientalist reading of “Afghan Warlords.” *Security Dialogue*, 40(1), 73–94. <https://doi.org/10.1177/0967010608100848>
39. STEPANOVA, E. (2012). Illicit Drugs and Insurgency in Afghanistan. *Perspectives on Terrorism*, 6(2), 4–18. <https://www.jstor.org/stable/26298564>
40. STRAND, A., & SUHRKE, A. (2021). Quiet Engagement with the Taliban. *Survival*, 63(5), 35–46. <https://doi.org/10.1080/00396338.2021.1982196>
41. TARIQ, M., KHAN, A., & KHAN, B. (2019). Pakistans Security Dilemma with Afghanistan and India. *Global Political Review*, 4(4), 70–77. [https://doi.org/10.31703/gpr.2019\(IV-IV\).08](https://doi.org/10.31703/gpr.2019(IV-IV).08)
42. WANTCHEKON, L. (2004). The Paradox of “Warlord” Democracy: A Theoretical Investigation. *American Political Science Review*, 98(1), 17–33. <https://doi.org/10.1017/S0003055404000978>
43. WILLIAMS, B. G. (2008). Dostum: Afghanistan’s Embattled Warlord. *Terrorism Monitor*, 6(8), 1–4. https://www.cia.gov/library/abbottabad-compound/05/05D6062E1797787DoCED32BC30B60060_TM_006_008.pdf
44. ZAIDI, S. M. A. (2008). The New Taliban Warlords and Organization. *Defence Against Terrorism Review*, 1(2), 67–88. https://www.academia.edu/3478664/The_new_Taliban_warlords_and_organization

Bases de Dados (2 referências)

45. DAVIES, S., PETTERSSON, T., & ÖBERG, M. (2023a). Organized violence 1989–2022, and the return of conflict between states. *Journal of Peace Research* 60(4). <https://ucdp.uu.se/downloads/index.html#nonstate>

46. DAVIES, S., PETTERSSON, T., & ÖBERG, M. (2023b). Organized violence 1989-2022, and the return of conflict between states. *Journal of Peace Research* 60(4). <https://ucdp.uu.se/downloads/index.html#armedconflict>

Documentos Oficiais (19 referências)

47. Comparative Constitutions Project. (2022, April 27). *Afghanistan's Constitution of 2004*. https://www.constituteproject.org/constitution/Afghanistan_2004.pdf?lang=en
48. EIKENBERRY, K. (2009a, November 6). [Cable from Ambassador Karl Eikenberry to Secretary of State Hillary Clinton], Cable 3572 [with subject "COIN Strategy: Civilian Concerns"], National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24561-u-s-embassy-kabul-cable-3572-subject-coin-strategy-civilian-concerns-november-6-2009>
49. EIKENBERRY, K. (2009b, November 9). [Cable from Ambassador Karl Eikenberry to Secretary of State Hillary Clinton], Cable 3594 [with subject "Looking Beyond Counterinsurgency in Afghanistan"], National Security Archive, Washington, <https://nsarchive.gwu.edu/document/24562-u-s-embassy-kabul-cable-3594-subject-looking-beyond-counterinsurgency-afghanistan>
50. McCAFFREY, B. (2006, June 3). [Report by General McCaffrey attached in a Memo from Secretary of Defense Donald Rumsfeld to General Peter Pace, on June 15], pp. 1-9, National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24558-office-secretary-defense-donald-rumsfeld-snowflake-gen-pete-pace-chairman-joint>
51. McCHRISTAL, S. A. (2009, August 30). [Commander's initial Assessment by General McChrystal to Secretary of Defense Robert Gates], National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24560-headquarters-international-security-assistance-force-kabul-afghanistan-gen-stanley>
52. NEUMANN, R. (2005, September 15). [Cable from Ambassador Robert Neumann], Cable 003681 [with subject "Confronting Afghanistan's Corruption Crisis"], National Security Archive, Washington, U.S.A.

<https://nsarchive.gwu.edu/document/24555-u-s-embassy-kabul-cable-003681-subject-confronting-afghanistan-s-corruption-crisis>

53. NEUMANN, R. (2006a, February 21). [Cable from Ambassador Robert Neumann], Cable 000746 [with subject “Policy on Track, But Violence Will Rise”], National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24557-u-s-embassy-kabul-cable-000746-subject-policy-track-violence-will-rise-february-21>
54. NEUMANN, R. (2006b, August 29). [Cable from Ambassador Robert Neumann], Cable 003863 [with subject “Afghanistan: Where We Stand and What We Need”], National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24559-u-s-embassy-kabul-cable-003863-subject-afghanistan-where-we-stand-and-what-we-need>
55. PARDO-MAURER, R. (2002, August 15). [Email by Roger Pardo-Maurer – a Commando team member – asked by Secretary of Defense Donald Rumsfeld to Larry Di Rita – policy advisor, on September 13 at 2:26 PM], 11-L-0559/OSD/8678-8691. Donald Rumsfeld Snowflakes Litigation Release, Fourth Release Bates 8013-8829, p. 660-679. Washington Headquarters Services, U.S.A. https://www.esd.whs.mil/FOIA/Donald_Rumsfeld_Snowflakes_Litigation_Release/
56. RUMSFELD, D. (2001, October 30). [“U.S. Strategy in Afghanistan” attached in a Memo from Secretary of Defense Donald Rumsfeld to Doug Feith – policy advisor, at 2:51 PM], 09-M-2216, National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24546-office-secretary-defense-donald-rumsfeld-snowflake-douglas-feith-strategy-october-30>
57. RUMSFELD, D. (2002c, August 20). [Memo from Secretary of Defense Donald Rumsfeld to President George W. Bush, at 3:44 PM], National Security Archive, Washington, U.S.A. <https://nsarchive.gwu.edu/document/24551-office-secretary-defense-donald-rumsfeld-memo-president-george-w-bush-subject>
58. RUMSFELD, D. (2005, February 23). [Memo from Secretary of Defense Donald Rumsfeld to Condoleezza Rice – Secretary of State], pp. 11-L-0559/OSD/47519-47521, National Security Archive, Washington, U.S.A.

<https://nsarchive.gwu.edu/document/24554-office-secretary-defense-donald-rumsfeld-memo-secretary-state-condoleezza-rice>

59. Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction (SIGAR). (2015, October 15). “Interview Ambassador Richard Boucher, former Assistant Secretary of State for South and Central Asian Affairs”, LL-01 – Strategy and Planning (LL-01-b9).
https://www.washingtonpost.com/graphics/2019/investigations/afghanistan-papers/documents-database/?document=boucher_richard_ll_01_b9_10152015
60. United Nations. Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice (24 October 1945), 1 UNTS XVI.
<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>
61. United Nations Security Council (UNSC) [“Afghan Peace Accord” and “Division of Powers” attached in a Letter dated 17 March 1993 from the Charge D'affaires A.I. of the Permanent Mission of Afghanistan to the United Nations addressed to the Secretary-General] (19 March 1993) UN Doc S/25435.
<https://digitallibrary.un.org/record/164801?ln=en>
62. United Nations Security Council (UNSC) [“Tashkent Declaration on Fundamental Principles for a Peaceful Settlement of the Conflict in Afghanistan” attached in Letter dated 20 July 1999 from the Permanent Representative of Uzbekistan to the United Nations addressed to the Secretary-General] (22 July 1999) UN Docs A/S4/174 and S/1999/812. <https://digitallibrary.un.org/record/276961?ln=en>
63. United Nations Security Council (UNSC) Res 1368 (12 September 2001a) UN Doc S/RES/1368. <https://digitallibrary.un.org/record/448051?ln=en>
64. United Nations Security Council (UNSC) Res 1373 (28 September 2001b) UN Doc S/RES/1373. <https://digitallibrary.un.org/record/449020?ln=en>
65. United Nations Security Council (UNSC) Res 1386 (20 December 2001c) UN Doc S/RES/1386. <https://digitallibrary.un.org/record/454998?ln=en>

Fóruns, Essays & Think-tanks (3 referências)

66. BHARTI, S. S. (2021, December 3). “The 100 Days of Taliban 2.0 Rule in Afghanistan” [Online forum post]. Forum for Global Studies. forumforglobalstudies.com/the-100-days-of-taliban-2-0-rule-in-afghanistan/
67. KHAN, R. (2013, November 6). Was the NATO Invasion of Afghanistan Legal?, *E-International Relations*. <https://www.e-ir.info/2013/11/06/was-the-nato-invasion-of-afghanistan-legal/>
68. WOLF, S. O. (2021, August 26). “Terrorism financing: Crypto-Taliban?” [Commentary No. 217 in an online think-tank]. South Asia Democratic Forum (SADF). <https://doi.org/10.48251/SADF.ISSN.2406-5617.C217>

Livros (38 referências)

69. BARFIELD, T. (2010). Afghanistan: A Cultural and Political History (Vol. 36). In D. F. Eickelman & A. R. Norton (Eds.), *Princeton Studies in Muslim Politics*. Princeton University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctt7sqkc>
70. BRADFORD, J. T. (2019). *Poppies, Politics, and Power: Afghanistan and the Global History of Drugs and Diplomacy*. Cornell University Press. <https://doi.org/10.1515/9781501738340>
71. BUZAN, B., & HANSEN, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511817762>
72. CHAN, S. (1999). The Warlord and Global Order. In P. B. Rich (Ed.), *Warlords in International Relations* (pp. 164–172). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-27688-2_9
73. COOPER, N. (1999). The Arms Trade and Militarized Actors in Internal Conflict. In P. B. Rich (Ed.), *Warlords in International Relations* (pp. 17–37). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-27688-2_2
74. CURINI, L., & FRANZESE, R. (Eds.). (2020). *The SAGE Handbook of Research Methods in Political Science and International Relations*. SAGE. <https://doi.org/10.4135/9781526486387>

75. de GUEVARA, B. B. (2016a). Introduction: Myth and Narrative in International Politics. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 1–11). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_1
76. de GUEVARA, B. B. (2016b). Myth in International Politics: Ideological Delusion and Necessary Fiction. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 15–46). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_2
77. de WIJK, R. (2021). Contributions from the Military Counterinsurgency Literature for the Prevention of Terrorism. In A. P. Schmid (Ed.), *Handbook of Terrorism Prevention and Preparedness* (pp. 114–143). ICCT Press. <https://doi.org/10.19165/2020.6.01>
78. DORANI, S. (2019). *America in Afghanistan: Foreign Policy and Decision Making from Bush to Obama to Trump*. Bloomsbury. <https://doi.org/10.5040/9781788319102>
79. GALL, C. (2014). *The Wrong Enemy: America in Afghanistan, 2001-2014*. Houghton Mifflin Harcourt. <https://archive.org/details/wrongenemyamericooooogall>
80. GALL, S. (2012). *War Against the Taliban: Why it all went wrong in Afghanistan*. Bloomsbury. <https://archive.org/details/waragainstalibaooooogall>
81. GELLER, D. S., & SINGER, J. D. (2000). Nations at war: A scientific study of international conflict (reprinted ed., Vol. 58). In S. Smith (Ed.), *Cambridge Studies in International Relations*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511521713>
82. GOETZE, C. (2016). Warlords and States: A Contemporary Myth of the International System. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 129–146). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_7
83. GOLDSTEIN, J. S., & PEVEHOUSE, J. C. (2014). *International Relations* (10th ed.). Pearson. <https://cesp.vse.cz/wp-content/uploads/page/10371/international-relations-2013-2014-update-10e-joshua-s-goldstein.pdf>

84. HOPKINS, B. D. (2008). The Making of Modern Afghanistan. In R. Drayton & M. Vaughan (Eds.), *Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230228764>

85. HUNTINGTON, S. P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon & Schuster. <https://msuweb.montclair.edu/~lebelp/1993SamuelPHuntingtonTheClashOfCivilizationsAndTheRemakingofWorldOrder.pdf>

86. IBRAHIMI, N., & MALEY, W. (2020). Afghanistan: Politics and Economics in a Globalising State. In A. Ehteshami (Ed.), *The Contemporary Middle East Series*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429453007>

87. JOHNSON, C., & LESLIE, J. (2008). *Afghanistan: The Mirage of Peace* (2nd ed.). Zed Books. <https://doi.org/10.5040/9781350218079>

88. JOHNSON, R. (2012). *The Afghan Way of War: How and Why They Fight*. Oxford University Press. <https://archive.org/details/afghanwayofwarh0000john/mode/2up>

89. JOHNSON, T. H., DuPEE, M., & SHAAKER, W. (2017). *Taliban Narratives: The Use and Power of Stories in the Afghanistan Conflict*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190840600.001.0001>

90. KÜHN, F. P. (2016). Afghanistan and the “Graveyard of Empires”: Blumenberg, Under-complex Analogy and Basic Myths in International Politics. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 147–172). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_8

91. KUHN, T. (1970). The Structure of Scientific Revolution (Vol. 2, No.2). In O. Neurath (Ed.), *International Encyclopedia of Unified Science* (2nd ed.). The University of Chicago Press. <https://www.lri.fr/~mbl/Stanford/CS477/papers/Kuhn-SSR-2ndEd.pdf>

92. LÉBOVIC, J. H. (2019). *Planning to Fail: The US Wars in Vietnam, Iraq and Afghanistan*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190935320.001.0001>

93. LOYN, D. (2021). *The Long War: The Inside Story of America and Afghanistan since 9/11*. St. Martin's Press.
94. MALEJACQ, R. (2019). *Warlord Survival: The Delusion of State Building in Afghanistan*. Cornell University Press. <https://doi.org/10.7591/9781501746437>
95. MALKASIAN, C. (2021). *The American War in Afghanistan: A History*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780197550779.001.0001>
96. MUKHOPADHYAY, D. (2014). *Warlords, Strongman Governors, and the State in Afghanistan*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139161817>
97. MÜLLER, F. (2016). How to Study Myths: Methodological Demands and Discoveries. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 107–126). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_6
98. MÜNCH, S. (2016). Beyond National Policymaking: Conceptions of Myth in Interpretive Policy Analysis and Their Value for IR. In B. B. de Guevara (Ed.), *Myth and Narrative in International Politics: Interpretive Approaches to the Study of IR* (pp. 47–66). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-53752-2_3
99. NOURZHANOV, K., & SAIKAL, A. (2021). *The Spectre of Afghanistan: Security in Central Asia*. Bloomsbury. <https://doi.org/10.5040/9781788317689>
100. RASHID, A. (2001). *Taliban: The Story of the Afghan Warlords* (2nd ed.). Pan Macmillan. <https://archive.org/details/talibanstoryofafo00orash>
101. RICH, P. B. (1999). The Emergence and Significance of Warlordism in International Politics. In P. B. Rich (Ed.), *Warlords in International Relations* (pp. 1–16). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-27688-2_1
102. SITES, K. (2014). *Swimming with Warlords: A Dozen-year journey across the Afghan War*. HarperCollins. <https://archive.org/details/swimmingwithwarl000osite>
103. SOUSA, R. R. P. (2014). Comparing Datasets: Understanding Conceptual Differences in Quantitative Conflict Studies. In H. Hintjens & D. Zarkov (Eds.),

Conflict, Peace, Security and Development - Theories and Methodologies (pp. 216–232). Routledge.

https://www.researchgate.net/publication/267982701_Comparing_Datasets_Understanding_Conceptual_Differences_in_Quantitative_Conflict_Studies

104. TOMSEN, P. (2011). *The Wars of Afghanistan: Messianic Terrorism, Tribal Conflicts, and the Failures of Great Powers*. PublicAffairs. <https://archive.org/details/warsofghanistana000otoms>
105. VOGELSANG, W. (2002). The Afghans. In M. Rossabi (Ed.), *The Peoples of Asia*. Blackwell. <https://archive.org/details/afghansoovoge>
106. WHITLOCK, C. (2021). *The Afghanistan Papers: A Secret History of the War*. Simon & Schuster.

Media (10 referências)

107. AL JAZEERA. (2021, August 13). *Taliban captures Afghan commander Ismail Khan after fall of Herat*. <https://www.aljazeera.com/news/2021/8/13/taliban-capture-afghan-commander-ismail-khan-after-fall-of-herat>
108. ATYNI, B., & MEHSUD, R. (2021, December 17). *Taliban call on OIC to recognize Afghan government at Islamabad meeting*. ARAB NEWS. <https://www.arabnews.com/node/1984931/world>
109. BASIT, A. (2021, February 25). *Pakistan-Afghanistan border fence, a step in the right direction*. Al Jazeera. <https://www.aljazeera.com/opinions/2021/2/25/the-pak-afghan-border-fence-is-a-step-in-the-right-direction>
110. BERLINGER, J., HAYES, M., LENDON, B., MACAYA, M., MAHTANI, M., SAID-MOORHOUSE, L., SANGAL, A., & WAGNER, M. (2021, August 19). *Former NATO commander speaks to CNN about the Taliban's takeover*. Cable News Network (CNN). https://edition.cnn.com/world/live-news/afghanistan-taliban-us-news-08-18-21/h_10d2c797318aff2a0d10497b762164d5
111. BROWN, A. R. (2021, October 10). *How the Taliban won*. *Australian Institute of Internal Affairs*. <https://www.internationalaffairs.org.au/news-item/how-the-taliban-won/>

112. CAMPBELL, J. F. (2015, October 5) Operation Freedom's Sentinel and our continued security investment in Afghanistan., *Army*. https://www.army.mil/article/156517/operation_freedoms_sentinel_and_our_continued_security_investment_in_afghanistan
113. COLE, M., & KLIPPENSTEIN, K. (2021, September 21). Afghan Resistance leaders, long backed by CIA, have fled following Taliban takeover. *The Intercept*. <https://theintercept.com/2021/09/21/afghanistan-taliban-ahmad-massoud-flee/>
114. PARKIN, B. (2021, August 19). Afghanistan: A history of failed foreign occupations. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/aa351a06-29b4-435d-a3fbd87425cee38>
115. PRESSTV. (2021, December 26). *Special envoy: Iran seeks inclusive govt., supports establishment of security, stability in Afghanistan*. <https://www.presstv.ir/Detail/2021/12/26/673434/Iran-seeks-inclusive-govt-supports-security-stability-Afghanistan>
116. REUTERS. (2014, March 25). *Pentagon disapproves of Afghan president's support for Crimea seizure*. <https://www.reuters.com/article/usa-afghanistan-ukraine-idINDEEA2O00L20140325>

Memorandos (4 referências)

117. BATOOL, F. (2021, April 14). *Peace through Democracy: The Role of Pakistani Political Parties in Afghanistan's Future* (Policy memo). STIMSON Center. <https://www.stimson.org/2021/peace-through-democracy-the-role-of-pakistani-political-parties-in-afghanistans-future/>
118. STEPANOVA, E. (2021⁷⁴, November 22). *Russia's Approach to Afghanistan Following the Taliban Takeover* (Policy memo No. 724). Program on New Approaches to Research and Security in Eurasia (PONARS Eurasia). <https://www.ponarseurasia.org/russias-approach-to-afghanistan-following-the-taliban-takeover/>

⁷⁴ A versão PDF aparece com a data errada: “2012” em vez de “2021”, no entanto, no site da PONARS (para onde o link redireciona) aparece a data correta.

119. SULLIVAN, C. J. (2015, September 4). *The Coming Fall of Kabul* (Policy memo No. 386). Program on New Approaches to Research and Security in Eurasia (PONARS Eurasia). <https://www.ponarseurasia.org/the-coming-fall-of-kabul/>
120. WISHNICK, E. (2021, November 1). *The Collapse of the Afghan Government Provides a Challenge for China and Russia, Not a Windfall* (Policy memo No. 718). Program on New Approaches to Research and Security in Eurasia (PONARS Eurasia). <https://www.ponarseurasia.org/the-collapse-of-the-afghan-government-provides-a-challenge-for-china-and-russia-not-a-windfall/>

Papers (6 referências)

121. BELL, A., & ILIYAS, B. (2014, May). *A Network in Transition: Actors, Interests, and Alliances in the Afghanistan Conflict as of Early 2014* (Working paper No. 20). International Centre of Excellence for Conflict and Peace Studies (INCORE). <https://www.hsfk.de/en/publications/publication-search/publication/a-network-in-transition-actors-interests-and-alliances-in-the-afghanistan-conflict-as-of-early-2014>
122. GIUSTOZZI, A. (2006, September). *Genesis of a 'Prince': The Rise of Ismail Khan in Western Afghanistan, 1979-1992* (Working paper No. 4). London School of Economics (LSE). <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08c4fed915d3cfd0012e2/WP4.2.pdf>
123. GIUSTOZZI, A., & QUENTIN, P. (2014, February). *The Afghan National Army: Sustainability Challenges beyond Financial Aspects* (Issue paper No. 1403). Afghanistan Research and Evaluation Unit (AREU). <https://areu.org.af/publication/1403/>
124. JUNAID, A., MEHMOOD, S., & SARWAR, M. M. (2021, July-September). External Invasions in Afghanistan: A Comparative Analysis of USSR and USA (Research paper). *Journal of Development and Social Sciences*, 2(3), 1–8. Orients Social Research Consultancy (OSRC). [https://doi.org/10.47205/jdss.2021\(2-iii\)01](https://doi.org/10.47205/jdss.2021(2-iii)01)
125. PAIN, A., KERAMI, K., & NEMAT, O. (2021, February). *Drugs and development in Afghanistan: National policy and actor analyses* (Working paper). Drugs and

Disorder, Afghanistan Research Unit (AREU).
<https://reliefweb.int/report/afghanistan/drugs-and-development-afghanistan-national-policy-and-actor-analysis>

126. SOUSA, R. R. P., & OLIVEIRA, G. (2021, October). *Conflict Resolution Interventions in the Conflict Cycle* (Working paper No. 185/2021). Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA).
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21844/1/wp185.pdf>

Reports (7 referências)

127. AL-AHMAD, K. (2021, September). *The Uncertain Road Facing Afghanistan* (Special Report). King Faisal Center for Research and Islamic Studies (KFCRIS). <https://kfcris.com/en/view/post/357>
128. Economist Intelligence Unit (EIU). (2022). *Democracy Index 2021: The China challenge* (Annual Report). <https://media2-col.corriereobjects.it/pdf/2022/esteri/eiu-democracy-index-2021.pdf>
129. National Statistics and Information Authority (NSIA), & United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). (2021, February). *Afghanistan opium survey 2019* (Monitoring Report). https://www.unodc.org/documents/crop-monitoring/Afghanistan/20210217_report_with_cover_for_web_small.pdf
130. PEAKE, G., GORMLEY-HEENEN, C., & FITZDUFF, M. (2004, December). *From Warlords to Peacelords: Local Leadership Capacity in Peace Processes*. International Centre of Excellence for Conflict and Peace Studies (INCORE). <https://gsdrc.org/document-library/from-warlords-to-peacelords-local-leadership-capacity-in-peace-processes/>
131. SIDDIQUE, Q. (2011, August). *Pakistan's Future Policy Towards Afghanistan: a Look at Strategic Depth, Militant movements and the Role of India and the US*. Danish Institute for International Studies (DIIS). https://pure.diis.dk/ws/files/104706/RP2011_o8_Pakistans_future_policy_web.pdf

132. SMITH, B., & THORP, A. (2010). The legal basis for the invasion of Afghanistan (SN/IA/5340), *House of Commons Library*. <https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/sn05340/>
133. STEVENS, F. M. S. (2021, October). *We Lost - But Who Won The War In Afghanistan: Critical Lessons For Future Western Engagement* (Security Report). Hague Centre for Strategic Studies (HCSS). <https://hdl.handle.net/1814/72761>

Apêndices

Apêndice 1 – Breve análise estatística dos conflitos no mundo

Concretamente, para o *Uppsala Conflict Project* os conflitos são/ou começam por ser Sistémicos (a) – quando o confronto se dá entre um estado e um grupo não estatal fora do território do primeiro; Interestatais (b) – entre dois ou mais estados; Internos (c) – no caso do governo dum estado e um ou mais grupos internos de oposição; e por fim, Internacionalizados (d) – na eventualidade do conflito ser entre o governo e um ou mais grupos internos com intervenção externa em pelo menos um dos lados. Se estabelecermos relações entre variáveis é possível realizar leituras abrangentes sobre a realidade dos confrontos na cena internacional. Nesta medida, uma das principais elações da seguinte Tabela baseada na *UCDP Armed Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023b) – onde são cruzados os tipos de conflito com as várias regiões do globo – é que os fenómenos conflituais internacionais entre 1946 e 2020 definem-se, sobretudo, pelas categorias c) e d).

Título: Tabela – Número de conflitos nas regiões do mundo (por tipo), 1946-2020

Fonte: Realizada pelo autor, com recurso à *UCDP Armed Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023b)

			Região					TOTAL
			Europa	Médio Oriente	Ásia	África	América	
<i>N = 2.506 (casos válidos)</i>								
Tipo de conflito	Sistémico ^a	Contagem	5	5	40	66	1	117
		% do Total	0,20%	0,20%	1,60%	2,63%	0,04%	4,67%
	Interestatal ^b	Contagem	14	26	75	16	5	136
		% do Total	0,56%	1,04%	2,99%	0,64%	0,20%	5,43%
	Interno ^c	Contagem	106	263	807	518	170	1864
		% do Total	4,23%	10,49%	32,20%	20,67%	6,78%	74,38%
	Internacionalizado ^d	Contagem	29	63	85	193	19	389
		% do Total	1,16%	2,51%	3,39%	7,70%	0,76%	15,52%
	TOTAL	Contagem	154	357	1007	793	195	2506
		% do Total	6,15%	14,25%	40,18%	31,64%	7,78%	100,00%

a. Entre um estado e um grupo não estatal fora do seu território (ex: Guerras coloniais)

b. Entre dois ou mais estados (ex: Segunda Guerra Mundial)

c. Entre o governo de um estado e um ou mais grupos internos de oposição (ex: Guerras civis)

d. Entre o governo de um estado e um ou mais grupos internos com intervenção externa em pelo menos um dos lados. (ex: Guerra do Vietname)

Constata-se que o tipo interno representa quase 75% de todos os conflitos, concretamente 1.864 deles. Esta particularidade revela o crescente envolvimento doutros atores para além dos estados no contexto nacional, algo reforçado pelo facto de a este número se acrescentarem mais de 15% referentes aos conflitos internacionalizados. Isto significa que quase 9 em 10 de todos os conflitos envolvem alguma forma de disputa violenta

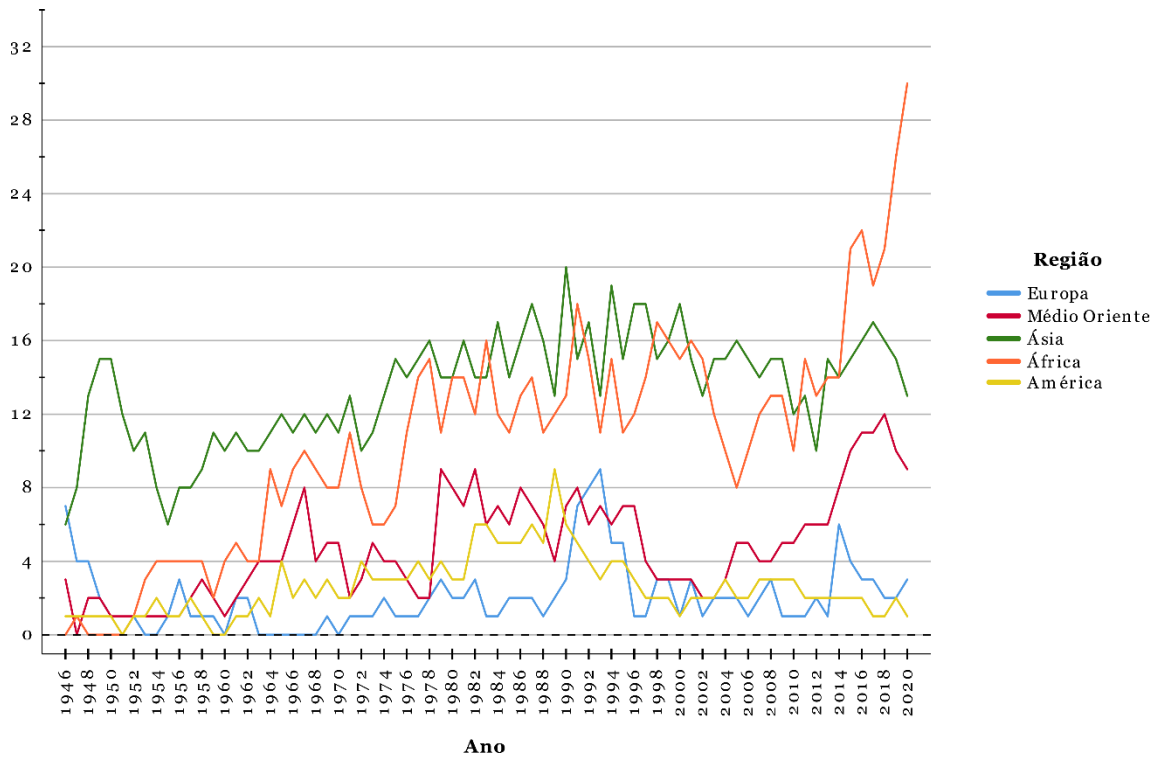
entre grupos armados e forças estatais. Esta mudança de paradigma deu-se no período pós-Guerra Fria aquando do reforço dos processos de pacificação mundial – nos quais as organizações internacionais, como a ONU, a NATO e a União Europeia se destacaram. No entanto, apesar de neste processo ter diminuído a violência entre estados, as conflitualidades repercutiram-se em guerras civis e na internacionalização dos conflitos. Sendo que atualmente mais de 40% dos fenómenos bélicos ocorrem na Ásia, dos quais mais de 35% são dos tipos interno ou internacionalizado. Isto justifica que no âmbito da Segurança Internacional o Centro asiático – do qual o Afeganistão faz parte e onde este recebe uma atenção especial – possa ser encarado como uma das zonas mais instáveis do globo.

Apesar do Médio Oriente ter sido foco de atenção por parte dos media nas últimas décadas esta região apresenta uma percentagem bastante inferior comparativamente a outras partes do globo relativamente ao número de conflitos, durante o período de 1946-2020 – 14,25%. Isto significa que dos 2.506 conflitos armados experienciou 357; apenas quando falamos em conflitos interestatais esta região fica apenas atrás da Ásia, com 1,04%. Porém estes conflitos apenas representam 5,43% de todos os tipos. Enquanto na Europa e na América há menor predominância destas situações – 6,15% e 7,18% respetivamente – o cenário oposto aplica-se no caso da Ásia (40,18%) e de África (31,64%)⁷⁵.

Além do mais, de acordo com o seguinte Gráfico (ver p. 101) os conflitos tanto no Médio Oriente como na Ásia diminuíram ligeiramente nos últimos 3 anos; apesar de no panorama geral registarem um aumento gradual. Para além da importância do contexto asiático para o estudo dos conflitos nas RI, o continente africano tem vindo a registar um número crescente destes acontecimentos após 2010, o que representa uma mudança de paradigma face à localização geográfica dos atuais fenómenos bélicos. Um dos fatores que mais é usado para explicar o aumento destes fenómenos é a presença significativa de grupos terroristas, sobretudo no Centro-sul deste continente, onde “41% das mortes infligidas pelo Estado Islâmico em 2019 ocorreram na África subsariana, com a região a envolver 7 dos 10 países onde o número de mortes por conta do terrorismo mais aumentou”⁷⁶ (Hoffman & Ware, 2021, p. 8).

⁷⁵ Convém referir, no entanto, que um maior número de conflitos não significa um maior número de mortes, algo que apenas pode ser avaliado tendo em conta outras variáveis e, possivelmente, com recurso a uma análise de teor mais qualitativo. Apenas a título de exemplo, se as duas guerras mundiais fossem adicionadas aos dados a percentagem do número de conflitos que subiria na Europa seria residual, no entanto a mortalidade nesses dois ultrapassaria a de todos os conflitos no mundo entre 1946 e 2020.

⁷⁶ Tradução do autor. No original: “41% of all Islamic State-inflicted killings in 2019 occurred in sub-Saharan Africa, with the region hosting seven of the 10 countries suffering the greatest increase in terrorism deaths”



Título: Gráfico – Evolução do número de conflitos (por região), 1946-2020

Fonte: Realizado pelo autor, com recurso à *UCDP Armed Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023b)

Apêndice 2 – Alguns dados estatísticos sobre o Afeganistão

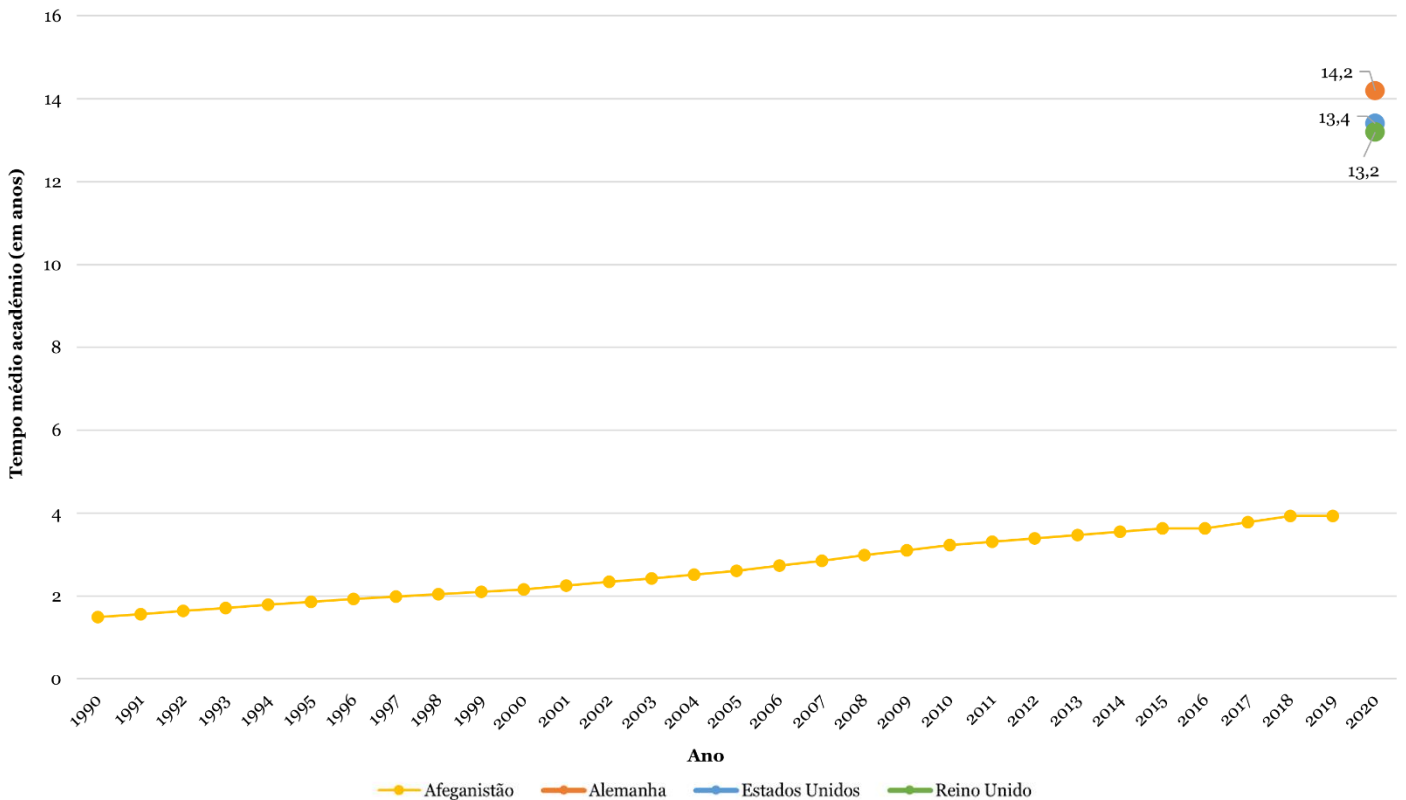
Título: Tabela – Posição da IRA em alguns Índices mundiais

Fonte: Realizada com recurso aos seguintes documentos:

- ❑ *Democracy Index 2021* (EIU, 2022)
<https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-09062022.pdf>
- ❑ *Global Terrorism Index 2022*.
<https://www.visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2022/03/GTI-2022-web-09062022.pdf>
- ❑ *Human Development Report 2020*.
<https://hdr.undp.org/system/files/documents//hdr2020pdf.pdf>

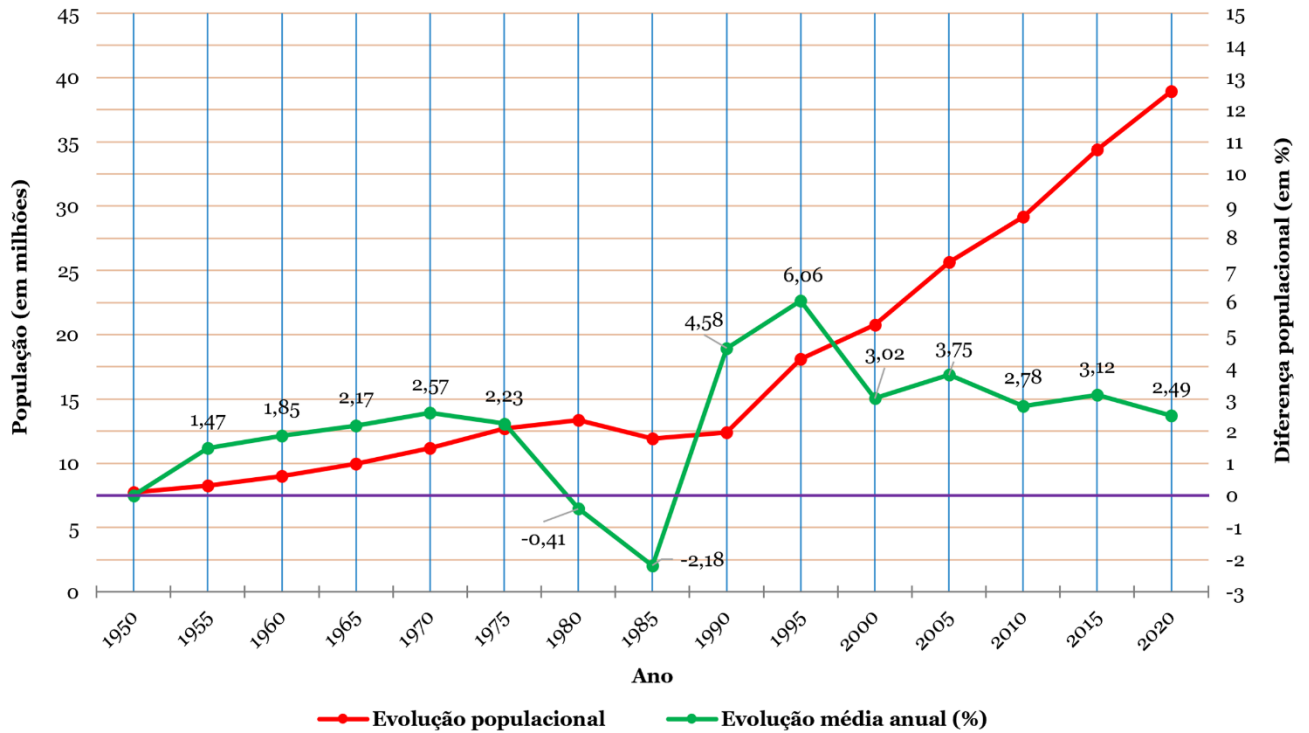
INDEX	Nº de países avaliados	Posição no Ranking Mundial (Afeganistão)*
Democracy Index 2021 (DI)	167	167º
Global Terrorism Index 2022 (GTI)	163	1º
Human Development Index 2020 (HDI)	189	169º

* Quanto menor o número mais o fenómeno da Democracia/Terrorismo/Desenvolvimento humano está presente



Título: Gráfico 1 – Tempo médio académico da população afegã, 1990-2019, juntamente com os da Alemanha, EUA e UK em 2020

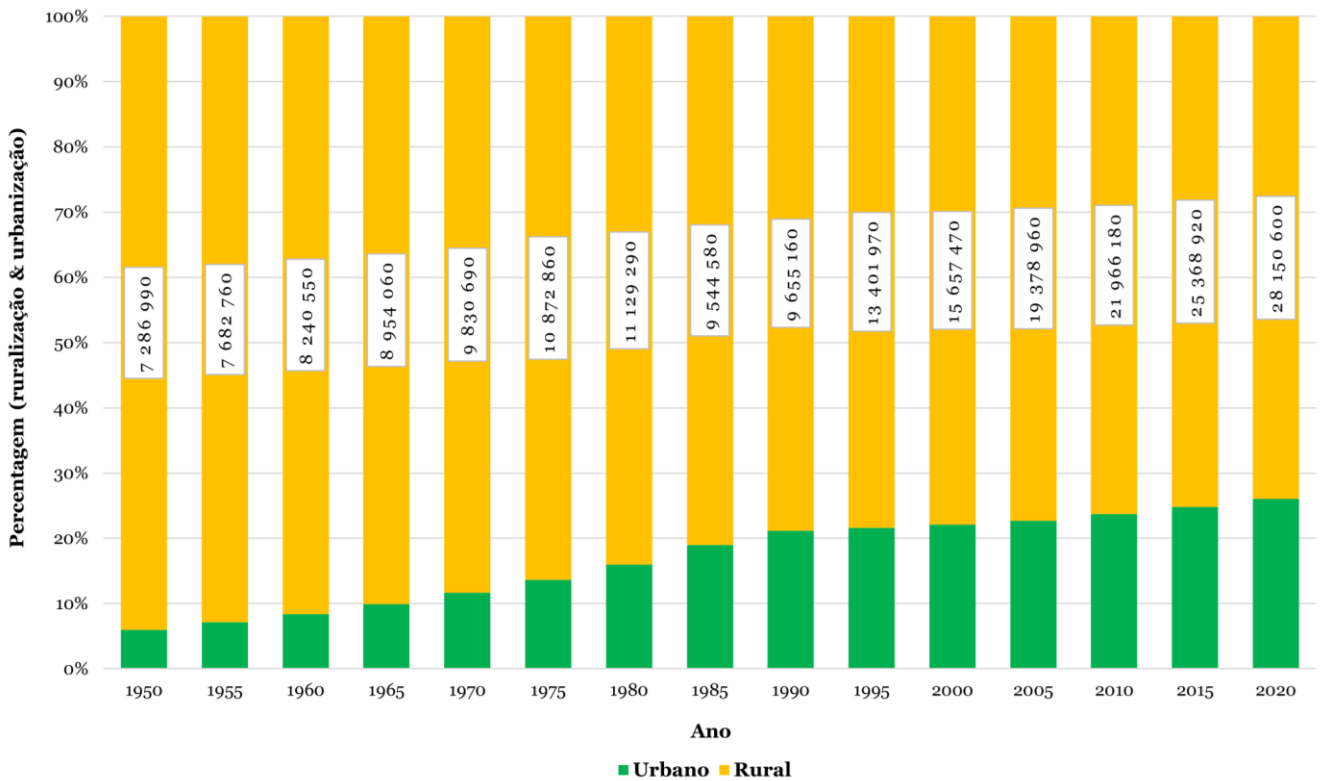
Fonte: Realizada com recurso ao *Global Data Lab*. <https://globaldatalab.org/shdi/table/msch/AFG/?levels=1+4>



Título: Gráfico 2 – Crescimento populacional afegão, 1950-2020

Fonte: Realizada com recurso ao *StatisticTimes*.

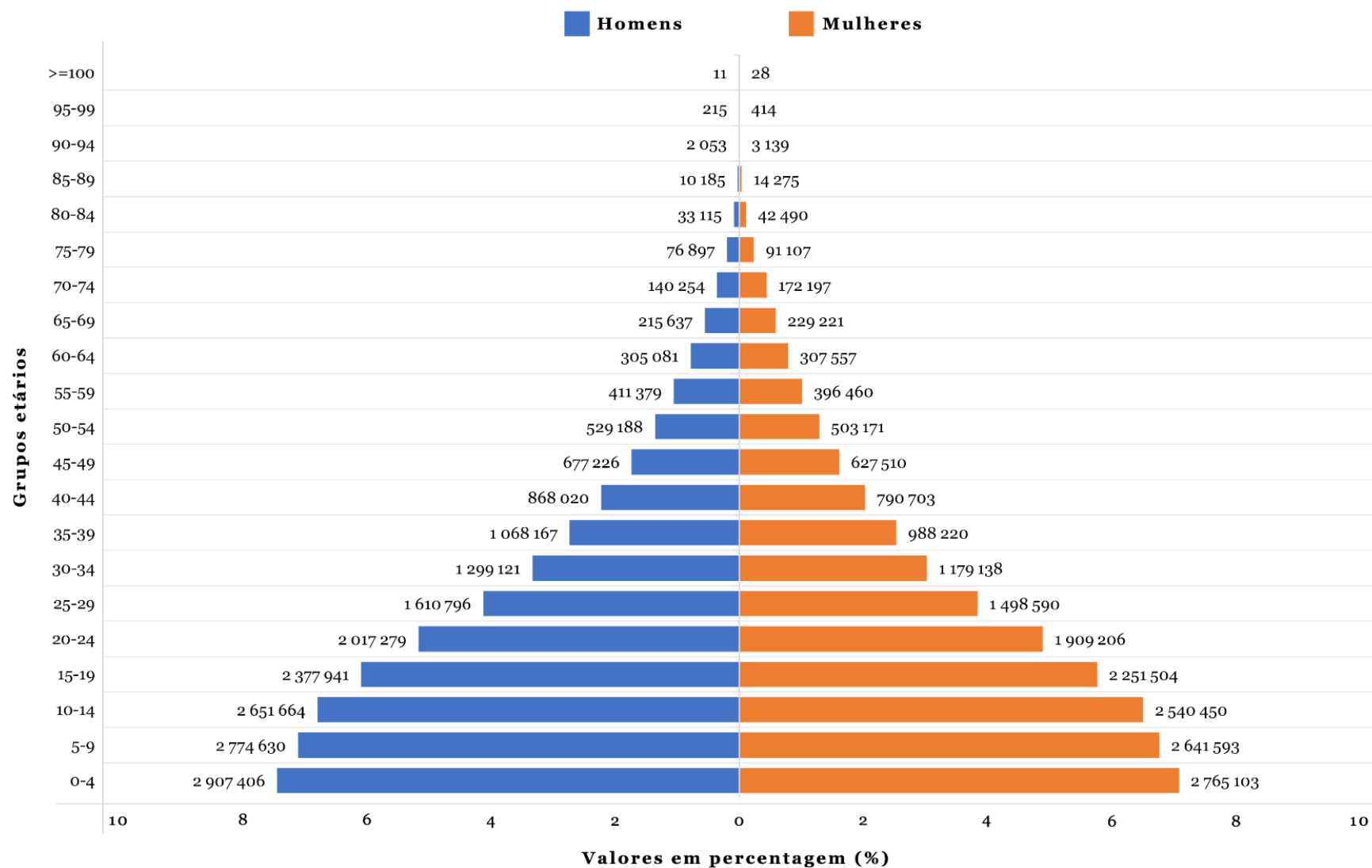
<https://statisticstimes.com/demographics/country/afghanistan-demographics.php>



Título: Gráfico 3 – Processo de urbanização afegão (com a população rural em destaque), 1950-2020

Fonte: Realizada com recurso ao *StatisticTimes*.

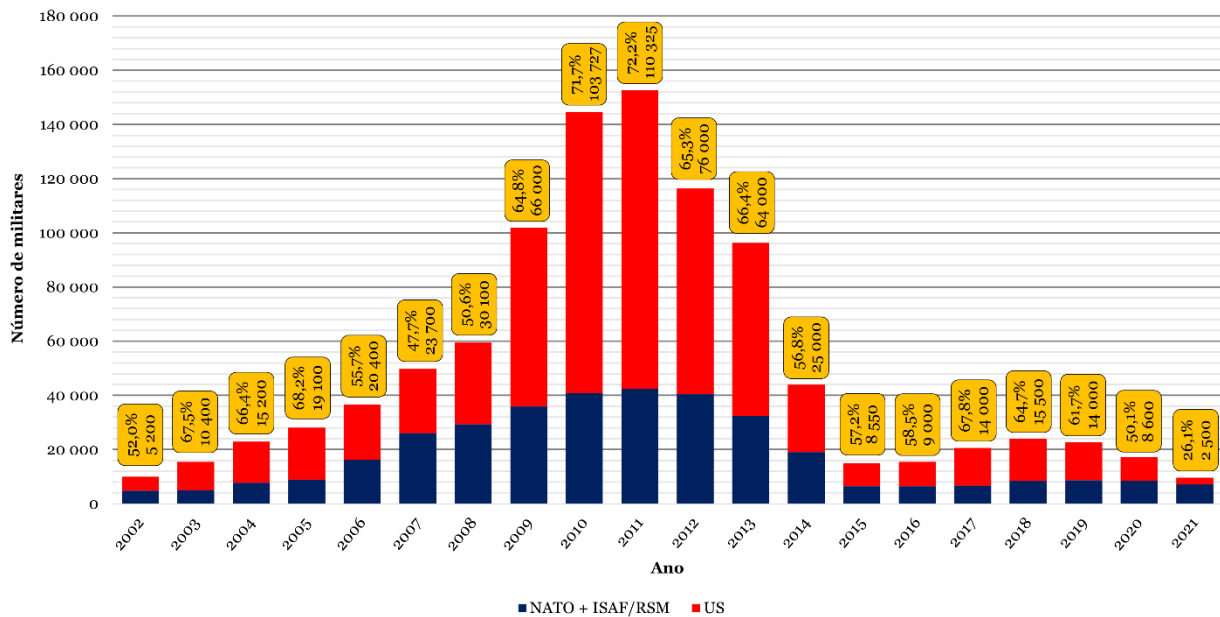
<https://statisticstimes.com/demographics/country/afghanistan-demographics.php>



Título: Gráfico 4 – Pirâmide demográfica afegã, 2020

Fonte: Realizada com recurso ao *PopulationPyramid*. <https://previous.populationpyramid.net/afghanistan/2020/>

Apêndice 3 – Militares estrangeiros e número de conflitos no Afeganistão



Título: Gráfico – Operacionais estrangeiros no Afeganistão, 2002-2021

Fonte: Realizada com recurso aos seguintes documentos:


- ❑ *ISAF/RSM Placemats Archives* (2007, October 18); (2008, June 3); (2009, January 1); (2010, November 15); (2011, June 6); (2012, January 6); (2013, February 19); (2014, January 15); (2015, June); (2016, December); (2017, May); (2018, December); (2019, October); (2020, February); (2021, February). <https://www.nato.int/cps/en/natolive/107995.htm>
- ❑ *Afghanistan Index - Tracking variables of reconstruction and security in post-9/11 Afghanistan* (2020, August), p. 5. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/08/FP_20200825_afghanistan_index.pdf
- ❑ *U.S. troop levels in Afghanistan, 2002-2021*. <https://nsarchive.gwu.edu/sites/default/files/2021-08/Capture.JPG>

Título: Tabela – Tipos de conflito não estatais no Afeganistão com o nível organizacional em destaque, 1989-2019

Fonte: Realizada pelo autor, com recurso à *UCDP Non-State Conflict Dataset version 21.1* (Davies et al., 2023a)

Id. UCDP	Niv. Organ.	Interveniente A	Interveniente B	Ano do término	Localização	Cod. Loc.
13586	1	Taliban	High Council of Afghanistan Islamic Emirate	2019	Afghanistan, Pakistan	700, 770
13540	1	Islamic State	Taliban	2019	Afghanistan	700
13586	1	Taliban	High Council of Afghanistan Islamic Emirate	2018	Afghanistan	700
13540	1	Islamic State	Taliban	2018	Afghanistan	700
13586	1	Taliban	High Council of Afghanistan Islamic Emirate	2017	Afghanistan	700
13540	1	Islamic State	Taliban	2017	Afghanistan, Pakistan	700, 770
13586	1	Taliban	High Council of Afghanistan Islamic Emirate	2016	Afghanistan	700
13540	1	Islamic State	Taliban	2016	Afghanistan	700
13651	1	High Council of Afghanistan Islamic Emirate, Islamic State	Taliban	2015	Afghanistan	700
13586	1	Taliban	High Council of Afghanistan Islamic Emirate	2015	Afghanistan	700
13540	1	Islamic State	Taliban	2015	Afghanistan	700
13533	1	Forces of Mullah Abdul Rauf Khadim	Taliban	2015	Afghanistan	700
4713	1	Islamic Party of Afghanistan	Taliban	2011	Afghanistan	700
4713	1	Islamic Party of Afghanistan	Taliban	2010	Afghanistan	700
4621	1	Forces of Amanullah Khan	Forces of Arbab Basir	2006	Afghanistan	700
4622	1	Forces of Amanullah Khan	Forces of Ismail Khan	2004	Afghanistan	700
4619	1	Forces of Abdul Rahman Khan	Forces of Amanullah	2003	Afghanistan	700
4708	1	Unity Party	Unity Party - Akbari faction	2003	Afghanistan	700
4714	1	Islamic Society of Afghanistan	National Islamic Movement	2003	Afghanistan	700
4622	1	Forces of Amanullah Khan	Forces of Ismail Khan	2002	Afghanistan	700
4714	1	Islamic Society of Afghanistan	National Islamic Movement	2002	Afghanistan	700
10066	1	Unity Party	National Islamic Movement	1998	Afghanistan	700
4901	1	Taliban - Ali Dad faction	Taliban - Mola Khel faction	1996	Afghanistan	700
4715	1	Islamic Society of Afghanistan	National Islamic Front of Afghanistan	1996	Afghanistan	700
4708	1	Unity Party	Unity Party - Akbari faction	1996	Afghanistan	700
4712	1	Islamic Party of Afghanistan	National Islamic Movement	1996	Afghanistan	700
4716	1	Islamic Society of Afghanistan	Supervisory Council of the North	1995	Afghanistan	700
10072	1	Forces of Sayed Mansur Naderi	Islamic Party of Afghanistan	1995	Afghanistan	700
4713	1	Islamic Party of Afghanistan	Taliban	1995	Afghanistan	700
4713	1	Islamic Party of Afghanistan	Taliban	1994	Afghanistan	700
4709	1	Islamic Party of Afghanistan	Unity Party	1994	Afghanistan	700
4712	1	Islamic Party of Afghanistan	National Islamic Movement	1994	Afghanistan	700
4714	1	Islamic Society of Afghanistan	National Islamic Movement	1992	Afghanistan	700
4710	1	Islamic Party of Afghanistan	Society of the Calling	1991	Afghanistan	700
4711	1	Islamic Party of Afghanistan	Islamic Society of Afghanistan	1991	Afghanistan	700
4711	1	Islamic Party of Afghanistan	Islamic Society of Afghanistan	1990	Afghanistan	700
4707	1	Movement of the Islamic Revolution/Uprising of Afghanistan	Islamic Union for the Freedom of Afghanistan	1989	Afghanistan	700
4711	1	Islamic Party of Afghanistan	Islamic Society of Afghanistan	1989	Afghanistan	700

Apêndice 4 – Transcrição e tradução dum excerto da primeira entrevista a Ismail Khan após a sua rendição aos Talibã⁷⁷

 UNIVERSIDADE
BEIRA INTERIOR

UC | Ano letivo 13606 – Dissertação/Estágio/Projeto | 2022-2023
Mestrado em Relações Internacionais (2º ciclo de estudos)
Orientador Prof. Doutor Ricardo Real Pedrosa de Sousa
Orientando: Pedro Miguel Pardal Saraiva (M10522)

1 **استاندار - بسیار خوب است که افغانستان در یک شرایط ناگوار از نامنی ها قرار داشته**
2 **می دانیم که وظیفه برادران با همدیگر بتوانیم یک شرایط بسیار آرام مساعدت**
3 **کنیم نابسامانی هایی که باعث دردسر مردم چه از فقر است چه از نامنی ها**
4 **چه از بیکاری هاست یک شرایط بهتر مساعدت شود تا مردم در آسایش زندگی**
5 **کنند.**

6 **مصاحبه کننده - دېر داسې کسان شته چې د طالبانو پر ضد دي، په دې اړه خپل نظر**
7 **ولیکئ**

8 **استاندار - من اساساً ذهنم این است که جنگ راه حل برای افغانستان نیست خوب**
9 **هست که ما با تفاهم با همدیگر یکجا باشیم و این جنگ را ختم کنیم و کشور**
10 **را از این حالت نجات دهیم و اگر جنگ سال ها دوام کند نتیجه او بر بادی**
11 **و ویرانی هست بهترین راه این است که ما هم پذیری داشته باشیم باهم پذیری**
12 **بتوانیم که یک حکومت اسلامی که در او آرامش صلح و سازندگی وجود بیاوریم.**

13 **مصاحبه کننده - د افغانستان اکثره ښارونه د مجاهدینو له خوا نیول شوي، دوی ته ولې**
14 **ارتیا ده؟**

15 **استاندار - من فکر می کنم که دنیا صداقت نسبت به افغانستان ندارد و اگر صداقت**
16 **نسبت به افغانستان وجود می داشت در مدت ۲۰ سال حضور خارجی ها در**
17 **افغانستان وضع را به این حالت نمی رساند ما باید قبلاً به صلح و صفا می**
18 **رسیدیم تا جنگ ختم می شود ما باید به خارجی ها متکی نباشیم باشه که خود**
19 **افغانها بین خود با همدیگر فضای برادری ایجاد کنیم و این جنگ ختم بشود.**

© Transcrito por: Soheil Naghibi Mohammad Pour



© Editado pelo autor (Pedro Miguel Pardal Saraiva)



TRANSCRIÇÃO

⁷⁷ Neste apêndice os documentos foram realizados pelo autor com base na transcrição e tradução dum excerto dum entrevista realizada pela *TJ NEWS* a Khan, escritas por um tradutor de pashto-inglês contratado pelo próprio. <https://www.youtube.com/watch?v=ijoZcu9G47c>



- 1 **Warlord** - Its very good that Afghanistan was in a bad situation in terms of 1
(Governor) safety, with the help of our brothers we are able to create a good, 2
prosperous and safe atmosphere here. We should solve issues like 3
unemployment and poverty so that we can help people's 4
undesirable situation. 5
- 2 **Interviewer** - Most of Afghan cities are captured by the Mujahideen, why do 6
they need them? 7
- 3 **Warlord** - I fundamentally believe that war is not the solution, it would be good 8
(Governor) if we work together in unison through mutual understanding and end 9
the war and to save our country from this situation, if the war goes 10
on for years, the result is destruction, instead we should be accepting 11
each other and through accepting each other we can build an Islamic 12
governance which will provide us with peace, stability and 13
prosperity. 14
- 4 **Interviewer** - There are a lot of people who are against the Taliban, what is your 15
opinion on this? 16
- 5 **Warlord** - I think that the world has no honesty towards Afghanistan, and if this 17
(Governor) honesty from the world existed towards Afghanistan, we would not 18
be in this situation after 20 years of foreign presence in Afghanistan, 19
we should have reached a peace agreement that would end the war, 20
we should not be dependent on foreigners, people of Afghanistan 21
should create a brotherly atmosphere among themselves in order to 22
end this war. 23

© Traduzido por: Soheil Naghibi Mohammad Pour

© Editado pelo autor (Pedro Miguel Pardal Saraiva)

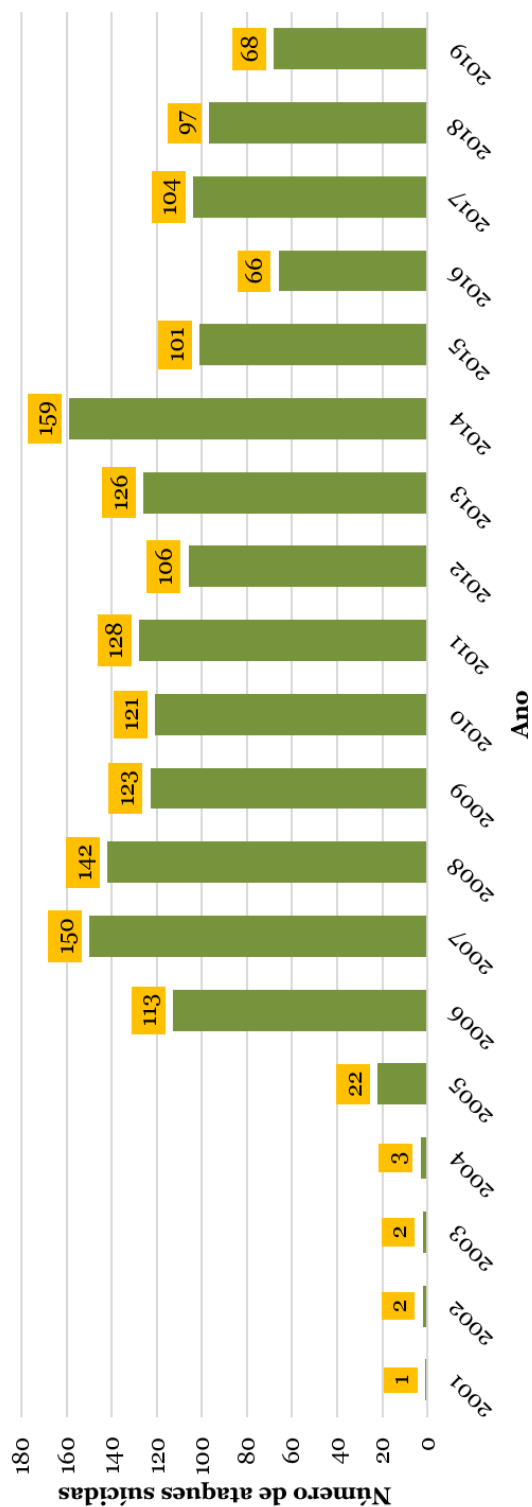
TRADUÇÃO

Apêndice 5 – Ataques suicidas no Afeganistão

Título: Tabela – Províncias afegãs ordenadas (ordem decrescente) pelo número de ataques suicidas, 2001-2019

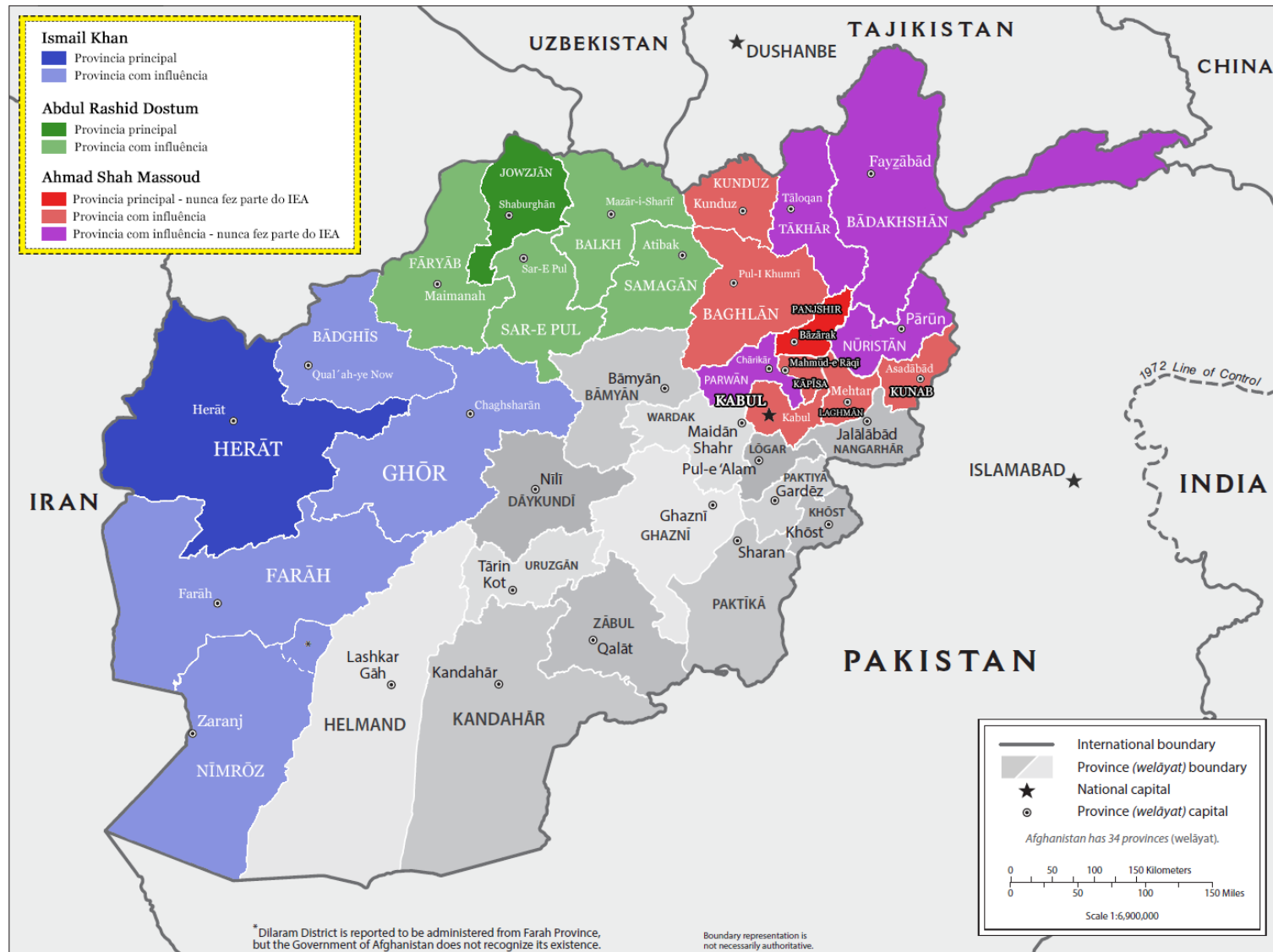
Fonte: Realizada com recurso ao CPOST-DSAT (2020, October 2).
https://cpost.uchicago.edu/research/suicide_attacks/database_on_suicide_attacks/

Províncias*	Número de ataques suicidas
Kabul	307
Kandahar	275
Hilmand	201
Nangarhar	135
Khost	111
Paktika	57
Konduz	54
Nimroz	47
Herat	47
Ghazni	45
Paktya	41
Zabol	38
Logar	35
Uruzgan	32
Parwan	30
Balkh	27
Farah	27
Wardak	21
Kunar	21
Baghlan	17
Faryab	14
Kapisa	12
Laghman	10
Takhar	8
Jawzjan	4
Ghor	4
Badghis	4
Panjshir	3
Badakhshan	2
Sar-e Pol	2
Samangan	2
Nuristan	1
TOTAL	1634
Total - <i>Províncias fronteiriças</i>	929 (56,8 %)
Total - <i>Províncias adjacentes às províncias fronteiriças</i>	471 (28,8 %)
Total - <i>Restantes províncias</i>	234 (14,4 %)
	1.400 (85,6 %)



Título: Gráfico – Número de ataques suicidas no Afeganistão por ano, 2001-2019
 Fonte: Realizada com recurso ao CPOST-DSAT: https://cpost.uchicago.edu/research/suicide_attacks/database_on_suicide_attacks/

* As províncias de Bamyan & Daykundi - que fazem parte das Restantes províncias - não registaram nenhum ataque suicida



Fonte: Adaptado a partir do mapa em Mukhopadhyay, 2014, p. 363

Apêndice 6 – Mapa do território sob influência *warlord*

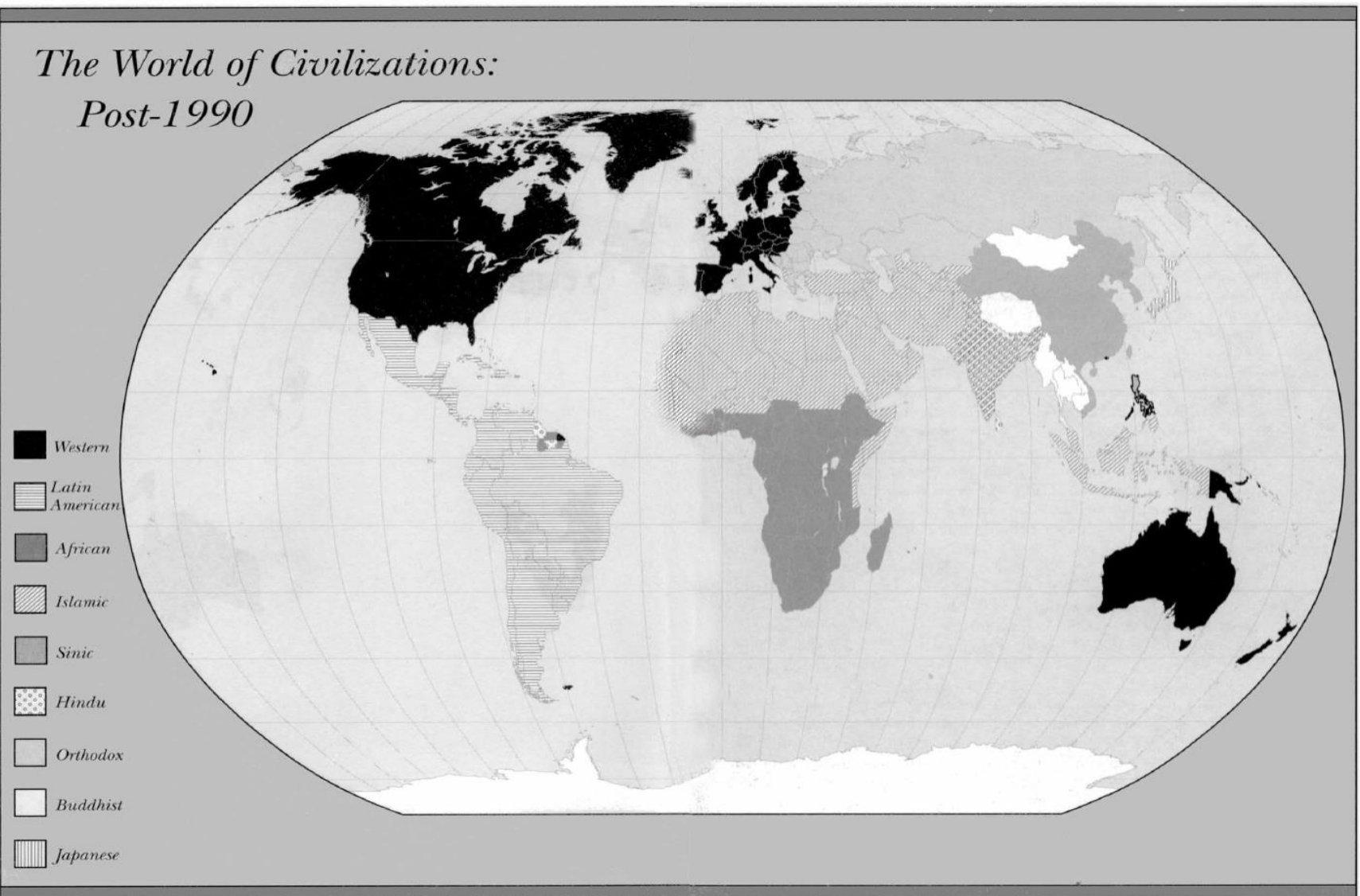
Anexos

Anexo 1 – Mapa do Afeganistão com as províncias do Sul em destaque



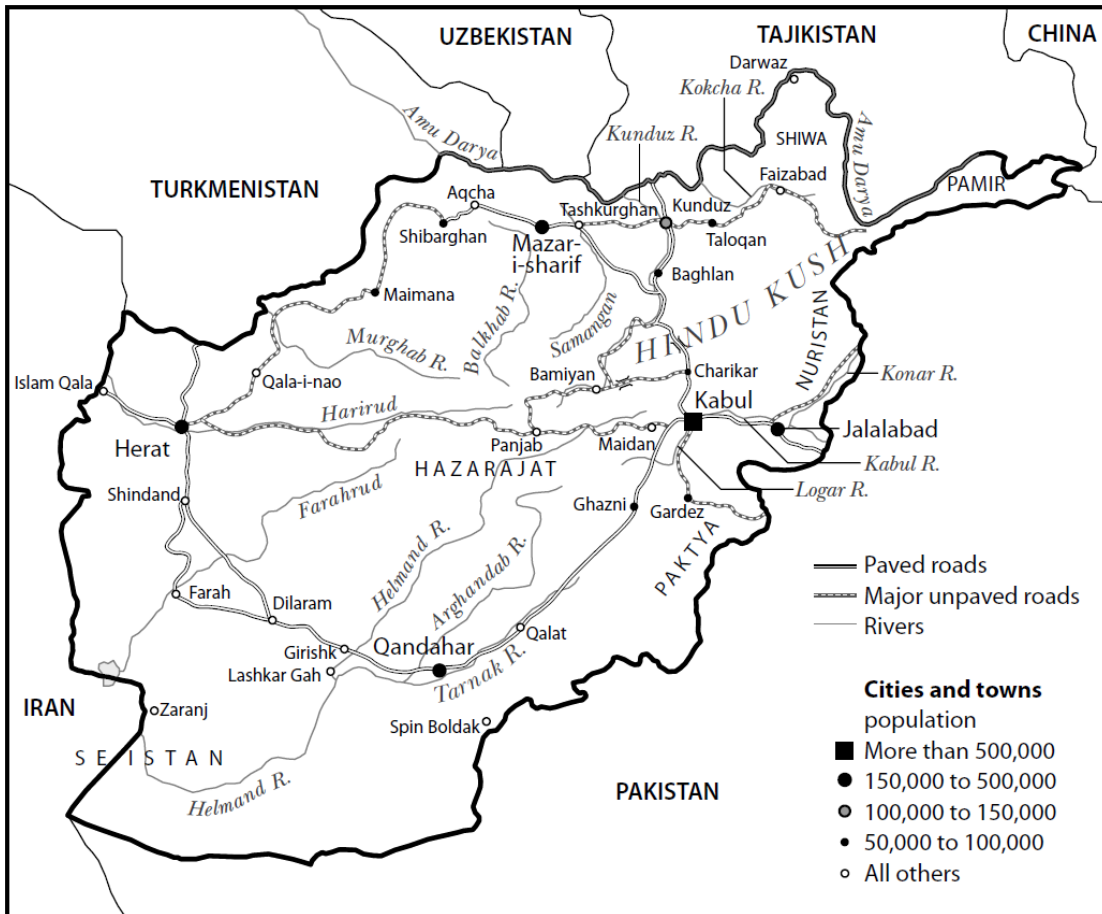
Fonte: Digitalizado pelo autor. Mapa no interior da capa do livro *The Afghanistan Papers* (Whitlock, 2021).
Desenhado por Laris Karklis (cartógrafo do *The Washington Post*)

Anexo 2 – O Mundo dividido em Civilizações segundo a Teoria de Samuel Huntington

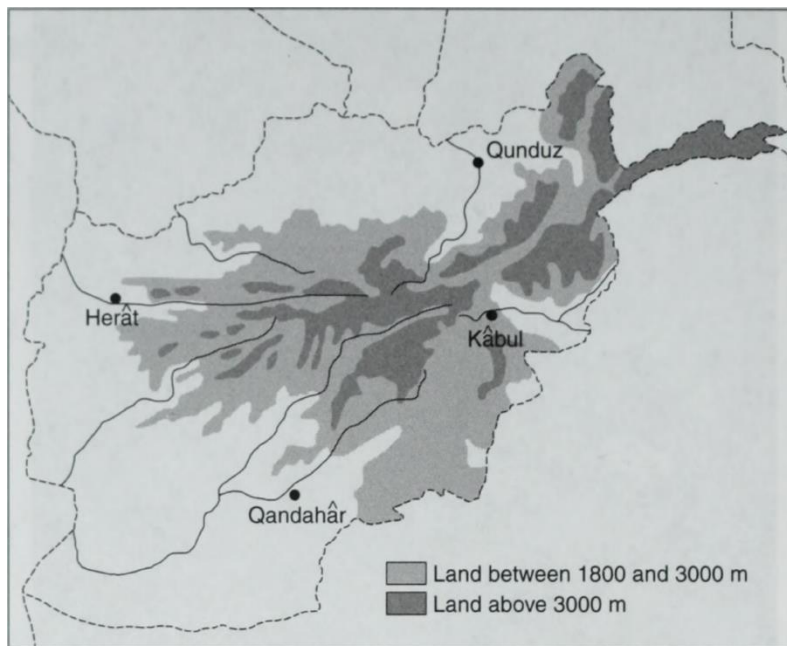


Fonte: Adaptado pelo autor. Mapa em Huntington (1996), pp. 26-27

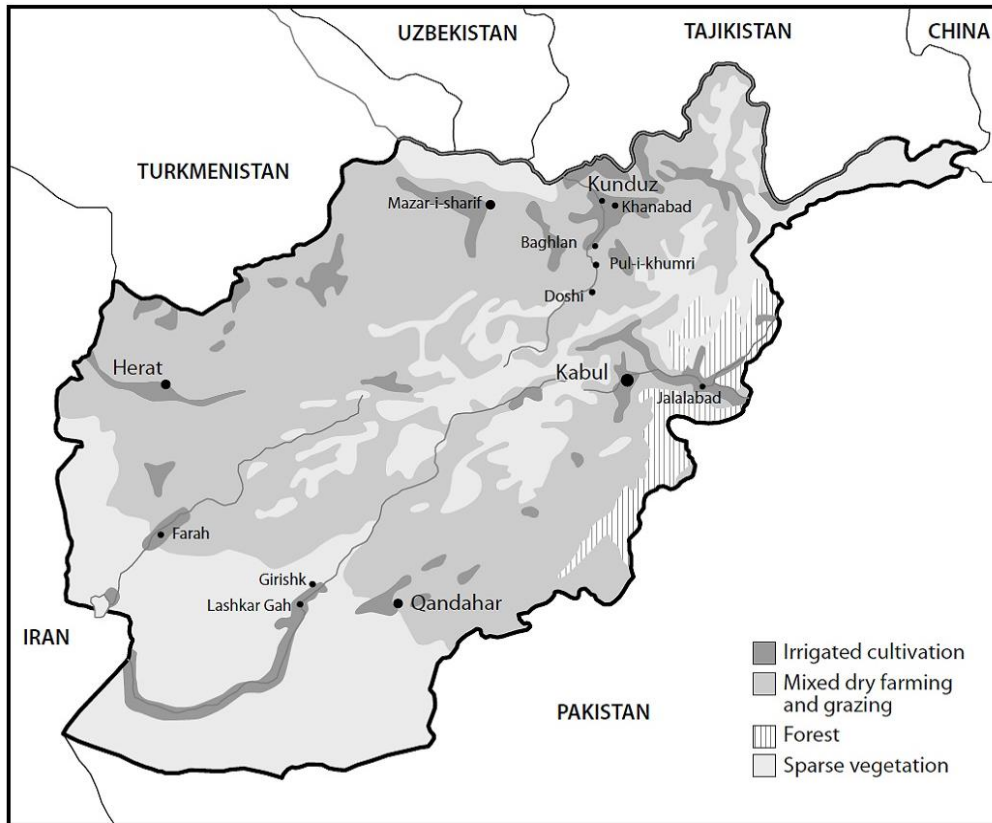
Anexo 3 – Dados geográficos sobre a IRA



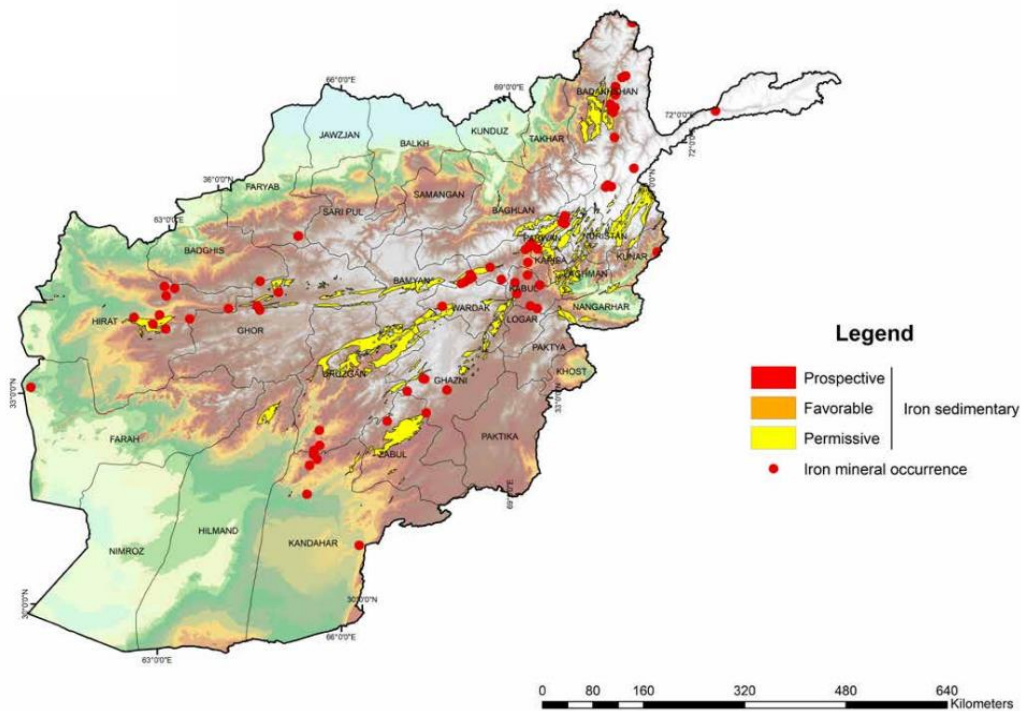
Título: Mapa 1 – Principais estradas e rios do Afeganistão
 Fonte: Barfield, 2010, p. 271



Título: Mapa 2 – Regiões montanhosas do Afeganistão
 Fonte: Vogelsang, 2002, p. 6



Título: Mapa 3 – Tipos de vegetação no Afeganistão
 Fonte: Barfield, 2010, p. 71



Título: Mapa 4 – Carta geológica com as zonas principais de minério de ferro estratificado
 Fonte: Mineral Resources in Afghanistan, 2020, p. 13.
https://www.pdac.ca/docs/default-source/conventions/2020-convention/presentation-reception-rooms/minerals-book---afghanistan-momp.pdf?sfvrsn=8259698_0

Anexo 4 – Alguns dos memorandos enviados por Rumsfeld

4.1. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Doug Feith - conselheiro político (2002a, 17 de abril) às 09:15h

snowflake

DECLASSIFIED IN PART
Authority: EO 13526
Chief, Records & Declass Div, WHS
Date: SEP 22 2010

SECRET

9:15 AM
APRIL 17, 2002

TO: Doug Feith

cc: Paul Wolfowitz
Gen. Dick Myers
Gen. Pete Pace
Doug Feith

FROM: Donald Rumsfeld *DR*

SUBJECT: **AFGHANISTAN**

I may be impatient. In fact I know I'm a bit impatient. But the fact that Iran and Russia have plans for Afghanistan and we don't concerns me. I keep getting an answer that "the Deputies are working on it." Well I can't believe that it takes that many months to figure it out.

If this were something DoD could do alone, we could get it done. Apparently it is not something that requires an interagency process. Once it goes into the interagency process, it sinks out of sight.

What do you propose we do? How do we get control of the levers so that we can influence what's going on? How do we decide what ought to happen, and then get all the military, diplomatic, humanitarian threats coming through the needle-head?

What do we do about finding out what [REDACTED] CIA EO 12958 1.4(c)<25Yrs

[REDACTED] What do we do about improving our influence in the South [REDACTED]

[REDACTED] We are never going to get the U.S. military out of Afghanistan unless we take care to see that there is something going on that will provide the stability that will be necessary for us to leave.

Help!

DHR:azn
041502 098

SECRET

X04942 103

SECURITY CONTROL

Doc # 5 09-11-22 10

Fonte: RUMSFELD, D. (2002a, April 17th). [Memo from Ambassador Donald Rumsfeld to Doug Feith – policy advisor, at 9:15 AM]. Documents Released to Secretary Rumsfeld Under Mandatory Declassification Review (MDR), p. 983. *The Black Vault*. <https://www.theblackvault.com/documentarchive/documents-released-to-former-secretary-donald-rumsfeld-for-his-book-known-and-unknown/>

4.2. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Doug Feith - conselheiro político (2002b, 25 de junho) às 12:31h

Snowflake

June 25, 2002 12:31 PM

TO: Doug Feith

FROM: Donald Rumsfeld *DR*

SUBJECT: Pakistan

If we are going to get the Paks to really **fight** the war on terror where it is, which is in their country, don't you think we ought to get a chunk of money, so that we can ease Musharraf's transition from where he is to where we need him.

Thanks.

DHR:dh
062502-54

.....

Please respond by 07/19/02

PAKISTAN

257400a

U16337 02

11-L-0559/OSD/11633

Fonte: RUMSFELD, D. (2002b, June 25th). [Memo from Ambassador Donald Rumsfeld to Doug Feith – policy advisor, at 12:31 PM], 11-L-0559/OSD/11633. Donald Rumsfeld Snowflakes Litigation Release, Fifth Release Bates 12534-13041, p. 122. Washington Headquarters Services, U.S.A. https://www.esd.whs.mil/FOIA/Donald_Rumsfeld_Snowflakes_Litigation_Release/

4.3. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para um Secretário (2002d, 21 de outubro) às 17:50h

snowflake

October 21, 2002 5:50 PM

TO: (b)(6)

FROM: Donald Rumsfeld *DR*

SUBJECT: Meetings with President

Advances given 10/21/02

031.1 WH

When you get a format for the meetings with the President, please show it to me. Then I will edit it so we can do it.

For example, today I met with the President at the National Security Council meeting from 8:55 to 9:45 a.m. in the White House Situation Room. The subjects were Turkey, Jordan, Jiang Zemin's visit and the UN resolution on Iraq. Leave a space for comments.

Also today, at 2:55 p.m. I met with the President. He introduced me to one of his classmates from Yale, wife's name Laura, from Greenwich, Connecticut. I then met alone with the President for about three minutes and talked to him about the Wednesday NSC meeting, where I had been told he wanted to meet with Gen. McNeill and Gen. Franks. He said, "Who is General McNeill?" I said he is the general in charge of Afghanistan. He said, "Well, I don't need to meet with him." I said that General Franks, General Myers and I suggest that General Franks meet on SVTC. He said, "Fine. That's the way to do it. I just kind of want to stay in touch."

I met in the Oval Office from 3:00 to 3:15 p.m. for a pre-brief on the meeting between the President and Lord Robertson. From 3:15 to 4:00 p.m., I was in the meeting when the President met with Lord Robertson.

Thanks.

DHR:dh
102102-18

21 Oct 02

.....

Please respond by 10/25/02

U09807 /03

11-L-0559/OSD/9047

Fonte: RUMSFELD, D. (2002d, October 21st). [Memo from Ambassador Donald Rumsfeld to a secretary whose name is redacted on privacy grounds (b6), at 5:50 PM], 11-L-0559/OSD/9047. Donald Rumsfeld Snowflakes Litigation Release, Fourth Release Bates 8830-9499, p. 218. Washington Headquarters Services, U.S.A.
https://www.esd.whs.mil/FOIA/Donald_Rumsfeld_Snowflakes_Litigation_Release/

4.4. – Memorando do Embaixador Donald Rumsfeld para Steve Cambone - *top intelligence aide* (2003, 8 de setembro)

TO: Steve Cambone
FROM: Donald Rumsfeld
DATE: September 8, 2003

I have no visibility into who the bad guys are in Afghanistan or Iraq. I read all the intel from the community and it sounds as though we know a great deal but in fact, when you push at it, you find out we haven't got anything that is actionable. We are woefully deficient in human intelligence.

Let's discuss it.

DHR/azn
090803.266

Please respond by: 9/18 ✓ 9/20

Response attached
4/1 CDR Nosenzo
9/15

5000
CO
L-1
9/15

11-L-0559/OSD/18828 11215257/03

Fonte: RUMSFELD, D. (2003, September 8th). [Memo from Ambassador Donald Rumsfeld to Steve Cambone], 11-L-0559/OSD/18828. Donald Rumsfeld Snowflakes Litigation Release, Sixth Release Bates 18577-18976, p. 252. Washington Headquarters Services, U.S.A. https://www.esd.whs.mil/FOIA/Donald_Rumsfeld_Snowflakes_Litigation_Release/

Anexo 5 – Acordo de Paz entre os EUA e o IEA assinado a 29 de fevereiro de 2020 em Doha (Qatar)

**Agreement for Bringing Peace to Afghanistan
between the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States
as a state and is known as the Taliban and the United States of America**

**February 29, 2020
which corresponds to Rajab 5, 1441 on the Hijri Lunar calendar
and Hoot 10, 1398 on the Hijri Solar calendar**

A comprehensive peace agreement is made of four parts:

1. Guarantees and enforcement mechanisms that will prevent the use of the soil of Afghanistan by any group or individual against the security of the United States and its allies.
2. Guarantees, enforcement mechanisms, and announcement of a timeline for the withdrawal of all foreign forces from Afghanistan.
3. After the announcement of guarantees for a complete withdrawal of foreign forces and timeline in the presence of international witnesses, and guarantees and the announcement in the presence of international witnesses that Afghan soil will not be used against the security of the United States and its allies, the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will start intra-Afghan negotiations with Afghan sides on March 10, 2020, which corresponds to Rajab 15, 1441 on the Hijri Lunar calendar and Hoot 20, 1398 on the Hijri Solar calendar.
4. A permanent and comprehensive ceasefire will be an item on the agenda of the intra-Afghan dialogue and negotiations. The participants of intra-Afghan negotiations will discuss the date and modalities of a permanent and comprehensive ceasefire, including joint implementation mechanisms, which will be announced along with the completion and agreement over the future political roadmap of Afghanistan.

The four parts above are interrelated and each will be implemented in accordance with its own agreed timeline and agreed terms. Agreement on the first two parts paves the way for the last two parts.

Following is the text of the agreement for the implementation of parts one and two of the above. Both sides agree that these two parts are interconnected. The obligations of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban in this agreement apply in areas under their control until the formation of the new post-settlement Afghan Islamic government as determined by the intra-Afghan dialogue and negotiations.

PART ONE

The United States is committed to withdraw from Afghanistan all military forces of the United States, its allies, and Coalition partners, including all non-diplomatic civilian personnel, private security contractors, trainers, advisors, and supporting services personnel within fourteen (14) months following announcement of this agreement, and will take the following measures in this regard:

- A. The United States, its allies, and the Coalition will take the following measures in the first one hundred thirty-five (135) days:
- 1) They will reduce the number of U.S. forces in Afghanistan to eight thousand six hundred (8,600) and proportionally bring reduction in the number of its allies and Coalition forces.
 - 2) The United States, its allies, and the Coalition will withdraw all their forces from five (5) military bases.
- B. With the commitment and action on the obligations of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban in Part Two of this agreement, the United States, its allies, and the Coalition will execute the following:
- 1) The United States, its allies, and the Coalition will complete withdrawal of all remaining forces from Afghanistan within the remaining nine and a half (9.5) months.
 - 2) The United States, its allies, and the Coalition will withdraw all their forces from remaining bases.
- C. The United States is committed to start immediately to work with all relevant sides on a plan to expeditiously release combat and political prisoners as a confidence building measure with the coordination and approval of all relevant sides. Up to five thousand (5,000) prisoners of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban and up to one thousand (1,000) prisoners of the other side will be released by March 10, 2020, the first day of intra-Afghan negotiations, which corresponds to Rajab 15, 1441 on the Hijri Lunar calendar and Hoot 20, 1398 on the Hijri Solar calendar. The relevant sides have the goal of releasing all the remaining prisoners over the course of the subsequent three months. The United States commits to completing this goal. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban commits that its released prisoners will be committed to the responsibilities mentioned in this agreement so that they will not pose a threat to the security of the United States and its allies.
- D. With the start of intra-Afghan negotiations, the United States will initiate an administrative review of current U.S. sanctions and the rewards list against members of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban with the goal of removing these sanctions by August 27, 2020, which corresponds to Muharram 8, 1442 on the Hijri Lunar calendar and Saunbola 6, 1399 on the Hijri Solar calendar.
- E. With the start of intra-Afghan negotiations, the United States will start diplomatic engagement with other members of the United Nations Security Council and Afghanistan to remove members of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban from the sanctions list with the aim of achieving this objective by May 29, 2020, which corresponds to Shawwal 6, 1441 on the Hijri Lunar calendar and Jawza 9, 1399 on the Hijri Solar calendar.

- F. The United States and its allies will refrain from the threat or the use of force against the territorial integrity or political independence of Afghanistan or intervening in its domestic affairs.

PART TWO

In conjunction with the announcement of this agreement, the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will take the following steps to prevent any group or individual, including al-Qa`ida, from using the soil of Afghanistan to threaten the security of the United States and its allies:

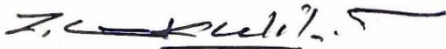
1. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will not allow any of its members, other individuals or groups, including al-Qa`ida, to use the soil of Afghanistan to threaten the security of the United States and its allies.
2. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will send a clear message that those who pose a threat to the security of the United States and its allies have no place in Afghanistan, and will instruct members of the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban not to cooperate with groups or individuals threatening the security of the United States and its allies.
3. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will prevent any group or individual in Afghanistan from threatening the security of the United States and its allies, and will prevent them from recruiting, training, and fundraising and will not host them in accordance with the commitments in this agreement.
4. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban is committed to deal with those seeking asylum or residence in Afghanistan according to international migration law and the commitments of this agreement, so that such persons do not pose a threat to the security of the United States and its allies.
5. The Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban will not provide visas, passports, travel permits, or other legal documents to those who pose a threat to the security of the United States and its allies to enter Afghanistan.

PART THREE

1. The United States will request the recognition and endorsement of the United Nations Security Council for this agreement.

2. The United States and the Islamic Emirate of Afghanistan which is not recognized by the United States as a state and is known as the Taliban seek positive relations with each other and expect that the relations between the United States and the new post-settlement Afghan Islamic government as determined by the intra-Afghan dialogue and negotiations will be positive.
3. The United States will seek economic cooperation for reconstruction with the new post-settlement Afghan Islamic government as determined by the intra-Afghan dialogue and negotiations, and will not intervene in its internal affairs.

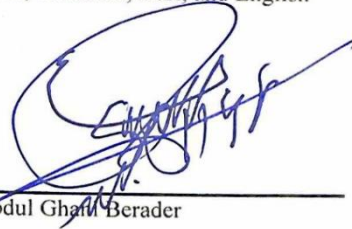
Signed in Doha, Qatar on February 29, 2020, which corresponds to Rajab 5, 1441 on the Hijri Lunar calendar and Hoot 10, 1398 on the Hijri Solar calendar, in duplicate, in Pashto, Dari, and English languages, each text being equally authentic.



Ambassador Zalmay Khalilzad

Special Representative for Afghanistan
Reconciliation

For the United States of America

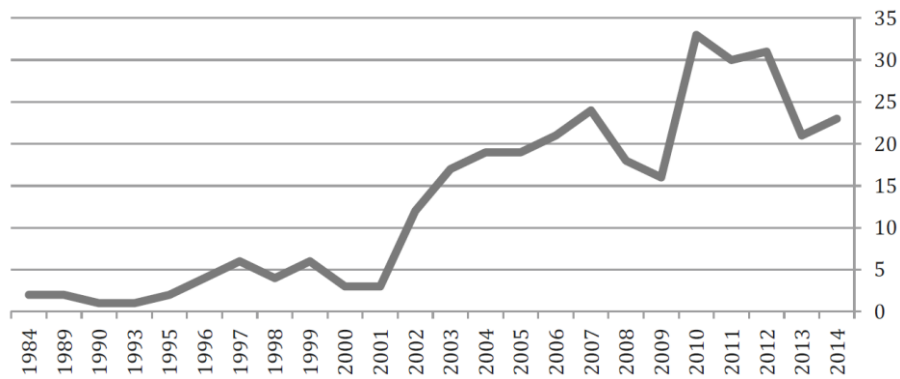


Mullah Abdul Ghani Berader

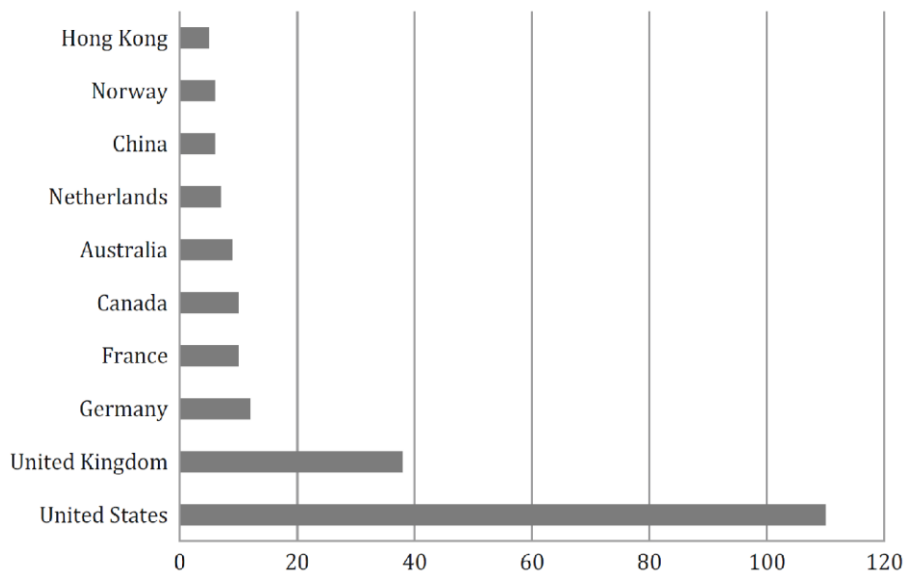
Political Deputy of the Islamic Emirate of
Afghanistan which is not recognized by the
United States as a state and is known as the
Taliban and Head of the Political Office

For the Islamic Emirate of Afghanistan
which is not recognized by the United States
as a state and is known as the Taliban

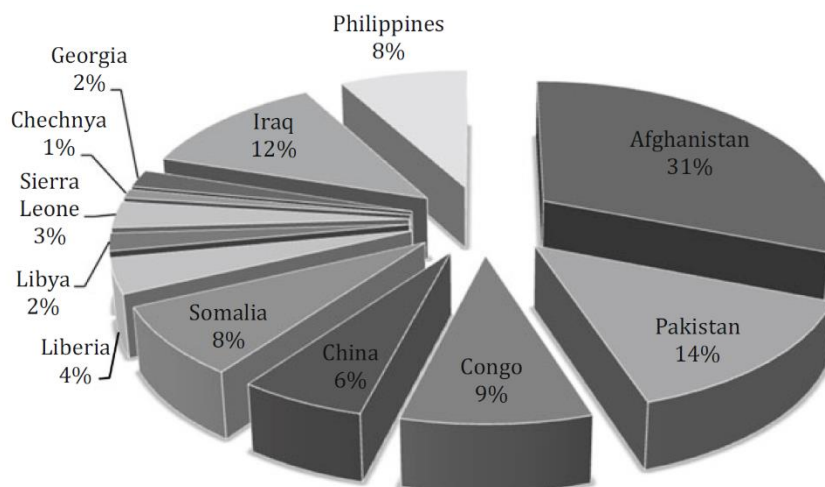
Anexo 6 – Gráficos sobre a temática *warlord* nos contextos académico e mediático



Título: Gráfico 1 – Número de publicações académicas anuais com o termo 'warlord', 1984-2014
 Fonte: Goetze, 2016, p. 132

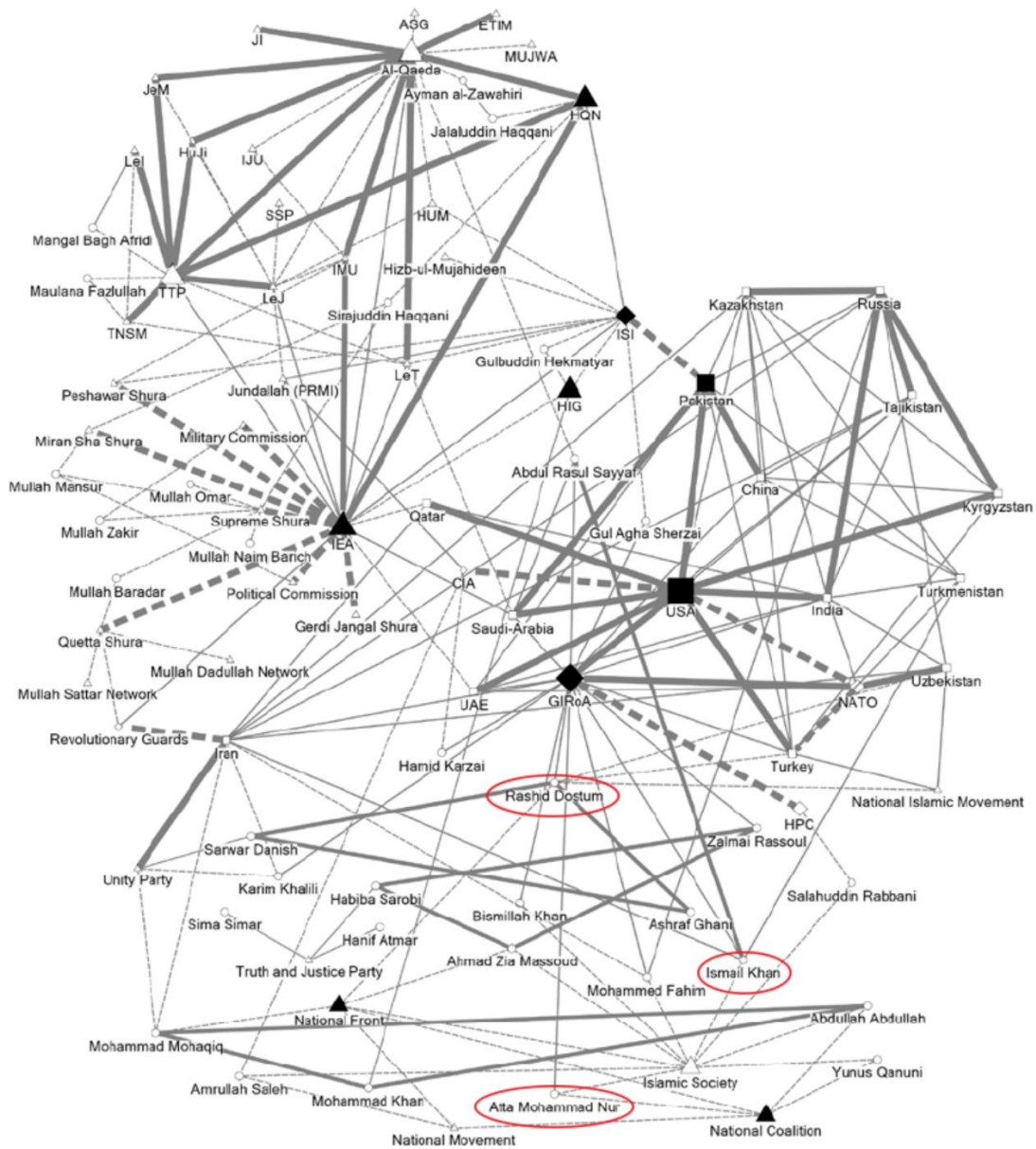


Título: Gráfico 2 – Top 10 países com mais publicações académicas com o termo 'warlord', 1984-2014
 Fonte: Goetze, 2016, p. 132



Título: Gráfico 3 – Países associados ao termo 'warlord' em artigos de jornais americanos, 2007-2012
 Fonte: Goetze, 2016, p. 141

Anexo 7 – Atores e Alianças no conflito afegão



Symbols

Squares: States

Diamonds: Actors controlled by states

Triangles: Non-state actors

Circles: Figures

Symbols filled in black: Main actors to the Afghanistan conflict. These would most likely be included in any future peace agreement.

Network as of early 2014

Lines

— Strong ties —

— Institutional ties —

— Notable ties —

--- Other ties ---

— Presidential tickets —

Fonte: Elipses vermelhas acrescentadas pelo autor. Retirada de Bell & Ilyas, 2014, p. 29